



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA

ALANA ALBUQUERQUE DE CASTRO

SEXUALIDADES DISSIDENTES EM PROSA: As representações das homossexualidades masculinas e das travestis na década de 1970 nos jornais de Belém/PA.

Belém-PA
2022

ALANA ALBUQUERQUE DE CASTRO

SEXUALIDADES DISSIDENTES EM PROSA: As representações das homossexualidades masculinas e das travestis na década de 1970 nos jornais de Belém/PA.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof. Dra. Cristina Donza Cancela (PPHIST/UFPA), para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Cristina Donza Cancela

Belém-PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C355s CASTRO, Alana Albuquerque de.
SEXUALIDADES DISSIDENTES EM PROSA: As
representações das homossexualidades masculinas e das travestis
na década de 1970 nos jornais de Belém/PA. / Alana Albuquerque
de CASTRO. — 2022.
140 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Cristina Donza Cancela
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2022.

1. Homossexualidades. 2. Travestilidades. 3. Ditadura . 4. Imprensa . I. Título.

CDD 981.062

ALANA ALBUQUERQUE DE CASTRO

SEXUALIDADES DISSIDENTES EM PROSA: As representações das homossexualidades masculinas e das travestis na década de 1970 nos jornais de Belém/PA.

Defesa em: _____

Banca examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Cristina Donza Cancela (orientadora)

Prof.^o. Dr.^o. Márcio Couto Henrique (examinador - interno)

Prof.^o. Dr.^o. Ernani Pinheiro Chave (examinador - interno)

Belém/PA
2022

Memórias de um tempo onde lutar por seu direito, é um defeito... Que mata!
(Gonzaguinha)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Aline Albuquerque, pois sem seu apoio e incentivo, eu não estaria aqui hoje. Sou grata a todos os seus esforços e por tudo o que fez por mim até hoje. Gostaria também de agradecer a minha avó Ieda Sousa, por seu carinho, amor e cuidado. Agradeço ao meu irmão Felipe Albuquerque, por todo o seu apoio e ajuda neste momento. Agradeço também aos meus amigos, Jéssica Pastana, Júlio Ferro, Elizane Miranda e Jéssica Maria, por todo apoio que vocês me deram durante esses anos de mestrado, por nossas conversas de incentivo, por todas bibliografias compartilhadas. Saibam que eu tenho um carinho enorme por vocês três e quero leva-los para além da UFPA. Em especial a Pastana, que se mostrou uma irmã, uma verdadeira aliada nessa jornada tão cheia de provações. Também quero agradecer ao meu melhor amigo e irmão de alma, Yago Papaléo, por todo o seu apoio e amizade, durante todos esses anos.

Gostaria de agradecer imensamente a minha Orientadora Cristina Donza, por todo o seu profissionalismo, dedicação, paciência e compreensão. Agradecer por ter acreditado no meu trabalho quando muita gente desacreditou, por ter me incentivado, me dado apoio e ter sido mais do que o uma professora, foi uma amiga também. Por você, professora, eu tenho toda a admiração do mundo! Também gostaria de agradecer ao meu primeiro Orientador Aldo Sampaio, que lá no comecinho, acreditou em mim e em meu trabalho. Me incentivou e me deu direções para que eu pudesse me tornar a historiadora que sou hoje. Agradeço imensamente pelo seu profissionalismo e dedicação.

Todo o meu agradecimento a todo corpo docente do PPHIST, por seus ensinamentos. Em especial ao professor Francivaldo Nunes, que me estendeu a mão no final do curso, quando eu precisava cumprir um restante de carga horária. Meu muito obrigada, professor.

Meus agradecimentos especiais aos meus entrevistados, o professor Afonso Medeiros e Elói Iglesias, que me concederam seus depoimentos, suas vivências e confiaram a mim para transcrevê-los e contribuiram grandemente para a minha pesquisa. E aos professores membros de minha banca, Ernani Chaves e Márcio Couto, por seus conselhos, orientações e ajuda.

Por fim, agradeço a todos que de alguma maneira ajudaram, incentivaram e apoiaram a elaboração deste trabalho, que por gestos de bondade e altruísmo, tenham feito meus dias dentro do mestrado, dias maravilhosos. Pois a jornada nem sempre é fácil, passamos por muitos questionamentos, medos e angústias, mas há pessoas que facilitam esse processo. A elas, meu muito obrigada!

RESUMO

Em 1964, acontecia o golpe civil-militar, que duraria até meados de 1985. Que marcaria um turbilhão de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Durante esse mesmo período, mais precisamente na década de 1970, a homossexualidade ganhava grande destaque não só no Brasil, como no mundo, o movimento *gay power* e a *Revolução Sexual* traziam à tona uma geração cansada de se esconder e de negar os seus desejos. Nesse contexto, Belém também era palco de grandes transformações, com os meios de comunicação da “Grande Imprensa” que apoiavam o regime militar e toda a sua “moralidade”. Contudo, havia em contrapartida uma juventude soltando suas amarras e buscando maneiras de ter sua voz ouvida, seja por tentativas de se organizar politicamente, seja pelos espaços de sociabilidade. A homossexualidade e as travestis não eram invisíveis e esses sujeitos não estavam dispostos a permanecer nas margens da sociedade. Dito isto, este trabalho busca entender como os Homens Gays e as Travestis estavam inseridos nessa sociedade repleta de transformações e como eram representados nos discursos jornalísticos sobre as sexualidades dissidentes feitos pela grande imprensa (A Província do Pará, Folha Do Norte/Folha Vespertina e O Liberal) na década de 1970. Para tanto, além dos jornais, realizei entrevistas com interlocutores que viveram a época e todas essas mudanças citadas, ampliando minha compreensão sobre a dinâmica do período, a sociabilidade, os espaços, o movimento político social, as práticas cotidianas, comportamentos e representações relacionados aos homens gays e às Travestis.

Palavras-Chave: Homossexualidades; Travestilidade; Imprensa; Sexualidade; Ditadura; Experiências.

ABSTRACT

The civil-military coup took place in 1964, and it would last until mid-1985, the year which would mark the beginning of a series of social, political, cultural and economic changes. During this period, more specifically in the 70's, homosexuality would rise to a prominent place, not only in Brazil but in the entire world. The gay power movement and the Sexual Revolution would bring to light an entire generation which was tired of hiding and denying its own desires. In this context, Belém was also a stage for great changes. The "Mainstream Media" supported the military regime and all of its "morality". On the other hand, however, Belém's youth was breaking free from its shackles and looking for ways to have their voice heard by society, either through attempts to organize themselves politically or through spaces of sociability. Homosexuality and transvestites were not invisible and these subjects were not willing to remain on the margins of society. With that said, this work seeks to comprehend what was the place of Gay Men and Transvestites in this society going through so many transformations and how these people were portrayed in the journalistic discourses about dissident sexualities made by the mainstream media (A Província do Pará, Folha do Norte/Folha Vespertina e O Liberal) in the 70's. For this, in addition to the newspapers, I conducted interviews with interlocutors who lived the period and all these changes mentioned, broadening my understanding of the dynamics of the period, the sociability, the spaces, the social political movement, the daily practices, behaviors and representations related to homosexuals and transvestites.

Keywords: Homosexuality, Transvestility, Media, Sexuality, Dictatorship, Experiences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação de Gays de Belém

AI-5 – Ato Institucional Número 5

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CENTUR – Centro Cultural Tancredo Neves

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTQIA+ - lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer +

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual

UFPA – Universidade Federal do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Província do Pará, 19 de maio de 1971, Belém. Fonte: Centur	38
Figura 2. Folha Vespertina, 05 de janeiro de 1970. Belém. Fonte: Centur.....	51
Figura 3. A Província do Pará, Belém, 09 de agosto de 1979. Fonte: Centur.....	68
Figura 4. A Província do Pará, Belém, 14 de março de 1979. Fonte: Centur.	70
Figura 5. A Província do Pará, Belém, 05 de abril de 1976. Fonte: Centur.....	74
Figura 6. A Província do Pará, Belém, 09 de agosto de 1978. Fonte: Centur.....	78
Figura 7. A Província do Pará, Belém, 11 de maio de 1976. Fonte: Centur	88
Figura 8. A Província do Pará, Belém, 11 de maio de 1976. Fonte: Centur	89
Figura 9. A Província do Pará, Belém, 10 de setembro de 1978. Fonte: Centur.....	92
Figura 10. Lampion Da Esquina. Abril de 1978. Fonte: Hemeroteca Digital.	97
Figura 11. A Província do Pará, Belém, 25 de março de 1979. Fonte: Centur	100
Figura 12. Grupo de Homossexuais surgidos no Brasil. Fonte: Uma conversa informal sobre Homossexualismo, COLAÇO, 1984, p. 64.	111
Figura 13. A Província do Pará, Belém, 14 de julho de 1979. Fonte: Centur.	117
Figura 14. Diário do Pará, Belém, 16 de junho de 1983, p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital.	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - VIRA, VIRA, VIRA HOMEM/ VIRA, VIRA, LOBISOMEM: OS DISCURSOS E A PERSPECTIVA DA IMPRENSA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1970	24
1.1 CRIME CONTRA A NATUREZA: A Construção da representação da Homossexualidade e seus marcadores sociais	32
1.2 EM DEFESA DA HONRA: Criminosos Morais.....	49
CAPÍTULO 2 - SANGUE, NAVALHA E CAMBURÃO: AS REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS DAS TRAVESTIS NA DÉCADA DE 1970	57
2.1 Entre a Censura e a Liberdade	58
2.2 Nem só de “Enxuto” vive a imprensa: As “Bonecas” imorais da década de 1970.....	65
CAPÍTULO 3 - ENTRE A BOATE E A REPRESSÃO: A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, NO FINAL DOS ANOS 1970.....	81
3.1 “Reabertura” para quem? A Homossexualidade nas reportagens da segunda metade dos anos 1970.....	83
3.2 Os Primeiros Sinais do Movimento Homossexual no Pará.....	103
3.3 A Festa da Chiquita e os Espaços de Sociabilidade Gay em Belém.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
FONTES	130
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXOS	Error! Bookmark not defined.

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar falando sobre como nasceu este trabalho. Ele começa no final da minha graduação, onde eu, enquanto pesquisadora sempre gostei de saber mais sobre o período Ditatorial e todas mudanças que esse período trouxe para a sociedade, sempre foi o assunto que eu mais tinha sede de pesquisar cada vez mais. Contudo, ao me deparar com o livro de James Green, eu vi um universo desse período que eu ainda não conhecia, a vivência das sexualidades dissidentes na Ditadura Civil-Militar. Foi quando eu decidi que eu faria a minha monografia sobre o assunto e ainda que eu soubesse que era possível que eu tivesse dificuldades na coleta de fontes, eu segui em frente e decidi investir nos periódicos como fonte documental. Nesse período, fui bastante desacreditada por aqueles que achavam que seria muito complicado conseguir um bom acervo sobre a temática, mas eu não desisti.

A princípio, fiz minha monografia incluindo as homossexualidades masculinas e femininas. No meu projeto de mestrado para adentrar no PPHIST¹, eu incluí as travestis e tentei permanecer com os três grupos identitários até o final da minha dissertação. Todavia, no que diz respeito as mulheres lésbicas, as fontes são ainda mais escassas. Durante toda a década, me deparei com apenas 3 reportagens, o que dificultou bastante a manutenção das mulheres lésbicas neste trabalho. De início, fiquei bastante relutante em retirar a homossexualidade feminina de minha pesquisa, mas com o fechamento do CENTUR² durante a Pandemia e o curto tempo para a tentativa de recorrer a outros periódicos que pudessem sanar esta lacuna decidi continuar a pesquisa circunscrita à homossexualidade masculina e as travestis. Mas não descarto em incluir as mulheres lésbicas, em um futuro projeto de Tese de Doutorado.

É de extrema importância que as discussões sobre as sexualidades dissidentes no período da Ditadura Civil-Militar, cresçam no campo historiográfico, para que assim possamos entender melhor esses sujeitos, suas vivências e experiências, tendo em vista que mesmo que estejamos revisitando o passado, tal assunto não deixa de se encaixar perfeitamente na atualidade. Pois vivemos em uma sociedade que é dotada de preconceitos e estereótipos e embora muito já tenhamos avançado em relação à década de 1970, ainda há muito mais para transformarmos e respeitarmos quanto sociedade. Então, meu trabalho nasceu da necessidade de ampliar as pesquisas sobre as sexualidades dissidentes no período da

¹ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará – UFPA.

² Centro Cultural Tancredo Neves.

ditadura civil-militar, na tentativa de dar ênfase em uma *história vista de baixo*³, daqueles que estão às margens da sociedade. E, dentre muitas mudanças ao longo do caminho, desde a minha monografia até aqui, hoje apresento o resultado de muito chão percorrido. Baseando minha pesquisa nos campos das representações e das experiências, contextualizando o período da Ditadura em questão e das efervescências da década de 1970.

A década de 1970 foi escolhida como recorte temporal deste trabalho, pois se divide em dois períodos, os anos de chumbo (1968-1974), e o processo de reabertura política (1974-1985). A década de 70, abrange os dois períodos, portanto, as reportagens utilizadas, trazem o período de censura da imprensa e também o período de transição para a reabertura política, o que influencia também no posicionamento da imprensa nos dois períodos. De acordo com Monteiro (2012)⁴, pode-se dizer que durante a Ditadura, a censura passou por três fases. A primeira compreendeu o intervalo entre a data do golpe e a publicação no Ato Institucional nº 5, enquanto o período da segunda etapa vai do AI-5 até o início do governo Geisel. Já a terceira e última fase, abrange os governos Geisel e Figueiredo, até a restauração da Democracia.

Os “anos de chumbo”, foram um período de grandes restrições e de censura à imprensa, à liberdade de expressão e à qualquer manifestação social. Se deu durante os governos de Artur Costa e Silva (1967-1969) e de Emílio Garrastazu Médici (1969- 1974), foi o período mais enrijecedor da Ditadura, onde ocorreram inúmeras mortes, prisões e exílios. Foi marcado pela a instauração do AI-5⁵ e qualquer manifestação contra o regime militar, era contida de maneira hostil.

As censuras se concentravam em concepções que, supostamente, agredissem o padrão moral da nação brasileira e, também, em políticas de esquerda que eram consideradas subversivas. Jornais, novelas, canções e filmes estavam submetidos ao comitê de censura (FICO, 2004, p. 265-270). Obviamente, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas. Mas nada próximo da violência

³ História dos oprimidos, dos marginalizados, dos excluídos. Conceito criado pela Escola Social Inglesa.

⁴ MONTEIRO, Nayara Clênia Farias. **Anos de Chumbo: A Influência da Ditadura Militar nos Programas da TV Borborema**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

⁵ O AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, suspendeu garantias institucionais e deu poderes absolutos ao Regime. Nesse mesmo dia, a imprensa carioca e paulista recebeu um “manual de comportamento”, que justificava os objetivos da censura e ditava uma série de normas, explicando quais tipos de notícias não deveriam ser publicadas. Entre essas regras, estava a proibição das publicações que desmoralizassem o Governo, incitassem à luta de classes, veiculassem declarações de cassados ou crítica aos Atos Institucionais e propagassem notícias estudantis de caráter político ou atividades subversivas, greves ou movimentos operários (KUSHNIR, 2001, p. 37).

sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo. (NAPOLITANO, Marcos, 2014, p. 68)

Após os anos de chumbo, começa o processo de reabertura política, com o governo de Ernesto Geisel em 1974, foi um período marcado pelos movimentos em prol da democracia. Processo lento, gradual e seguro para os militares⁶, pois o governo Geisel se caracterizava por uma transição conservadora e ‘controlada’ pelo Estado para impedir conflitos, ‘guerras civis’, ‘agitações, termos frequentemente usados pela grande imprensa (CORDÃO, 2018, p. 76).⁷ Geisel, tinha a intenção de diminuir o poder dos militares que faziam parte da “linha dura”, que era o grupo mais radical de militares, mas sem perder o apoio deles e sem deixar de lado o “combate” aos subversivos. As eleições de 74, que acabaram por eleger o MDB, mostraram a insatisfação da população com o autoritarismo. De acordo com Codato (2005)⁸, havia períodos de maior e menor violência, pois havia uma dualidade do governo de controlar todos os setores a sua volta.

“O projeto militar desdobrou-se num processo pendular, em que se revezaram períodos de maior e menor violência política, de acordo com uma lógica menos instrumental e mais conjuntural, traduzindo a dificuldade do governo Geisel em controlar todas as variáveis implicadas na política de transição. A política de liberalização da ditadura militar brasileira continuou no governo Figueiredo (1979-1985), sob o nome de “abertura política”, graças à normalização da atividade parlamentar e à manutenção do calendário eleitoral, depois da revogação parcial das medidas de exceção (em 1978) e efetuadas a anistia política e uma reforma partidária (em 1979).” (CODATO, Adriano Nervo, 2005, p. 4).

Com a saída de Geisel, as medidas de transição para uma abertura política são continuadas com a posse de Figueiredo em 1979. Deste modo, meu recorte temporal, abrange diferentes fases do período ditatorial, e dessa forma poderemos analisar as mudanças presentes nos discursos jornalísticos nas duas fases, como a sexualidade e mais precisamente as homossexualidades masculinas e as travestilidades eram retratadas.

O presente trabalho propõe através de uma análise dos periódicos paraenses *A Província do Pará*, *Folha Vespertina* e *O Liberal* analisar a abordagem e o discurso contido em

⁶ [...] deveriam, no período de 1974 a 1979, organizar a constitucionalização do país, tendo como meta a distinção lenta, gradual e segura. Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa. [...] (SILVA, 2003, p. 262).

⁷ CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no “fim” da ditadura brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

⁸ CODATO, Adriano Nervo. **UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: da ditadura militar à democracia**. revista de sociologia e política N° 25: 83-106 NOV. 2005. p. 4

algumas reportagens desses jornais, na década de 1970 sobre a homossexualidade masculina as travestilidades, a maneira que o mesmo observava essas questões e a forma que eles perpetuavam essa informação ao leitor, não deixando de relacionar com o período da Ditadura Civil-Militar e toda a efervescência política em questão.

É importante enfatizar que a proposta metodológica deste trabalho, se dá a partir da seleção de reportagens e manchetes que ajudassem a compreender o tema da pesquisa. Contudo, somente os periódicos não era o suficiente, devido ao número escasso de reportagens, onde o maior número coletado se encontra no jornal *A Província do Pará*, foi necessário recorrer aos depoimentos de interlocutores, que viveram a época. Foi então, que depois da orientação recebida após a banca de qualificação e de meu grande interesse em aumentar meu leque de fontes, narrativas e possibilidades, incluí o uso da história oral como metodologia de pesquisa. Embora os jornais sejam a minha fonte principal, os relatos orais contribuíram significativamente para a conclusão deste trabalho e para a melhor compreensão das experiências não apenas desses interlocutores, mas do período por mim pesquisado rememorado a partir de suas vivências. Desse modo, ambas as metodologias de pesquisa, conversaram entre si, possibilitando assim um maior entendimento acerca do tema. De acordo com Delgado (2003)⁹

“A História como manifestação do fazer coletivo incorpora vivências individuais e, por decorrência, no mínimo duas dimensões: temporal coletiva e temporal individual. Dimensões que, acopladas, conformam experiências únicas, através de uma dinâmica que reconstrói o passado ao tecer sua representação no presente, plasmando em um único enredo a trama das vivências coletivas” (DELGADO, 2003, p. 13).

Dito isto, serão apresentados dois relatos orais, que foram de extrema importância para a elucidação de minha pesquisa. Abordando suas trajetórias particulares, tendo como ênfase as experiências socio-afetivas vivenciadas pelos interlocutores durante o período da Ditadura Civil-Militar em Belém. Temos como primeiro entrevistado o professor José Afonso de Medeiros, professor da UFPA, e como segundo entrevistado o artista paraense Eloi Iglesias, um dos fundadores da festa da chiquita, que é uma das maiores festas da comunidade e um grande espaço de cultura e sociabilidade das sexualidades dissidentes. Ambos foram escolhidos por terem vivenciado o período da Ditadura Militar, sendo homens gays, e participantes ativos das esferas culturais, como o Teatro. Consegui a entrevista com o professor Afonso, através da indicação de um amigo da UFPA, e a entrevista com Eloi, através da indicação do professor

⁹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. HISTÓRIA ORAL, 6, 2003, p. 9-25.

Ernani Chaves.

Foram duas entrevistas, de pouco mais de 1 hora, cada. Devido a pandemia, as entrevistas foram realizadas de forma online. Cabe destacar que realizei duas entrevistas com o professor Afonso Medeiros, pois a primeira foi perdida no roubo do meu celular, antes que eu pudesse fazer o backup. Mas o professor, foi bastante gentil e receptivo na primeira entrevista e foi bastante solícito quando pedi que me cedesse uma segunda entrevista por conta dos acontecimentos. Já a segunda entrevista, foi feita online, por conta da pandemia, como dito anteriormente. As entrevistas com ambos os interlocutores, ocorreram cerca de um mês de diferença uma da outra. A com o professor Afonso, ocorreu dia 5 de maio de 2021, com Eloi Iglesias, ocorreu em 2 de junho de 2021.

Os roteiros foram montados de forma mais livre sem perguntas fechadas, na tentativa de deixar os interlocutores bem à vontade para falar de suas experiências pessoais. Tentei conduzi a entrevista, sem interferir nas falas dos interlocutores e elaborando perguntas que despertassem suas memórias, para assim entender melhor as vivências, no pessoal e no coletivo, como homens gays. Assim como afirma Portelli (1997), entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam uma nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes, em particular, das classes não hegemônicas.¹⁰

Procurei compreender a partir da vivência dos entrevistados, como eles percebiam e narravam a experiência de uma sexualidade “fora do padrão” hegemônico heteronormativo, na época da Ditadura, possibilitando uma leitura para além das reportagens jornalísticas. Pude entender como esses sujeitos estavam buscando seu espaço na sociedade e quais maneiras encontravam para circular em seus próprios espaços de sociabilidade e entretenimento. Pois como afirma Pollack (1989), “ao privilegiar a história dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância das memórias subterrâneas que, como parte das culturas minoritárias dominadas, se opõem à memória oficial”.¹¹

Tendo em vista que os periódicos são o ponto central desta dissertação, é importante salientar, que os veículos de comunicação são acima de tudo, empresas com seus próprios interesses e que não representam uma realidade fiel dos acontecimentos, mas uma leitura sobre os mesmos. Mas em todo o caso, apesar das ressalvas acerca dos periódicos, os mesmos são capazes de representar um ideal presente na sociedade da época, seus costumes, suas crenças e

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 31

¹¹ POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

seus apegos culturais. Pois de acordo com Carlo Ginzburg (2003), nós historiadores, ao analisarmos as provas, devemos entender que todo ponto de vista da realidade, além de ser seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total da qual uma sociedade deixa sobre si.

O Jornal é um forte meio de comunicação, responsável por trazer ao leitor informações, fazendo parte de alguma estrutura política e social, o discurso jornalístico traz consigo uma carga de elementos que ajudam compreender as identidades, os comportamentos e práticas presentes na sociedade e cabe ao historiador, destrinchar esses discursos e analisar de maneira incisiva. Como afirma Tânia de Lucca (2008, p. 139)¹², pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

Lúcia Maria B. P. Neves, Marco Morel e Tania Maria B. da C. Ferreira (2006, p. 10), em seu livro intitulado, *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*, proporcionam uma vasta análise sobre a pesquisa da imprensa no Brasil no decorrer das décadas, em vários ângulos e abordagens. Abandonando a ideia de que a imprensa não poderia ser considerada uma fonte histórica confiável e também a antiga visão limitada de analisar a imprensa como se ela fosse a detentora dos fatos e de uma verdade absoluta e para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinados estritamente por uma infraestrutura socioeconômica. Por meio das reportagens publicadas, a imprensa desenvolve representações sobre várias ocorrências, indivíduos e grupos.¹³

Os três jornais selecionados, eram os de maior circulação na época, sendo assim, podendo ser considerados membros da “grande imprensa”, como afirmam Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007, p. 268)¹⁴, a chamada grande imprensa, - jornais, revistas e outros - que quase sempre têm fortes estruturas empresariais, grandes tiragens

¹² LUCCA, Tânia Regina de. “**História dos nós e por meio dos periódicos.**” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.139

¹³ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, PUC, n° 35, pp. 253-270.

e visibilidade pública. Não se trata, no entanto, de reforçar posições difundidas no campo da história da Imprensa que privilegia quase exclusivamente o estudo da chamada grande imprensa, e que neste movimento ignora, desqualifica ou secundariza o estudo da imprensa que não é grande. A compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também em reconhecer o hegemônico com um processo em movimento que põe em causa a disputa em torno do popular.

O uso da mídia impressa, é fruto das mudanças da própria historiografia. Le Goff (2010)¹⁵ expressa, que tais mudanças provocaram rupturas epistemológicas ao conhecimento histórico, constituindo-se, entre outros, uma “revolução documental” (LE GOFF, 2010, p.531). Analisar e compreender, a noção de fonte na história tornou-se, assim, passo essencial na vida dos historiadores. Estudar e se aprofundar nas fontes, permitiu adequações ao método. Mudanças como essas, ocorreram através de um processo gradual e contínuo. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, tal alargamento na concepção de documento trouxe para a produção historiográfica uma ampliação das possibilidades de investigação, conforme avalia:

Assim, hoje tal crítica tem dimensões jamais sonhadas pelos historiadores de fins do século XIX; os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas também mediante métodos linguísticos de análise do discurso, da enunciação, com apoio em alguma teoria das classes e das ideologias sociais. Em outras palavras, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pôde ocorrer. (CARDOSO, 1986, p.54).

Em seu livro *A Mão do Autor e a Mente do Editor*, Chartier (2014), afirma que a representação tem uma dualidade e uma ambiguidade dentro da posição historiográfica, designando uma classe particular de objetos, definindo o próprio regime dos enunciados históricos. Focalizar a atenção na representação como um objeto e uma operação permite um retorno à reflexão sobre variações de escala que têm caracterizado o trabalho do historiador com base nas proposições da micro-história.

Fazendo uso assim, de uma análise documental dos jornais, é possível entender melhor as representações de memória acerca das homossexualidades e travestilidades, pois História e Memória estão fortemente ligadas – embora não sejam idênticas – e é por meio delas que se é possível traçar uma observação mais pertinente sobre como a Ditadura e os periódicos que apoiavam a Ditadura¹⁶, falavam sobre as sexualidades. Tânia De Lucca (2008, p. 23) nos fala

¹⁵ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: **História e Memória**. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.525-541.

¹⁶ Os veículos de comunicação da imprensa de Belém, mais expressivos na época, Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal, que mesmo defendendo interesses aparentemente tão diversos no plano local, refletiam uma certa unidade editorial em relação ao plano federal, a partir da opinião de seus articulistas e redatores responsáveis pela edição das páginas que tratavam do noticiário político nacional. Ora mais, ora menos, ora ostensivamente, ora

das repressões e censuras que os periódicos sofreram no período do Regime Militar, embora essa censura tenha sido um limite para os historiadores efetivarem suas pesquisas, com o auxílio dos documentos da Delegacia de Ordem de Polícia e Social, é possível encontrar uma mazela significativa em documentos sobre a Ditadura Civil-Militar.

Maria Helena Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra¹⁷ explicam que entre 1984 a 1991, a historiografia brasileira passou por uma renovação, que se deu ao fato da incorporação de novos objetos e novas fontes e pelo forte crescimento do conceito de Representação. Helenice Rodrigues da Silva, fala que o conceito de representação permite associar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas.¹⁸ O modelo estruturalista, de uma historiografia que não se baseava tanto nas questões culturais e sociais de uma sociedade, tem sido deixado para trás, enquanto uma análise mais envolta em pluralidades, abordagens e compreensões, têm ganhado mais espaço no saber historiográfico, trazendo não apenas discussões no que diz respeito a luta de classes, mas também questões de sexo, religião e etc. Helenice Rodrigues da Silva, fala que o conceito de representação permite associar antigas categorias que a história social, a história das mentalidades e a história política mantinham separadas.

Chartier (2002), em seu livro *A Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, o autor fala das divergentes definições acerca do conceito “Representação”. De acordo com o autor, se por um lado a representação faz ver a inexistência, diferenciando o que representa e o que é representado. Por outro lado, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediante ‘pela pintura de um objeto’, ‘pelas palavras e gestos’, ‘por algumas figuras, por marcas’ – como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias. Representar no sentido jurídico e político é também manter o lugar de alguém, ter em mãos sua autoridade.

“Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo o objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma História Social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade”

disfarçadamente, a imprensa em geral, clamava pelo golpe. - FERREIRA, Paulo Roberto – “**A Imprensa e o Golpe Militar de 1964**”. Belém, 2007, p. 3.

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. **In: Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000, 227-249.

¹⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: A nova abordagem da historiografia francesa. **In: Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.

(CHARTIER, Roger. 2002, p. 73).

E nessa construção de identidade¹⁹, que a discussão jornalística, trará ao leitor um entendimento da percepção que os periódicos selecionados tinham sobre a homossexualidade masculina e as travestilidades, visando assim um entendimento sobre a abordagem da mídia, uma perspectiva dos periódicos e sobre a opinião que os mesmos pretendiam desencadear na sociedade da época, através de uma análise pertinente sobre a posição do jornal refletindo em suas notícias. Desta forma, poderemos entender de que maneira as sexualidades dissidentes eram representadas nesses periódicos, que como dito anteriormente, prestavam apoio ao Regime Militar.

Assim como afirma Roger Chartier (2002), representações no mundo social, embora queiram apresentar um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas de acordo com os interesses dos grupos que as constroem. Portanto, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Por esta perspectiva, podemos perceber a contribuição do conceito de representação para entender os discursos presentes nos jornais A Província do Pará, O Liberal e Folha do Norte/Folha Vespertina.

Os estudos sobre as homossexualidades e travestilidades ainda vem crescendo no campo historiográfico, dessa forma, as pesquisas sobre sexualidade no campo da História, sejam ampliadas, por isso se faz necessário que dialoguemos com a antropologia e a sociologia²⁰. Para que possamos entender a diversidade desses sujeitos. De acordo com Elias Veras e Joana Pedro (2015), em seu trabalho “*Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil.*” Os trabalhos sobre sexualidade e gênero, possuem uma produção mais densa nos campos da Antropologia e da Sociologia. Os autores abordam uma certa invisibilidade das sexualidades dissidentes no campo da historiográfica e eles nos falam, que embora já tenhamos avançado, com trabalhos como o de James Green (1980), que ampliou as discussões sobre o tema, uma leitura obrigatória para pesquisadores do mesmo assunto, e de Rita Colaço (2012), Nadia Cristina Nogueira (2005), Eduardo Moreira Assis (2011), dentre outros²¹. Essa carência do campo historiográfico, segundo os autores, se dá por conta da escolha

¹⁹ Identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler. - CHARTIER, Roger. **A beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

²⁰ A partir das ideias de Certeau (1982, p. 88), a história enquanto disciplina, precisa buscar alternativas interdisciplinares, utilizando conceitos e teorias escritas por outras áreas.

²¹ Para mais informações vide: PEDRO, J. M.; VERAS, E. F. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. DOI: 10.5965/2175180306132014090. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 10 ago. 2022.

de alguns pesquisadores por temáticas voltadas para uma História mais política.

“Sem dúvida, a invisibilidade das homossexualidades nos estudos históricos não se justifica pela ausência de fontes. Afinal, as fontes não são elas mesmas, produto do processo interpretativo, inventivo da operação historiográfica, resultantes da seleção e classificação feitas pelos/as historiadores/as? Tampouco representam uma aversão dos/as historiadores/as às novas temáticas—há muito os “marginais”, os “vencidos”, os “excluídos”, os “silenciados” povoam os livros de história—ou mesmo ao tema da sexualidade. Tal invisibilidade pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história: sobretudo, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico, que, ao eleger determinados temas —eleição política—, deixavam de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias” (PEDRO; VERAS, 2015, p. 7).

Assim sendo, a escolha do tema, nasce da vontade de contribuir para o crescimento das pesquisas no campo historiográfico sobre as sexualidades dissidentes no período da Ditadura civil-militar. Pois as mesmas, confrontam o modelo de sociedade, que visa tudo recorrente do binarismo e tratando a questão biológica como a única tangível nos moldes de um regime que se baseava na moralidade e na aversão a tudo que fosse tido como “fora do padrão”²². De acordo com Louro (2011), as categorias de sexo, gênero e sexualidade, são pensadas por esses discursos patológicos, como forma de manter a permanência da normalidade.

“A concepção binária do sexo, tomada como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. (...) postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, como o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades” (LOURO, 2011, p. 84).

Essa concepção binária, acaba por introduzir as sexualidades dissidentes, em categorias invisibilizantes, por não se encaixarem aos padrões normalizadores, dessa maneira esses grupos não-normativos, acabavam por ser recharçados e subjulgados, por não pertencer a maioria. E essas instituições heteronormativas, criavam uma desigualdade social, principalmente em determinados períodos, pois a sexualidade também é uma manobra política, como afirma Rubin (2012):

“A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas,

²² Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante-homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro e nem o quer como referências; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do entre lugares, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda perturba, provoca e fascina. - LOURO, Guacira Lopes. – **“O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer”**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada” (RUBIN, 2012, p. 1).

E no que diz respeito ao período da Ditadura Militar, a sexualidade foi bastante contestada, seja pelas sexualidades dissidentes, seja por aqueles a quem esses sujeitos incomodavam – Estado e alguns setores da sociedade civil – e por causa desses incômodos, embora a homossexualidade não fosse proibida por uma lei escrita de fato, haviam as leis que repudiavam tudo e todos que fossem de contra a “moral e aos bons costumes”. Parafraseando Foucault (2017), as leis são produtos de um biopoder, que age com aqueles que fogem das normas, como sendo uma ameaça absoluta, utilizando de mecanismos reguladores e corretivos.

“A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma.” (FOUCAULT, 2017, p. 136).

De acordo com Quinalha (2018), o governo se utilizava da censura e da “moral e dos bons costumes” para conter as expressões das sexualidades dissidentes, e esses ideais, eram ainda mais difundidos pelos setores midiáticos, principalmente pelos jornais e revistas da época. Ele fala que o período se caracterizou pelo o que ele chama de “ditadura hetero-militar”, pois segundo o autor, havia uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”. (QUINALHA, 2018, p. 35). Abordaremos com mais profundidade essa relação entre a Ditadura Militar e as sexualidades dissidentes, ao longo dos três capítulos que transcorrem esta dissertação.

Este trabalho, contém três capítulos, e todos estão ligados entre si e ao tema central da pesquisa. O primeiro capítulo, traz de que maneira a homossexualidade masculina era retratada²³ nos periódicos da cidade de Belém, relacionando com o período dos anos de chumbo, pós AI-5, quando a censura dominava os meios de comunicação por meio da Lei da Imprensa²⁴. Dessa forma, pretendemos através dos jornais, entender quais termos estigmatizantes eram agregados a esses sujeitos, em quais categorias eram encaixados, além de trazer os discursos da

²³ A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano. (PITKIN, Hanna Fenichel. . **Representação: Palavras, instituições e idéias**. Lua Nova. São Paulo, V.67, p. 15-47, 2006)

²⁴ A noção de “moral e bons costumes” foi replicada na Lei de Imprensa (5.250/67), no Código Brasileiro de Telecomunicações (Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967); a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967); a Lei da Censura Prévia (Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970) e no ato normativo que tornou possível a expulsão de professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensinos públicos e particulares por atos contra a moral e bons costumes (Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969) (RODRIGUES, 2012).

época, baseados nas pesquisas dos autores Green (2000), Quinalha (2017), Fry e Macrae (1985), Cowan (2018), entre outros, para que possamos entender essas representações e esses lugares²⁵ em que esses sujeitos estavam inseridos, além de abordarmos a Revolução Sexual, suas contribuições para a juventude da época e como, além de tratar de toda a efervescência existente na década de 1970.

Partindo do pressuposto, de uma época marcada por uma repressão, pela censura dos meios de comunicação e pelo alinhamento dos principais jornais da imprensa oficial com o governo²⁶, o capítulo 2, busca entender de que maneira as travestis eram retratadas nos periódicos, buscando entender através das pesquisas de autores como Fry e Macrae (1985), Trevisan (2018), Veras (2015), entre outros, de que maneira as travestis estavam inseridas no contexto da ditadura militar, que agências utilizavam para não se manterem reféns da sociedade que as oprimia, além de tentar entender seus estigmas sociais e abordar a violência cometida contra seus corpos.

Já o terceiro capítulo, busca trazer uma análise das reportagens dos jornais no processo de abertura política. Este processo mudou alguma coisa na vivência das sexualidades dissidentes? Se mudou, o que mudou? De que forma a abertura política impactou a vida desses grupos? Pretendemos também abordar a descoberta de uma reportagem que fala sobre a origem da AGB – Associação Gay de Belém, um dos primeiros grupos organizados de Movimento Homossexual em Belém, por meio da fonte datada de 1979. Ainda que a bibliografia existente, como a de Franco (2018), de Rozário (2016) e Rosário (2019) apontem que o movimento tenha se consolidado, institucionalizado e ganhado mais visibilidade em 1990, notamos com as manchetes que serão apresentadas, uma tentativa de se organizarem politicamente, já no final dos anos de 1970.

Além disso, pretendemos abordar sobre os espaços de sociabilidade belenense, como o Bar do Parque e a Festa da Chiquita, de acordo com as lembranças dos interlocutores que viveram a época e assim nos contam suas experiências no período. Dialogando com produções

²⁵ Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 64)

²⁶ Os veículos de comunicação da imprensa de Belém, mais expressivos na época, Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal, que mesmo defendendo interesses aparentemente tão diversos no plano local, refletiam uma certa unidade editorial em relação ao plano federal, a partir da opinião de seus articulistas e redatores responsáveis pela edição das páginas que tratavam do noticiário político nacional. Ora mais, ora menos, ora ostensivamente, ora disfarçadamente, a imprensa em geral, clamava pelo golpe. - FERREIRA, Paulo Roberto – “**A Imprensa e o Golpe Militar de 1964**”. Belém, 2007, p. 3.

de pesquisadores locais, como Milton Ribeiro (2012) e Ramon Reis (2020), que abordam os espaços de sociabilidade gay em Belém. Desta forma, visamos contribuir para as pesquisas a respeito das sexualidades dissidentes em Belém do Pará. E principalmente, as pesquisas sobre esses grupos identitários e sua relação com a Ditadura Militar, pois parafraseando Carlos Fico (2012), esse é um período que ainda está cercado por sombras, das quais precisamos iluminar²⁷.

²⁷ A história daquele período é muito mais complexa do que isso. Para além dessa versão por assim dizer em “preto & branco”, há diversas áreas cinzas, áreas de sombra que precisamos iluminar. A história do período, aliás, está marcada por muitos tabus, a começar pelo próprio golpe de 1964, que contou com o apoio de parcela muito significativa da sociedade (como a imprensa, a classe média e a Igreja Católica). Esse evento chave muitas vezes tem sua importância reduzida nas narrativas sobre o período, justamente em função da centralidade do discurso sobre a vitimização da sociedade diante dos militares. (FICO, 2012, p.22)

CAPÍTULO 1 - VIRA, VIRA, VIRA HOMEM/ VIRA, VIRA, LOBISOMEM: OS DISCURSOS E A PERSPECTIVA DA IMPRENSA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1970

Durante a década de 1970, as relações homo-afetivas, iam ganhando certo destaque, nas páginas da imprensa, principalmente por conta do movimento contra-cultura que ocorreu nos finais dos anos 60 e início dos anos 70, era então o auge do que ficou conhecido por *Revolução Sexual*. Era uma geração pós-guerra, que trazia consigo ressignificação dos corpos e de seus prazeres individuais, que buscava liberdade de todos os padrões normativos e aprisionadores. Como nos fala, Sant Ana (2016),

“A revolução sexual teve suas maiores expressões apreendida pelo movimento hippie e pela juventude rebelde dos anos 1960 e 1970, desencadeando novos códigos de comportamento sexual e de relações interpessoais, obtendo gradativamente um status de regra geral de comportamento” (SANT ANA, p.13, 2016).

Sobre esse turbilhão de mudanças, em entrevista concedida a este trabalho, Eloi Iglesias, conhecido na esfera paraense por ser um grande artista local, fala sobre sua trajetória, militância e sexualidade e nos conta que, em Belém, a juventude estava também se libertando das amarras impostas pela sociedade.

“A juventude daqui e do mundo inteiro começou a se organizar e começou a pensar em novas formas de viver em grupo e abriram novas portas de conhecimentos religiosos, o oriente se abriu pro mundo. A ideia de você se conhecer através de viagens, de ir pra rua. A ditadura tava, acontecendo, mas você tinha uma forma de se camuflar tão bem, que só descobriam sua forma de ser quando invadiam sua casa, naquelas invasões loucas. A gente fazia uma militância, mas não uma militância de gênero, na verdade era uma militância pra todo mundo, pra todo mundo viver, pra todo mundo amar, pra todo mundo querer experimentar, pra todo mundo querer viver outro mundo. Viver o eldorado e as drogas vieram como aliadas, os LSDS, a maconha.”²⁸

Como também afirma Mary Del Priore (2011), eclodiu no mundo todo, ocasionando uma geração pronta para quebrar todas as regras impostas pela sociedade em busca de se autoafirmarem e de agir da maneira que achassem que era mais conveniente para si. Era um momento de descobertas e de uma luta pela liberdade de ser quem quisessem ser. Por outro lado, existia uma Ditadura pronta para inviabilizar qualquer comportamento visto como “impróprio”. E o surgimento da Revolução Sexual reflete no surgimento do movimento Gay Power, que surgiu nos E.U.A e logo foi crescendo no Brasil.

²⁸ Eloi Iglesias, 66 anos. Entrevista realizada em 02 de junho de 2021.

E falando sobre esse conceito, que até então não era conhecido, o “*gay power*”²⁹, conceito esse que veio dos Estadunidenses e é uma palavra que significa “alegre”, “feliz”, a palavra é carregada de uma tentativa de desvincular homossexuais da ideia de promiscuidade e perversão. Saindo daquele discurso que permeava durante o século XIX, onde a sodomia era encarada como incorrigível, e o sodomita era considerado um ser pecaminoso, que mesmo sabendo de seu pecado, insistia em fazê-lo, a medicina classificava a homossexualidade como desvio, doença e anormalidade. Como nos explica Michel Foucault (1988), a medicina buscava nos estudos, encontrar expressões de patologias que eram consideradas inapropriadas. Trazendo assim, controles pedagógicos e tratamentos médicos em torno de qualquer identidade sexual que fosse considerada “imprópria”, os moralistas e os médicos trouxeram a abominação. Tornou-se um controle de população, não se pretendia apenas uma sociedade sexualmente relevante economicamente, com fins reprodutivos, mas que a mesma estivesse ligada à política conservadora. O foco era, sobretudo, nas “sexualidades periféricas”³⁰, que saíam do padrão da normatividade e do que se esperava de um casal heterossexual, que tinham fins de reprodução. De acordo com o autor, a homossexualidade torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Como também acrescenta Trevisan (2018), Além de ser inútil para a reprodução da espécie, a prática homossexual solaparia a família (em cujo seio se geram os novos consumidores) e seus padrões ideológicos (cuja ordem é consumir). (TREVISAN, 2018, p. 11)³¹ Como também acrescenta Quinalha (2017)³²:

“Além da repressão política que se abateu sobre toda a sociedade, a comunidade LGBT foi um alvo privilegiado das violências: perseguição a travestis expostas ao olhar vigilante da repressão, sobretudo nos pontos de prostituição, onde eram enquadradas nos crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública; censura à imprensa, ao teatro, às artes e as outras formas de expressão que simbolizavam de forma aberta as sexualidades, muitas vezes com o respaldo do sistema de justiça; homofobia e lesbofobia institucionalizadas nos órgãos de repressão e controle... expurgos de cargos públicos... difusão, pela imprensa, do preconceito contra os ‘desvios’, para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do ‘inimigo interno’ que

²⁹ Nesse período falava-se em *gay power* ou poder dos gays para explicar e dar sentido a proliferação de locais de divertimento, livros, filmes, músicas, revistas, jornais alternativos, movimentos militantes e grupos que de alguma maneira tratassem da homossexualidade (SILVA, 2011, p. 28).

³⁰ De acordo com Foucault, o corpo é controlado pelas esferas sociais e subjugado por normas e códigos, porém, este mesmo corpo também é um corpo social orgânico, que tem a capacidade de se rebelar diante do controle social. (FOUCAULT, 1994)

³¹ No “padrão científico”, o homem ou o masculino tem sido a “norma” e isso se evidencia desde as elaborações linguísticas nas quais tradicionalmente se toma o masculino como sinônimo de humanidade. (SAYÃO, 2003, p. 122).

³² QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese de Doutorado, 2017, p. 329.

justificava a repressão e agravava os preconceitos... Isso sem mencionar os casos de homofobia e de machismo, velados ou não, cometidos no interior do próprio campo da resistência à ditadura.” (QUINALHA, Renan, 2017, p. 172).

Portanto, embora novos sujeitos políticos se apresentassem marcados por sua identidade sexual o Estado, a Igreja, a Psiquiatria, arrumavam novas formas de “controlar” e classificar esses sujeitos lidos “desviantes” pelas representações hegemônicas de poder. De acordo com Cavalcante (2018)³³, o que impera na sociedade brasileira, eram práticas e discursos que reforçavam constantemente as normas de gênero estabelecidas pela ótica heterossexual. E esses paradigmas, acabavam por possuir força moral, política e religiosa. Se manifestando e se materializando a partir de formas diferentes, em diferentes instituições, como escola, igreja, família e a mídia. E como também nos fala Cowan (2014),

“Nos anos 1970, ideologia e policiamento conservadores, vis-à-vis a homossexualidade adaptou-se à emergência de movimentos em prol dos direitos identitários. De certa forma, este foi um momento de transição, quando os teóricos anticomunistas e as forças de segurança começaram a demonizar a identidade gay – distinta da prática do ato sexual entre membros do mesmo da abertura, reacionários dentro e fora do regime associaram a homossexualidade não só como outros movimentos de direitos (especialmente o feminismo e o black power), mas também com uma onda de subversão que supostamente chegava ao ápice” (COWAN, 2014, p. 26)

Após o Ato Institucional número 5, a repressão se intensificou inaugurando assim os chamados “anos de chumbo” no Brasil. De acordo com James Green e Rennan Quinalha (2014), o ano de 1968, marcou grandes transformações em âmbito nacional, que refletiram em diversos setores da sociedade, inclusive no que se refere as sexualidades dissidentes. Eles nos falam:

“O ano de 1968, marcou a passagem para outra fase da história do regime militar. Como é amplamente sabido, este ano foi um momento de efervescência social, cultural e política no Brasil e no resto do mundo. No interior das mobilizações contra o endurecimento da ditadura, nas mudanças culturais que refletiam a sociedade em movimento, no tropicalismo e em outras manifestações do período, abriu-se um novo espaço para imaginar uma articulação política que contestasse a repressão aos homossexuais, o que se nota nas novas publicações que surgiram nesse momento. Porém. A edição do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, acabou com esse ensaio de emancipação que mal tinha sido desencadeado. A repressão, a censura, o medo e as violências, a cassação de direitos e o poder policial, que aumentou neste momento, acabaram com qualquer sonho de uma organização LGBT” (GREEN; QUINNALHA, 2014, p. 21).

Mary Del Priori (2011), em seu livro *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*, afirma que os homossexuais continuavam sob os fogos do preconceito. Mesmo ao som de Ney Matogrosso e seu “Vira, vira, vira homem/ Vira, vira? Vira, vira,

³³ CAVALCANTE, Antônio Simão. **SER‘TÃO’ TRAVESTI: narrativas de gênero, sobrevivências e resistências das travestis do sertão central cearense.** Dissertação de Mestrado, 2018, p. 195.

lobisomem”, eles e elas continuavam presos aos velhos esquemas, ou seja, ao modelo heteronormativo imposto pela sociedade.

A música “O Vira”³⁴, que tem seu trecho citado por Mary Del Priori (2011), e que também dá título a este capítulo, dada a sua importância para a época, pois acabou se tornando um hino gay. Ela fez parte de uma das canções que compôs o primeiro LP dos Secos & Molhados, banda formada por Ney Matogrosso, João Ricardo e Gerson Conrad, veio em 1973, inovar o mercado brasileiro com um disco irreverente e cheio de ambiguidades, como nos fala Trevisan (2018):

“O LP Secos & Molhados (que teria vendido então 800 mil exemplares) tornou-se, com a voz inconfundível de Ney, “o primeiro LP brasileiro de saída do armário”, um verdadeiro “manifesto homossexual”. Sem esquecer a abreviação (S&M) do nome do grupo, que remetia ambigualmente a uma estética sadomasoquista, o disco apresentava várias canções que se referiam implícita e explicitamente ao universo guei. Uma delas, que passou a tocar dia e noite nas rádios, brincava com a dança portuguesa do “vira”, lançando um dúbio e escandaloso convite: “Vira, vira, vira homem/ Vira vira lobisomem”. O lobisomem, no caso, referia-se ironicamente a esses anônimos habitantes da grande cidade, que após a meia noite deixam seu cansativo papel de abóboras para se transformar em atrevidas cinderelas. Nas boates gueis, esse sentido ficou evidente: a canção se tornou quase um debochado hino dos homossexuais de então” (TREVISAN, 2018, p. 289).

Em 2014, A Comissão Nacional da Verdade, procurou esclarecer as relações entre Ditaduras e o Estado Brasileiro e as violações e crimes cometidos contra a comunidade LGBT. Para isso, o relatório uniu militantes, presidentes dos movimentos LGBT’S e Secretarias da Cultura e da Justiça e foram realizadas duas audiências. Na primeira, além de reunir os já citados, também contou com os depoimentos dos primeiros pesquisadores sobre o tema, como James Green e Marisa Fernandes. Já na segunda audiência, pesquisadores como: Benjamin Cowan, James N. Green, Marisa Fernandes, Rafael Freitas, Renan Quinalha e Rita Colaço, também estiveram presentes.

Em seu depoimento, James N. Green (2014, p. 5), afirmou à Comissão Nacional da Verdade, que os anos em que se instaurou a Ditadura foram anos de grandes repercussões para o público LGBT, nas publicações que circulavam em 1968, já notava-se um espaço para uma articulação política, havia no Brasil a tentativa de articular novas ideias sobre sexualidade, sobre gênero mas, em 1968, com o Ato Institucional nº 5, isso acaba e os homossexuais começam a ser severamente perseguidos pelos Militares, por infringirem a “tradicional família brasileira” e a “moral e os bons costumes”.

Benjamin Cowan (2014, p. 2), historiador e pesquisador, também deu seu depoimento como membro da Comissão da Verdade, ele apresentou sua pesquisa, que fala sobre

³⁴ Lançada em 1973, no primeiro álbum do grupo Secos & Molhados, de composição de João Ricardo e Luhli.

“homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar”³⁵, alguns pontos sobre a relação entre a ditadura e as sexualidades dissidentes, revelando a aversão que o governo militar tinha sobre qualquer ato que fosse considerado subversivo, enfatizando que a homossexualidade e as demais sexualidades dissidentes, eram consideradas subversivas e até mesmo parte de uma “ameaça à segurança nacional”.

“A associação entre homossexualidade e subversão foi um dos conceitos básicos que sustentava a ideologia do regime militar e que servia como justificativa para vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, aos gays, às lésbicas e às travestis nos anos 1960 e 1970. Esta ideologia, que foi adotada oficialmente pelo Estado durante a ditadura em nome da segurança nacional, tem suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930 (...) Existiam outras influências nessa ideologia que condenavam a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médicos legais, ideias católicas tradicionais e valores conservadores sobre o comportamento de gênero -, mas a visão de que a homossexualidade representava uma ameaça subversiva à sociedade brasileira, permeava os escritos dos defensores do Golpe de 1964 e do regime militar” (COWAN, 2014, p. 305).

Contudo, esse pensamento de imoralidade, ligado à homossexualidade, também era compartilhado por alguns setores da esquerda³⁶, que acabavam por discriminar alguns militantes homossexuais. Como nos conta James Green (2012), em seu artigo sobre homossexualidade masculina e a luta armada nos anos 1960 e 1970, sobre o caso de Carlos e Mário, dois membros de grupos revolucionários, que mantinham relacionamento as escondidas, e que foram tratados por outros presos revolucionários como se fossem doentes. “Para muitos dos guerrilheiros presos e outros revolucionários, o relacionamento homossexual gritante de Carlos e Mário representava um comportamento “contrarrevolucionário”.” (GREEN, 2012, p. 59).

Ainda segundo o autor, Carlos e Mário sofreram supostamente até mesmo ameaças de morte partidas dos presos revolucionários, pois vários membros da esquerda, consideravam a homossexualidade, como sendo um comportamento impróprio e inadequado. Green (2012), fala que havia pelo menos cinco enquadramentos ideológicos dentro da esquerda, para classificar a homossexualidade. Alguns tinham a ideia de que a homossexualidade era um comportamento burguês e por isso, contra a revolução. O segundo, era ligado a pensamentos médicos e psiquiátricos, que consideravam a homossexualidade como uma degeneração física e

³⁵ Para maior entendimento, vide COWAN, Benjamin. “**Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar**”. Capítulo 1. In: GREEN, James; QUINNALHA, Renan. “**Ditaduras e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade.**” São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 330.

³⁶ É uma história complexa, na qual alguns membros de grupos revolucionários receberam o apoio de seus companheiros de luta quando discutiram discretamente seus desejos sexuais, enquanto outros meticulosamente esconderam suas orientações sexuais, por medo do ostracismo. (GREEN, 2012, p. 61)

emocional. E outro pensamento, era baseado nos princípios cristãos, que consideravam a homossexualidade uma “abominação moral”.

“Sentimento anti-imperialista associado ao comportamento homossexual e críticas à homofobia com influências alheias e estrangeiras (leia-se: EUA). Além disso, os esquerdistas propagavam conceitos populares que rejeitavam a homossexualidade masculina, uma vez que isso implicava a feminização da masculinidade. E interrompia a construção generalizada de masculinidade revolucionária, que estava no centro das auto-imagens dos militantes. O Partido Comunista Brasileiro pró-soviético, bem como suas várias ramificações na década de 60, que vão desde o Partido Comunista do Brasil até os grupos guerrilheiros pró-cubanos, todos seguiam a perspectiva tradicional sobre a homossexualidade, compartilhada pelo movimento comunista internacional. De acordo com esta visão, o homossexualismo era um produto da decadência burguesa e desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado e com o estabelecimento da sociedade comunista” (GREEN, 2012, p. 71).

Green (2012), também nos conta da trajetória de Hebert Daniel, um estudante de medicina que viveu entre dois mundos. Se por um lado, ele queria assumir abertamente sua sexualidade, por outro, ele pretendia desesperadamente se tornar membro de alguma organização revolucionária, por tanto, optou por esconder sua sexualidade dentro do movimento, e acabou compartilhando apenas com três militantes femininas. O autor nos conta, que no livro de memórias de Daniel, ele diz acreditar que a homossexualidade era incompatível com a práxis revolucionária.

“Poucos relatos sobre o “poder gay” chegaram à imprensa brasileira. A censura de notícias, incluindo informações sobre a homossexualidade e o movimento internacional em desenvolvimento, foi particularmente dura entre 1969 e 1973, precisamente no momento em que a luta armada estava em seu apogeu. Herbert Daniel e outros esquerdistas revolucionários, com desejos homoeróticos, que se envolveram em batalhas contra a ditadura, simplesmente não tinham fácil acesso a essas ideias na década de 60” (GREEN, 2012, p. 85).

Sobre este aspecto, de pouco se ter acesso a informações sobre homossexualidade, por conta da censura dos meios de comunicação e da literatura existente, perguntado sobre como a homossexualidade era vista dentro dos grupos revolucionários, o professor Afonso Medeiros, nos fala:

“Ela não era abordada, quer dizer na prática era moldada, obviamente porque rolava muito muito sexo nessa vida estudantil de uma maneira geral, todo mundo ali, enfim, mas muitos anos depois, eu tão ingênuo fui descobrir depois, por exemplo que inclusive a sedução era uma estratégia de convencimento para chamar alguém para determinado grupo político, entendeu? E eu acho que eu fui vítima, aliás “vítima” entre aspas, sobre esse tipo de estratégia, mas isso é uma outra história... mas por exemplo, eu me lembro de no próprio interior do cultural do DCE, porque a questão de discutir a questão sexual para mim já era importante pra mim naquele tempo. Porque os meus primeiros momentos de UFPA como aluno foi o momento que eu saí do armário, era importante discutir isso, entretanto, havia uma ideia, uma lei escrita de que as lutas das “minorias”, elas poderiam ser encorpadas por uma luta maior, que é a luta do proletariado, de igualdade e etc, ou poderiam vim depois, a tal ponto que diziam: “Então vocês só vão gozar depois que vier a revolução?” Mas assim, não

havia... acho que o primeiro livrinho que eu comprei sobre a questão da discussão da homossexualidade, no campo e nas esquerdas, eu comprei justamente nessa época, mas não havia dentro do movimento, um reconhecimento abrangente da luta feminista, da luta anti-racista, das lutas homossexuais, não havia. Se colocava isso no horizonte, mas não se desenvolvia grupos de discussão, de pesquisa, todo mundo era camarada, todo mundo era companheiro. (...) dentro dos movimentos estudantis a coisa também era velada. Mesmo dentro do movimento estudantil... claro, a gente sabia, como a gente percebe na sociedade como um todo quem era quem, quem não era. Mas não havia... o que pode ser por vários motivos, até por auto repressão e tal. Mesmo que a universidade naquela época já fosse um ambiente mais permissível, digamos assim, a gente não via meninas andando de mãos dadas, meninos andando de mãos dadas. Embora a gente soubesse que fulano tinha um companheiro, fulana tinha uma companheira, mas não havia esse clima.”³⁷

Como podemos observar, a homossexualidade apesar de estar em grande evidência, havia uma tentativa de silenciar o sujeito homossexual. E isso se dá, principalmente pela falta de informação que se poderia ter acesso na época. Com a censura dos meios de comunicação, um governo que claramente rejeitava as sexualidades dissidentes, era de se esperar que a população tivesse informações limitadas e estereotipadas sobre as questões ligadas a sexualidade. E essa censura por parte da Ditadura, ocorria de diferentes formas, seja por estamparem manchetes na sua maioria com assuntos vinculados a imoralidade ou a crimes, os estigmas³⁸ a respeito da homossexualidade estavam sempre presentes nas páginas dos jornais que serão mostrados neste trabalho, e que por sinal eram três dos jornais com mais circulação na época, pertencentes a grande mídia. *A Província do Pará, O Liberal e Folha Vespertina.*

Trevisan (2018), nos fala que durante a década de 1970, houve o que ele intitula de “desbum-gay”, pois é o momento que sujeitos que se identificavam como pertencentes a alguma sexualidade dissidente, estavam ganhando mais notoriedade na mídia e conseqüentemente, na sociedade e no meio artístico. Ele cita as maiores referências midiáticas da época, falando das músicas de Caetano Veloso, cantor e compositor brasileiro, membro do movimento tropicália, que mesmo sendo casado, tinha frequentemente sua sexualidade posta em voga, por conta das letras de suas músicas e também por acreditarem que ele possuía até mesmo um romance com Gilberto Gil, também cantor e membro do movimento tropicália.

“Sua ambigüidade, que perturbava militares e esquerdas, foi também responsável pela imagem de um Caetano não ortodoxo na área dos costumes — “onde queres família sou maluco/ [...] onde buscas o anjo sou mulher”, proclamava ele numa canção. Sua própria amizade com Gilberto Gil, do qual era inseparável apesar de ambos serem casados, de início deu margem a especulações que se pretendiam maldosas. Ainda que repetisse de forma explícita que não transava com homens, Caetano provocou furor

³⁷ Afonso de Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

³⁸ O conceito de estigma nasceu com o sociólogo Erving Goffman, e faz referência a todos os sujeitos estigmatizados na sociedade, homossexuais, ex-presidiários e sujeitos com incapacidade física, a quem eram impostas normalidades e termos depreciativos. - GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 2012, p. 11-13.

quando, após voltar de Londres, na década de 1970, subiu aos palcos brasileiros de bustiê e batom nos lábios, requebrando com os trejeitos campy de Carmen Miranda. Numa entrevista, ele se referiu explicitamente ao seu desejo de ser múltiplo, confessando ter uma forte e consciente identificação feminina, desde pequeno. Ainda mais provocador em seus shows posteriores — verdadeiros festivais de desmunhecação —, Caetano costumava beijar com insistência a boca de cada um dos seus músicos (e alguns deles eram muito atraentes!) diante do público, que urrava de delírio.” (TREVISAN, 2018, p. 286)

E o autor continua falando sobre outro grupo que causou furor durante a década de 1970, foram as Dzi Croquettes, um grupo teatral sui generis, que buscou embaralhar os padrões de gênero masculino e feminino em suas apresentações, que causavam bastante desconforto ao regime militar. Outro artista em destaque era Ney Matogrosso, que tinha grande repercussão por trazer em seu repertório uma “afrota sexual”, “Ídolo entre camadas de todas as idades e classes, Ney criou perplexidade na mídia. Homem? Mulher? Viado? Sua voz feminina — na realidade um raro registro de contratenor, sem nenhum falsete — contrastava com seu corpo másculo e peito peludo.” (TREVISAN, 2018, p. 289) Ele também nos fala, que a partir de meados da década de 1970, o amor homossexual começou a furar a barreira da censura ditatorial e dos setores mais reacionários, para chegar até as capas de revistas de circulação nacional. Como no caso da *Revista IstoÉ*, que estampou dois homens de mãos dadas em sua capa, além de uma matéria sobre o tema. E também, em veículos comerciais, como no caso da campanha publicitária dos perfumes Rastro “(...) fez veicular, em três páginas inteiras de várias revistas semanais, lindíssimas fotos de três casais — respectivamente, um homem e uma mulher, duas mulheres, e dois homens, acompanhados da frase: “Para contatos irresistíveis de primeiro, segundo e terceiro grau”. (TREVISAN, 2018, p. 294)

Vale ressaltar, que o período abordado neste capítulo, eram os famigerados “anos de chumbo”, período onde a Ditadura militar-civil passava por sua fase mais agressiva, e como dito na introdução deste trabalho, o processo de reabertura política teve seu início em 1974 durante o governo Giesel, ou seja, ou termos estigmatizadores presentes nas seguintes reportagens, também carregam não só uma ideia de imoralidade, mas também de um discurso pautado nos conceitos conservadores pregados pelo governo da época. Termos como “bicha”, “bonecas”, “aberrações”, eram alguns dos estereótipos usados pelas reportagens.³⁹ Como também nos fala Cowan (2014):

“Nos anos 1970, ideologia e policiamento conservadores, vis-à-vis a

³⁹ Aqui, utilizo “estigma” como uma palavra, assim como Veras (2015), não estarei utilizando como uma categoria ou dispositivo. Ver “O Dispositivo Estigma”, p. 157. In: VERAS, Elias. **CARNE, TINTA E PAPEL: a emergência do sujeito travesti públicomidiatizado em fortaleza (ce), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. Florianópolis, 2015.

homossexualidade adaptou-se à emergência de movimentos em prol dos direitos identitários. De certa forma, este foi um momento de transição, quando os teóricos anticomunistas e as forças de segurança começaram a demonizar a identidade gay – distinta da prática do ato sexual entre membros do mesmo sexo – como um complô arquitetado pelos inimigos do estado. Já nos anos 1970 da abertura, reacionários dentro e fora do regime associaram a homossexualidade não só como outros movimentos de direitos (especialmente o feminismo e o black power), mas também com uma onda de subversão que supostamente chegava ao ápice.” (COWAN, 2014, p. 26)

1.1 CRIME CONTRA A NATUREZA: A Construção da representação da Homossexualidade e seus marcadores sociais

Como dito anteriormente, na introdução deste trabalho, os periódicos selecionados apoiavam o regime militar e isso refletia em seus discursos⁴⁰. Dessa forma, veremos a seguir, como a homossexualidade masculina é representada nesses periódicos, que adjetivos são usados para defini-los e de que forma a imprensa lidava com as questões condizentes as transformações que estavam ocorrendo na época.

A reportagem a seguir, intitulada: “Crime Contra a Natureza” que está localizada no fim da página do jornal, foi selecionada por deixar bastante evidente a insatisfação do jornal sobre uma posição tomada pela senhora Rita E. Hauser, representante americana na Comissão de Direitos Humanos, em uma conferência sobre “A libertação da mulher e a Constituição”, onde a mesma afirmou que não havia meio maior de alcançar essa liberdade senão sendo pelo casamento de pessoas do mesmo sexo. Opinião esta que gerou o descontentamento do Jornal em questão, como o próprio título deixa evidente, tratando como “crime” como forma de fazer com que o leitor compartilhasse da mesma opinião ao ler a matéria, pois os mesmos acharam a declaração da Advogada um insulto à moral, à família e usaram termos como: “homossexualidade é igual a prostituição”, “é um atentado a família” e “A homossexualidade é aberração da própria natureza”. Como se não bastasse esses termos ofensivos, ainda disseram que o normal era a união entre homem e mulher, pois visava a reprodução e que sair disso era uma degradação e afirmar juridicamente como fez a advogada americana, é rebaixar o homem a nível inferior ao dos animais e que o homossexualismo deve ser considerado um crime contra a natureza.

“A homossexualidade é como prostituição. Esta, embora proibida pelo atentado que representa à família, é tolerada, sendo mesmo denominada de “a profissão mais velha do mundo”. E que atende as necessidades fisiológicas dos homens não casados. Mas

⁴⁰ O conceito de representação utilizado parte das análises de Roger Chartier (1991, p. 183) que nos fala sobre a produção do coletivo no mundo social, pois considera as representações coletivas como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social.

se enquadra no comércio dos sexos, dentro das leis naturais da fisiologia. A homossexualidade, ao contrário, aberrava da própria natureza e por isso sempre foi condenada pelos códigos. (ANDRADE, Theophilo de. Crime Contra a Natureza. A Província do Pará, Belém/PA, 28 agost. 1970. Caderno 3, p. 5 – Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.)” “Esta (união entre homem e mulher), foi criada pela natureza como um engôdo, visando a reprodução, engôdo que o homem na marcha ascensional do espírito, sublimou no amor. Sair disto é uma degradação e chegar ao ponto de defender juridicamente, casamento entre pessoas do mesmo sexo, como acaba de fazer aquela advogada, é querer rebaixar o homem a nível inferior ao dos animais. E o homossexualismo é considerado um crime contra a natureza.”⁴¹

Como podemos perceber, no discurso do Jornal, a homossexualidade era vista como um crime contra a natureza, como a própria reportagem se intitula, deixando bem explícito para o leitor que se trataria de algo que deveria ser “desprezado” pela sociedade e o Jornal não se poupou em nenhum momento, em tratar a homossexualidade com rispidez. Nota-se que o uso de termos que reforçavam estereótipos sobre a homossexualidade, tratando como “aberração da natureza”, reforçando o discurso cientificista do século XIX, onde a homossexualidade era vista como algo pecaminoso em detrimento dos valores heterossexuais, como dito anteriormente. Nota-se que apesar das transformações estarem ocorrendo mundialmente, os estigmas sobre a homossexualidade, ainda era bem presente nesta reportagem. Pois como afirma Silva (2012)⁴²,

Um relacionamento amoroso entre pessoas do mesmo sexo jamais poderia ser legítimo, porque no fim sempre pairaria a sombra da carência, da aflição e da insegurança por ser um tipo de relacionamento desconforme com as regras naturais e sociais. Ao contrário da conjugalidade heterossexual, que era aprovada e referendada pela sociedade, mas principalmente pela biologia que elegia o casal heterossexual e sua capacidade de reprodução como o exemplo nítido do ajuste dos seres humanos e uma vida afetiva e sexual plenamente realizada. O normal era ser heterossexual, enquanto para o “homossexualismo” só restava a marca de desvio. (SILVA, 2012, p. 36)

A reportagem deixa evidente assim que o discurso do jornal, compartilhava tanto da moralidade cristã, pelos termos presentes no vocabulário do jornal, além de compartilhar do discurso conservador do governo da época, pois os termos usados são os mesmos que frequentemente eram usados por slogans do governo e até nos discursos contidos no AI-5, como veremos a seguir. DECRETA: Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação. (Trecho retirado do Ato Institucional número 5, de 1968).

Podemos perceber essa aversão do governo para com a homossexualidade, em reportagens feitas por veículos de comunicação que eram entusiastas do golpe, ou seja,

⁴¹ ANDRADE, Theophilo de. Crime Contra a Natureza. A Província do Pará, Belém/PA, 28 agost. 1970. Caderno 3, p. 5 – Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

⁴² SILVA, Sandro José da. **Quando ser gay era uma novidade:** Aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970.

acabavam publicando notícias que lamentavam o declínio moral da juventude e alertavam sobre os “perigos” da homossexualidade. Essas manchetes, são mostradas por Cowan (2014), ele fala:

“A Revista Militar Brasileira, entusiasta ao Golpe, publicou artigos lamentando o declínio moral eo perigo da homossexualidade para a sociedade defendida por eles. Em 1968, no artigo “Rumos para a educação da juventude brasileira”, o General Moacir de Araujo Lopes, um membro do conselho editorial da revista, culpou a “infiltração comunista” feita por “pedagogos socialistas radicais” como a causa do “desastre” cultural, religioso e sexual que a juventude vivia: “realmente, como designar a aceitação do homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, do uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adúlterio, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc., etc., etc.” Em 1969, o General Souza e Melo escreveu que “publicações de caráter licencioso (...) poder[ão] despertar variadas formas de erotismo, particularmente na mocidade (...) contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes (...) sendo uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso País e no mundo.” Já em 1970, na revista Defesa Nacional, um autor que usou um pseudônimo, argumentou que a mídia estava sob a influência da “menina dos olhos do PC” e que os filmes e a televisão estavam “mais ou menos apologéticos da homossexualidade”. O General Lopes também publicou na Defesa Nacional, um artigo contra “a subversiva filosofia do profeta da juventude” Hebert Marcuse, cuja filosofia promovia “homossexualismo” junto com “exibicionismo, fellatio e erotismo anal”, e que era parte de um plano de “ações no campo moral e político que (...) conduzirão seguramente ao caos, se antes não levassem ao paraíso comunista.” (COWAN, 2014, p. 305)

Constatamos essa questão da moralidade como um importante patamar da Ditadura, que refletia na sociedade da época com a manchete intitulada “Juiz contra casamento de Homossexuais”, que se encontra no jornal Folha Vespertina, na página 3, fala sobre um juiz de Recife que se manifestou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e disse que além dos impedimentos de ordem legal, havia impedimentos de ordem moral que seria “um ato sem sentido e seria absurdo que essa ideia fosse admitida pois faria surgir uma população totalmente degenerada.”

“Declarando ser inteiramente impossível o casamento entre homossexuais, tanto no âmbito jurídico como no moral o juiz Mauro Jordão Vasconcelos refutou a ideia de alguns padres holandeses, que aconselham a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo desde que seja respeitada a fidelidade entre os nubentes e que estes tenham realmente vida em comum. E acrescentou: “além dos impedimentos de ordem legal, existem as reprovações morais que tornam impossível a celebração do casamento entre homossexuais, é um ato sem sentido e seria absurdo que esta ideia fosse admitida pois faria surgir uma população inteiramente degenerada.”⁴³

Podemos perceber com essa manchete, que já contém um título chamativo, para ganhar o olhar do leitor, que o jornal dando voz a esse juiz, acaba perpetuando seu discurso conceitos estereotipados, tratando a homossexualidade, como sendo pertencente a uma classe de degenerados. Utilizando palavras como “reprovação moral” e “inteiramente degenerada”,

⁴³ Juiz contra casamento de Homossexuais. - Jornal Folha Vespertina, 06 de outubro de 1970, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

comprovam a aversão do juiz à homossexualidade, e esse discurso perpetua a ideia de que seria impensável o casamento entre pessoas do mesmo sexo, deixando subentendido suas ideias ligadas à heteronormatividade, deixando para a homossexualidade o papel da “inversão” de valores. Pois de acordo com Leonardo da Silva Martinelli (2019),

“Além desta censura sobre a imprensa e pela (DCDP) havia outras modalidades como a autocensura, tentativas de silenciamento, repressões e torturas manifestadas sobre adversários políticos e culturais, além dos não-seguidores da moralidade intensamente valorizada no período. Os homossexuais tiveram – e ainda têm – dificuldades de aceitação por grande parte das pessoas por questões oriundas da heteronormatividade institucionalizada responsável pela discriminação daqueles que não correspondem às expectativas sociais esperadas.” (MARTINELLI, 2019, p. 166)

Reforçando esse discurso estigmatizado sobre a homossexualidade, a reportagem que vamos analisar a seguir, está localizada na primeira página do jornal Folha Vespertina, e trata-se nada mais e nada menos do que uma série de estereótipos que tentam assimilar a homossexualidade e a religião desses sujeitos, a falta de caráter, ligando a orientação sexual e a sua religião a crimes, como se ambas as coisas estivessem relacionadas. O título da reportagem é: “Dois Enxutos Passam a ser assaltantes.”

“Dois homossexuais e macumbeiros e o jovem filho de um agente de Polícia foram capturados pela madrugada de hoje, no interior de um bar no Guamá, depois de haverem assaltado um cidadão, armados de um cabo de bateria e de uma peixeira, tomando-lhe 40 cruzeiros e documentos. Estes se encontravam sobre o telhado do bar. Todos foram atuados em flagrante.”⁴⁴

Nessa primeira parte da reportagem, localizada na primeira página, nos é apresentado o estigma de criminalidade atribuído aos homossexuais, principalmente por serem considerados de uma religião não tão bem quista pelas raízes cristãs conservadoras. A tentativa é de inferiorizar, chamando por “macumbeiros”, e tratando o filho do policial apenas como “um jovem”, decerto por acreditarem que ele estava apenas andando em más companhias e que provavelmente fora influenciado pelos rapazes homossexuais, com o intuito de amenizar e criar uma imagem de “inocência de juventude” ou seja, que ao contrário dos outros dois, que estão já predispostos a “imoralidade” e a “subversão”, ele só era um jovem filho de um policial, não existia outro contraponto além de seu roubo que o pudesse classificar como “escória da sociedade”, diferentemente do que ocorreu com os que foram identificados como homossexuais. Ou seja, por não estarem inclusos no “padrão” heteronormativo⁴⁵, acabaram por

⁴⁴ (Dois Enxutos passam a ser assaltantes. - Jornal Folha Vespertina, 19 de maio de 1971, p. 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA).

⁴⁵ “A concepção binária do sexo, tomada como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade.” (LOURO, 2016, p. 84)

ter sua imagem infinitamente mais negativada pelas páginas do jornal.

Sobre essa heteronormatividade, vista nas páginas do jornal e bastante pregada nos discursos difundidos na época, Butler (2000)⁴⁶, fala que a heteronormatividade cria através de normas regulatórias os corpos que são considerados aceitáveis para consolidar o imperativo heterossexual e que impede ou nega outras identificações, criando assim corpos abjetos, que exige assim um domínio sobre esses que ainda não são considerados “sujeitos”. Negando assim, a sua existência. Para a autora, não há uma distinção entre sexo e gênero, ela questiona a existência do sexo como sendo biológico, definido apenas por seus órgãos genitais. Pois os discursos normalizantes, pregam que o sexo antecede os valores culturais. Ela questiona os valores já impostos pela normalidade, questionando o processo de formação das identidades. Pois “Uma vinculação desse processo de "assumir" um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações.” (BUTLER, 2000, p. 155) Em seus estudos, Butler (2017)⁴⁷, fala sobre os sujeitos que não fazem parte da heteronormatividade, e que os mesmos acabam por pertencer a um grupo que será visto como “incoerente” e por grupos que regulam as “identidades” dentro da sociedade.

“(…) assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. (...) A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. Neste contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas da inteligibilidade cultural.” (BUTLER, 2017, p. 38).

Ao citar Butler, Facchini (2005)⁴⁸, fala sobre como a autora ao refletir sobre as “identidades de gênero falidas”, que escapam a um padrão de intangibilidade no interior das

⁴⁶ BUTLER, Judith. “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In. LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.

⁴⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

⁴⁸ FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 304 p.

normas culturais, questiona a correlação necessária, entre sexo e gênero, em termos de continuidade e coerência.

“Tal relação, de acordo com a autora, implicaria ainda a heterossexualização do desejo, assentada sobre a complementariedade entre homem-masculino e mulher-feminina. Essa correlação necessária entre sexo, gênero e desejos/práticas sexuais, denominada de “matriz heterossexual reprodutiva”, é entendida pela autora como uma construção normativa, um modelo que se apresenta como original/autêntico e submete qualquer variação à posição de mera cópia.” (FACCHINI, 2005, p. 18)

Como também nos fala Sayão (2003), somos identificados logo quando nascemos, com base em diferenças biológicas, de acordo com determinado “sexo”, por uma simples observação dos órgãos genitais e essa condição, deve valer para toda a vida. E dessa forma, somos classificados como “homens” ou “mulheres” e para manter esses discursos de pé, a sociedade se utiliza da ciência como forma de confirmação para essa discussão. Pois “No “padrão científico”, o homem ou o masculino tem sido a “norma” e isso se evidencia desde as elaborações linguísticas nas quais tradicionalmente se toma o masculino como sinônimo de humanidade.” (SAYÃO, 2003, p. 122).

Podemos perceber a permanência nesse discurso heteronormativo, na terceira página do jornal, na continuação da reportagem, agora de uma maneira mais detalhista de como ocorreu o evento do roubo e a participação dos sujeitos descritos na reportagem anterior. O título dessa segunda parte, é: “Homossexuais também viraram assaltantes no Guamá”.

“Três indivíduos, entre eles, dois homossexuais e macumbeiros, armados de um cabo de bateria e uma peixeira, assaltaram, na madrugada de hoje, um cidadão de quem roubaram 40 cruzeiros e todos os seus documentos. Diligenciando o escrivão Mário Rodrigues conseguiu capturar os acusados, quando já se divertiam em um bar, sobre cujo telhado tinham atirado os documentos da vítima. Ainda estavam com as armas utilizadas. [...] Depois de alguma procura, já amanhecia (5, 10 horas), quando foram localizar todos no interior do bar no Guamá, estavam bebendo. Surpreendidos pela polícia, não puderam fugir. Foram levados para o posto onde se indentificaram como sendo: Raimundo Nonato dos Santos Medeiros, de 18 anos, filho de um agente de polícia e que estava se revelando ser um perigoso marginal no Guamá; Marle Antônio Ferreira da Rocha, homossexual de 19 anos. Também se diz macumbeiro, fazendo suas “preces” em sua própria residência. E Daniel dos santos Martires, de 22 anos, homossexual, macumbeiro, proprietário do “Terreiro João de Deus”, em poder dos mesmos foram encontrados um cabo de aço e uma peixeira.”⁴⁹

Nesta segunda parte da reportagem, nota-se que a imagem do rapaz que é filho de um agente policial, inclina-se para um tanto quanto insatisfatória no discurso do jornal, que enfatiza que apesar do rapaz ser filho de policial, ainda assim se tornou um “perigoso

⁴⁹ Homossexuais também viraram assaltantes no Guamá. -Jornal Folha Vespertina, 19 de maio de 1971, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

marginal”, já no que tange aos dois rapazes que foram carimbados com sua orientação sexual e sua crença religiosa, pouco se acrescenta no discurso, os estereótipos são reforçados, de uma maneira a fazer entender que essas características de alguma forma influenciam no fato de ambos praticarem assaltos. Tentando mais uma vez ligar a homossexualidade a algo infortúnio, da mesma forma que a religião dos acusados. Sobre essa questão da homossexualidade ligada as religiões afro, Fry (1982)⁵⁰, faz uma análise dos terreiros em Belém, e diz que vários conceitos são criados no campo das relações entre homossexualidades e religiões afro, que são forjados em campo pelos atores sociais em suas experiências cotidianas e como esses conceitos se aproximam ou se afastam de concepções mais generalizantes. Ele afirma que é raro o termo “homossexual” ser utilizado em cultos. São mais comuns os termos como “bicha”, “pederasta”, “fresco” e “viado”, como categorias de acusação. Ele fala, que existe uma divisão interna, dentro dos terreiros que se utiliza do mesmo conceito da heteronormatividade, percebida no contexto masculinizado entre os que “dão” e os que “comem”. De um lado, há os “machões” e de outro, as “bichas”. Essa íntima relação entre religiões afro e homossexualidade, nos faz entender como esses estigmas eram utilizados para se referir a esses grupos identitários.



Figura 1. A Província do Pará, 19 de maio de 1971, Belém. Fonte: Centur

⁵⁰ FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

Na figura acima, podemos ver a imagem dos acusados, apesar de o jornal não direcionar sobre quem seria quem, na imagem. Mas chamam os três de assaltantes na legenda e os fazem posar com a arma em mãos, em um caderno policial, ligando mais uma vez a homossexualidade à marginalização. Outro ponto que devemos destacar, é que os acusados foram atuados em um bar localizado no bairro do Guamá, periferia de Belém. Entretanto, o jornal não deixa claro se o bar era voltado para ser um local de sociabilidade deste grupo identitário. Sobre essa relação bar/periferia/homossexualidade, REIS (2020)⁵¹, ao citar Marra (2008), fala sobre a ocupação da cidade e que o seu boom demográfico ocorreu por volta dos anos 1960, e que parte da população que desembarcou em Belém e na região metropolitana, nordestinos e pessoas vindas de diversos interiores paraenses, passaram a ocupar os bairros “periféricos”, que também são chamados de baixada. O autor também afirma:

“Os (bairros) que são ladeados pelos rios, a exemplo do Guamá, da Condor e da Terra Firme. Foi, portanto, nesse processo de ocupação desigual que as/os moradoras/es dessas “periferias” puderam se reconhecer enquanto pertencentes de um lugar e, então, criar estratégias de sobrevivência que passam, inevitavelmente, por aspectos identitários, econômicos, políticos, culturais, religiosos, históricos e sociais. Não à toa, por exemplo, as/os moradoras/es do Guamá se reconhecem como guamaenses, as/os moradoras/es do Jurunas como jurunenses etc.” (REIS, 2020, p. 45)

O autor também nos fala, dos problemas que os homossexuais enfrentavam com a polícia dentro desses espaços de sociabilidade, e ele cita o exemplo da autora Achilles (1992), que fala como ocorriam essas perseguições policiais, nesses espaços de sociabilidade, que agia de maneira taxativa, de acordo com a orientação sexual do dono do bar.

“(…) cabe abrir um parêntesis pontual para mencionar outras relações tensas entre homossexuais e polícia e o quanto determinadas perseguições policiais ajudaram a criar relações de simbiose entre espaços e indivíduos. Segundo Achilles (1992 [1964]), a partir do processo de institucionalização de bares gays em São Francisco (EUA), a ambivalência entre a quantidade expressiva de estabelecimentos comerciais destinados ao público LGBT e a pouca possibilidade de demonstração pública da (homo)sexualidade, justamente pelas constantes perseguições policiais, exacerbou os constantes conflitos entre grupos LGBT e a polícia. Conforme a autora, uma das características promissoras para a permanência desses bares era a publicização identitária da/do proprietária/o, algo que, de acordo com Achilles, não apenas identificava o público que se queria atingir, assim como formatava tais bares enquanto ambientes seguros e acolhedores.” (REIS, 2020, p. 49)

Reis (2020), nos conta que havia uma tensão em se afirmar quanto um bar de sociabilidade homossexual. Ele dá o exemplo de seu estudo de caso sobre o Bar da Ângela, que

⁵¹ REIS, Ramon. Da Arte de Pecar ao Refúgio dos Anjos: (homo)sexualidades, amizades e resistências em um bar na “periferia” de Belém. In: **Diversidade em perspectiva** / Ronaldo Trindade, Carlos Amorim Caldas (Organizadores). – Cametá, PA: UFPA - Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2020.

era de propriedade de Reginaldo e suas irmãs, Ângela e Silmara. O bar, tentou de início se afirmar como um bar não-identitário, mas começaram a notar que a maioria dos frequentadores, eram mulheres e homens homossexuais. E essa identificação, do bar como sendo um espaço de sociabilidade homossexual, preocupou a princípio os proprietários.

“Ainda que este, em um primeiro momento, vislumbrasse um bar não-identitário, alternativo, por um certo resguardo em torno dessa publicização e das perseguições policiais e da vizinhança, tais aspectos me fizeram pensar que esta chave argumentativa talvez sustente uma lógica classificatória e estigmatizante entre a representação de uma (homo)sexualidade “mais respeitável” e outra “menos respeitável”. Isso, em certo sentido, explica o fato de algumas/ alguns se identificarem como entendidas/os e não como homossexuais, sendo o primeiro termo mais discreto e opaco do que o segundo, ou seja, o público que frequentava o bar e que garantiu sua popularidade, almejava uma não-publicização de suas identidades e tampouco a identificação do bar enquanto espaço de sociabilidade homossexual.” (REIS, 2020, p. 51)

Ou seja, existia uma preocupação em ser considerado um bar de circulação homossexual, e o autor ressalta a predominância de estigmas sociais, onde existem os homossexuais mais normativos e, portanto, mais respeitáveis, e os mais “efeminados”, e portanto, “não respeitáveis”. Essa relação pode ser percebida nas páginas do jornal, que o tempo todo classifica a orientação sexual dos acusados, portanto podemos constatar que se tratavam de homossexuais mais efeminados. E devido também, a normalidade, não podemos constatar se o filho do policial se tratava se um homem gay que não possuía “trejeitos” e que por conta disso, acabou não sendo classificado pelo jornal como homossexual. Outro ponto que nos deixa intrigados, é que o bar fica na periferia do Guamá, mas também não podemos afirmar se se trata de um bar de sociabilidade homossexual, pois como vimos na bibliografia mencionada, era comum que os bares tentassem mascarar essa posição, justamente por medo de perseguições da polícia e da vizinhança.

Voltando a relação entre homossexualidade e religiões afro, podemos entender melhor, na reportagem a seguir, localizada no caderno policial do Jornal A Província do Pará, fala sobre uma sessão que havia ocorrido em um terreiro, e que o pajé Braz Gonçalves da Costa teria pegado “santo” e tentado “enamorar-se” do policial Wilson, e o mesmo acabou revidando as tentativas do pajé com alguns tapas.

“A sessão de macumba no terreiro do lili na quinta-feira, deu em grossa pancadaria, sendo o causador de tudo, o pajé Braz Gonçalves da Costa. Este, quando estava pegando o “santo”, passou a enamorar-se do soldado da Polícia Militar do Estado Wilson, que para se ver livre da conquista, aplicou no pajé alguns tapas, provocando sua ida para o pronto socorro da vila de Icoaraci. Todas as quintas-feiras, realiza-se animada sessão de pajelança no terreiro do Lili, na Vila de Icoaraci. A cerimônia é assistida por várias pessoas adeptas da umbanda, além de muitos curiosos, que gostam de assistir as manifestações dos “santos”. Na sessão de quinta-feira, tudo decorria

animadamente com os caboclos tendo toda liberdade para se incorporarem em seus simpatizantes. Em dado momento o pajé Braz Gonçalves da costa foi incorporado por um santo muito forte e audacioso, passando a tirar gracinhas com o sd. Da policia militar do estado Wilson, que não gostou da brincadeira, passando a agredir o Braz, aplicando-lhe murros e pontapés. Desincorporado, Braz foi atendido no Pronto Socorro da Vila de Icoaraci, retirando-se após ser devidamente medicado.”⁵²

Pelo que é mostrado na reportagem, o pajé seria o líder do terreiro em questão, e em nenhum momento é referido a ele qualquer um dos termos estigmatizantes, mostrados anteriormente, o que fica evidente, é que o jornal não enquadrou o pajé na categoria de efeminado, ou de “bicha”, acreditava-se por tanto que tudo não passou de um “efeito colateral” da sessão de “santo”. Contudo, fica bastante evidente o quanto o policial repudiou a atitude, sendo ela “sem querer” ou não, tratou o caso como muitos “machões” faziam na época, agredindo, humilhando e por vezes, até matando, como veremos mais profundamente nas outras reportagens que compõe este trabalho. Sobre essa questão, Fry (1982), aponta que, “Primeiro, os homossexuais passivos aderem aos cultos a fim de desempenhar papéis femininos. Segundo, ao agir dessa maneira, eles podem adquirir prestígio como líderes religiosos, compensando seu status de homossexual.” (FRY, 1982, p. 60)

Este seria, porém, o caso de Braz Gonçalves? Não podemos afirmar, pois este é mais um caso onde não conseguimos ter acesso ao depoimento do sujeito, e ficamos apenas com o relato do jornal e somente uma versão dos fatos.

Podemos perceber essa marginalização da homossexualidade, em outras reportagens, como essa que será mostrada a seguir, onde novamente a sexualidade do indivíduo que cometeu um crime de roubo, é novamente colocada em ênfase. Localizada no jornal O Liberal, no caderno policial, e intitulada “Dupla de Homossexuais faz assalto na passagem Umariz”.

“Ser assaltante ao que tudo indica, não depende de muita masculinidade. Pelo menos isso deduziu o comissário Astrolábio Castro do DP da cremação quando recebeu a queixa de Sebastião dos Santos, o qual foi assaltado por dois homossexuais. Sebastião contou que caminhava pela avenida Alcindo Cacela ao atingir a passagem Umariz foi assaltado pelos homossexuais, conhecidos por Paulo e Sadi, os quais lhe tomaram um relógio Seiko e a importância de Cr\$ 120,00. Salientou o queixoso que os extrovertidos estavam em companhia de outros elementos que lhes deram cobertura. A vítima não reagiu para evitar que fosse baleado, pois os assaltantes se mostravam bastante nervosos.”⁵³

Nessa manchete, podemos perceber novamente, a criminalidade novamente ligada a homossexualidade, além de ser posta em ênfase a sexualidade dos sujeitos. No início do

⁵² Pegou “santo”, enamorou-se do policial e levou surra. – **A Província do Pará**. 25 de maio de 1975. P. 13. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

⁵³ Dupla de homossexuais faz assalto na passagem Umariz – O Liberal, 12 de maio de 1972, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA

discurso do jornal já se nota o tom hostil onde empregam a palavra “masculinidade”, como se o homem por ser homossexual, perdesse o status de “homem másculo”. Segundo Carrara e Simões (2007, p. 69-70)⁵⁴, a categoria homem, nesse caso, abarcaria todos os indivíduos do sexo masculino que supostamente mantivessem posição ‘ativa’ em relações sexuais com mulheres ou homens, indiferentemente. Homens sexualmente ‘passivos’, tratados como ‘bichas’, ‘viados’ e etc., seriam percebidos como uma espécie de híbridos, nos quais atributos anatômicos masculinos se misturariam a características de gênero femininas. Ou seja, além da tentativa de enfatizar a sexualidade dos sujeitos, criando mais um estereótipo, de que o homem homossexual, por ser homossexual não teria qualquer “pudor moral”, ainda ironizam quando insinuam sua falta de masculinidade. Como nos fala, Reis (2020)⁵⁵, existiam 3 classes de homossexuais, as “bichinhas” ou “escrachados”, os “enrustidos” e os “entendidos”.

“Além disso, tais termos se tornaram inteligíveis da seguinte forma: as bichinhas ou escrachados eram os que assumiam performance feminina, geralmente eram passivos e pobres; os entendidos além de assumirem a (homo)sexualidade, possuíam maior nível de consciência política e maior grau de escolaridade, e criticavam a dicotomia ativo/passivo; os enrustidos, por sua vez, hesitavam publicizar suas identidades e apenas um pequeno grupo de amigos possuía conhecimento a esse respeito.” (REIS, 2020, P. 51)

Contudo, todos esses estereótipos criados e essas tentativas de sugerir que a homossexualidade estaria ligada a um desvio de caráter, não era pensamento de todos os âmbitos sociais. Em 1973, em São Paulo, foi organizado o *II Seminário de Estudos Sobre o Homossexualismo* que contaria com a presença de cientistas e religiosos, além de educadores e pais, para discutir a questão da homossexualidade. O seminário durou cerca de 3 dias. As discussões que aconteceram nesse seminário, acarretaram para a formação do segundo seminário, e este segundo tinha como intuito tratar como irresponsável a marginalização da homossexualidade, já que tal ato acarretaria na fuga pelo uso de drogas e outras saídas mais perigosas.

“Um seminário sobre homossexualismo será realizado em São Paulo, no Teatro João Caetano, entre os dias 24 e 27, a promoção é de cursos e programações culturais, de Belo Horizonte, e terá como expositores médicos e representantes religiosos. “Segundo os promotores do seminário, o que se busca é analisar todos os ângulos do assunto, sendo uma oportunidade para que estudantes, pai, educadores e todos os demais interessados nos estudos do homossexualismo possam ter conhecimento “dos

⁵⁴ CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira**. Cad. Pagu [online]. 2007, n.28, pp.65-99.

⁵⁵ REIS, Ramon. Da Arte de Pecar ao Refúgio dos Anjos: (homo)sexualidades, amizades e resistências em um bar na “periferia” de Belém. In: **Diversidade em perspectiva** / Ronaldo Trindade, Carlos Amorim Caldas (Organizadores). – Cametá, PA: UFPA - Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2020.

mais atuais conceitos que se têm na ciência e na religião, quanto ao posicionamento da personalidade homossexual.”⁵⁶

“Para demonstrar que o homossexualismo não deve ser um assunto marginalizado “porque esta marginalização acaba prejudicando mais o homossexual, levando-o a fugas, através de tóxicos, além de outras consequências mais perigosas” será realizado nos dias 24, 25 e 27 próximos, no Teatro João Caetano nesta capital o II Seminário de estudos sobre homossexualismo, promovido pela instituição particular denominada Cursos e Programações culturais, de Belo Horizonte. O comportamento homossexual será analisado sob os enfoques endócrinológico, psiquiátrico e moral-religioso.”⁵⁷

Podemos observar que o primeiro seminário sobre a homossexualidade, pretendia analisar pelos âmbitos científicos e religiosos⁵⁸ e levam para o mesmo caminho no segundo seminário, mas dessa vez condenam a marginalização desse grupo identitário, todavia ainda tratam a homossexualidade como uma questão psíquica e religiosa, mantendo os mesmos palestrantes para tratar do assunto. Embora haja uma tentativa de supostamente descriminalizar esse grupo tão marginalizado pela sociedade, o discurso cientificista e moral, ainda permeia nas palavras contidas na manchete do periódico. Ou seja, não se pode dizer que o discurso do jornal para com a homossexualidade tenha mudado, pois outras reportagens que sucedem esta, ainda relatam a homossexualidade com desdém, veremos isso mais a frente. Para explicar a organização deste seminário em 73, vale informar que se tratava de algo que estava ocorrendo naquele ano, um novo discurso sobre que a homossexualidade deveria ser desvinculada a doenças mentais, como afirma Silva (2012), que a Associação Psiquiátrica Americana de excluir, em 1973, todas as manifestações de comportamento homossexual da relação de doenças mentais. Esta ação nos Estados Unidos sem dúvida fortaleceu e incentivou o desejo por mudanças em outras partes do mundo. (SILVA, 2012, p. 28)

Porém, essas manchetes que traziam esses estereótipos, nem sempre era de conhecimento de toda a população, principalmente dos próprios homossexuais. Em entrevista concedida a este trabalho, o professor Afonso Medeiros, ao ser perguntado sobre as leituras e notícias que saíam sobre a homossexualidade na época, fala:

“Não tinha, nada de revista, nada de livro, trata-se do assunto de maneira jocosa, caricatural, havia o pasquim que era nacional, mas que quase nunca tratava dessa questão, como por exemplo tratava do feminismo. Mas o pasquim tinha aquele jeito debochado meio anárquico, mas não havia literatura, nenhuma! Nem em termos de livro acadêmico, ou literatura ficcional, nada, nada. Claro, você encontrava um giovanni dublado em “por exemplo”, mas só ia descobrir que era literatura de caráter gay, depois né? Não havia uma

⁵⁶ Seminário Homossexual em São Paulo. – O Liberal, 17 de julho de 1973, p. 4, caderno 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

⁵⁷ Seminário Condena a Marginalização do Homossexualismo – O Liberal, 20 de julho de 1973, p. 5, caderno 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

⁵⁸ Fatores exógenos, tais como religião e ética, podiam moderá-la ou erradicá-la (a homossexualidade) - GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019

propaganda nesse sentido, havia também no Brasil memórias de adriano, tinha uma literatura internacional, sendo publicada no brasil, que revelava relações homossexuais, mas que não eram por exemplo fruto de um debate, não propiciavam um debate, enfim, não havia literatura, estudos, grupos de estudos.”⁵⁹

Ou seja, tudo era muito velado, até mesmo para aqueles que se identificavam como homossexuais. Como também nos conta Eloi Iglesias:

“Isso era uma coisa muito velada, em todas as famílias como é até hoje, gay é igual vassoura, toda casa tem um. Então geralmente quando em uma família tinha mais de três, 5 filhos, a gente sabia que um tinha que ser médico, o outro advogado e um tinha que ser padre, que na verdade a gente sabia que era o que tinha níveis lgfts.”⁶⁰

Nota-se que o assunto dificilmente era falado abertamente, era um assunto velado que causava a invisibilidade desses grupos, que acabavam por aparecer na mídia, apenas quando eram ligados a crimes, perversão e promiscuidade. Apesar de que, não se mantinham escondidos da sociedade, mas a todo momento tinham agências, para incorporar a sua vivência dentro da sociedade. Como também fala Afonso Medeiros:

A minha geração em Belém quando saiu do armário, não teve medo de sair do armário, sabia que era uma questão de colocar o pé mesmo e ir pra rua, ir pra rua no sentido de deixar a cara bater.

Em Além do Carnaval, no capítulo “Abaixo a repressão: mais amor e mais tesão”, 1969-1980, as fontes analisadas por James Green mostram como funcionava o controle da efeminação dos homossexuais pela Ditadura Civil-Militar. Um dos casos mencionados ocorre em 1972, quando “o Conselho de Censura e Juizado de Menores de Belo Horizonte exigiu que dois estilistas de moda fossem banidos da televisão” (GREEN, 2019, p. 409). Nesse período, também é identificado pelo autor o aumento do número de travestis nas ruas. Contudo, existia uma repressão contra a efeminação mesmo fora do carnaval, dentro deste contexto surgem o grupo teatral Dzi Croquettes e também as performances polêmicas de Ney Matogrosso, que chegou a alcançar um grande número de pessoas devido a sua exibição na televisão. Além disso, nesse período, começa a circular periódicos voltados especificamente para a população homossexual como Gente Gay, Mundo Gay e Lampião da Esquina.

A próxima manchete, que faz parte da coluna da chacinha, no jornal A Província do Pará, mantinham-se na mesma posição sobre os homossexuais, não deixando de inferioriza-los em suas reportagens e a feminilidade existente em alguns homens. Como é o caso de Ney Matogrosso, cantor e um artista que ganhava cada vez mais holofotes em cima de si, por sua maneira “incomum” de se vestir e de se portar.

“A esta altura do campeonato vai ver cês já tão (olá, Transbrasil!) por dentro do

⁵⁹ Afonso Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

⁶⁰ Eloi Iglesias, 66 anos. Entrevista realizada 02 de junho de 2021.

perereco. No que dá a gente ser forçado a escrevinhar com relativa antecedência. De qualquer forma lá se vai: Saibam que, Ney Matogrosso, o nossa amizade que dá aquelas de segurar bandeja no “Secos e Molhados” né nada do que vocês pensam. Pai de família, dois filhos, sujeito sério, coisa e tal. Ney, que já tem 32 anos é sim, um batalhador. E se faz aquilo tudo é só mesmo para garantir o mingau das crianças. Post-scriptum – Vocês não acham que o cara também não precisava de exagerar no rebolado?”⁶¹

Nesta notícia, localizada na Coluna do Chacrinha, onde se falava dos artistas de uma maneira muitas vezes cômica, podemos notar o quanto o Jornal fazia questão de esclarecer a “masculinidade” de Ney Matogrosso, artista brasileiro que polemizou na década de 70 por suas roupas extravagantes e postura considerada irreverente para os costumes da sociedade da época. Como afirmam Peter Fry e Edward Macrae (1985)⁶², vivia-se comunitariamente, experimentava-se novas formas de consciência propiciadas pelo uso de drogas e, o que a mais importante para nós aqui, colocava -se em questão a moral sexual. Outros grupos trilhavam caminhos parecidos, como, por exemplo, os "Secos e Molhados", cuja figura mais expressiva, Ney Matogrosso, continua na mesma linha, é interessante observar como o questionamento dos papéis sexuais pode ser transformado em produções artísticas legítimas e amplamente "curtidas", até pelo atual público de Ney, em que parecem predominar respeitáveis vovozinhas e seus netinhos. Enquanto durava o sufoco, pouco mais era possível e a contestação permanecia confinada a pequenos grupos ou a um minúsculo setor social frequentador deste tipo de espetáculo teatral. (FRY, Peter; MACRAE, Edward, 1985, p. 20)

O jornal esclarece que Ney tem dois filhos e que só se porta de tal modo para “garantir o mingau das crianças”, associam a imagem de Ney a um homem batalhador e condizente com um “sujeito sério”. Subentende-se com isso, que se tornava inadmissível aceitar que um artista do porte de Ney alguém de classe média e não popular, fosse considerado “afeminado”, como a homossexualidade era rejeitada pela sociedade, era necessário esclarecer a orientação sexual de Ney, por causa da sua visibilidade, por medo que as pessoas se acostumassem com a ideia e também com o intuito de “defender a honra do artista”. No fim da reportagem, eles perguntam se a sociedade também achava que ele deveria exagerar menos no rebolado, de uma forma um tanto irônica, criticando a postura de Ney, dando a entender que um homem de família, de boa postura, não deveria se portar daquele modo, deixando claro mais uma vez a postura intolerante da Província do Pará em relação a qualquer resquício de diferença dos “padrões”.

Entretanto, queremos ressaltar que a manchete é de 1974, e de acordo com Trevisan

⁶¹ A Província do Pará, Belém, Pará, 23 março, 1974. Coluna do Chacrinha, Caderno 6, p. 5

⁶² FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** - Sao Paulo, Abril Cultural Brasiliense, 1985.

(2018)⁶³, Ney só assumiu publicamente sua sexualidade em uma entrevista em 1978, antes disso, muito se especulava sobre, principalmente por sua “efeminidade”, suas roupas caricatas e a maquiagem que fazia parte de seu figurino, muitas vezes até visto como andrógono. O que justifica o fato do jornal tentar trazer uma imagem de “masculinidade”, ligada ao artista, visto que o mesmo ainda não havia falado abertamente sobre. E ainda segundo o autor, Ney inclusive era filho de militar e já chegou a dar declarações como: “quando estou na cama com um homem, não sou uma fêmea, eu sou um homem”, pois “queira ou não, eu sou do sexo masculino e não troco meu pau por nada deste mundo”. Essa última frase, dita por Ney, problematiza estereótipos, discutidos anteriormente, sobre existir diferentes classes de homossexuais. E Ney, por conseguinte, fazia questão de dizer que não fazia parte do grupo das “bichas escancaradas”. Essa rejeição dos “efeminados” no meio gay, é destacada também por Facchini (2008), que durante o estudo de campo que fez sobre o grupo *CORSA* (grupo de militância LGBT), notou que havia de fato no meio gay, uma tendência, que pode ser notada através de meios de comunicação, como jornais, revistas e etc, uma desvalorização dos “efeminados”. “Entretanto, essa tendência não se restringe apenas à vivência pessoal ou de gueto.” (FACCHINI, 2008, p. 197). Na reportagem abaixo, que ocorreu dois anos após a anterior, o jornal permanece utilizando de ironia para se referir a Ney Matogrosso e de termos que busquem menosprezá-lo.

“Ney Falafino Matogrosso dá seu depô sobre o casamento: - Não acredito no casamento nem entre homem e mulher, que dirá entre pessoas do mesmo sexo. Acredito em companheirismo. As pessoas devem ser amigas antes de mais nada. As pessoas devem procurar em primeiro lugar, uma pessoa em que possam confiar, sejam elas de que sexo forem.”⁶⁴

Podemos perceber a ironia do jornal, ao se referir a Ney como “Ney falafino Matogrosso”. Através de um depoimento de Ney, e com um título um tanto quanto tendencioso, o jornal busca de alguma forma questionar a “masculinidade” do artista. E Ney, sendo um homem gay, não se encaixava nos padrões normativos existentes, e o casamento era um deles. Pois a sociedade era carregada desses discursos normativos, e mesmo que Ney não se considerasse “efeminado”, como dito anteriormente, o jornal buscou alfinetar o artista, usando o “falafino” como referência de feminino. São esses tipos de estereótipos que faziam com que muitos homens gays tivessem a rejeição já citada ao “efeminado”. Como nos falam Toneli e

⁶³ Numa entrevista em 1978: “Sou uma pessoa que tem emoção e sensibilidade e me orgulho de não ter que escondê-las. Eu manifesto. Agora, se dentro dos padrões isso é feminino, caguei”. Por exemplo, Ney confessou que as mulheres morrem de tesão “quando sacam que sou homossexual”. (TREVISAN, 2018, p. 296)

⁶⁴ Ney Falafino Matogrosso e o casamento. A Província do Pará, 18 de abril de 1976, p. 10. – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Adrião (2005)⁶⁵,

Embora existam diversas constituições de homens e de masculinidades, elas remetem e são remetidas a uma suposta “natureza superior” do homem, que, por sua vez, remete à dominação masculina. Nesse sentido, sustentam a existência de uma visão heteronormativa do mundo e da sexualidade, bem como das desigualdades vividas pelas mulheres como efeito das vantagens atribuídas aos homens. A dominação masculina e as relações homens-homens são marcadas por violências, simbólicas e concretas, de sorte que para ser homem é imperativo distanciar-se do oposto – mulheres e crianças, tornando o feminino o aspecto central a ser rejeitado, sob pena de ser (mal)tratado como tal (núcleo da homofobia). Ademais, os próprios homens são submetidos a hierarquias masculinas que incluem vetores como os de classe e de etnia. (TONELI; ADRIÃO, 2005, p. 101)

Portanto, dentro da própria relação entre homens/masculinidades, existem hierarquias, e dentro dessas hierarquias, um homem por ser gay já é considerado “fora da curva” e para os “efeminados”, essa rejeição ainda era mais latente. Como também afirma Trevisan (2018), “Agora, sua vida inteira se escancarava diante das plateias, familiarizando-as com uma multiplicidade de personagens homossexuais que tinham em comum justamente um esforço de normalidade, por mais chocantes e exóticos que pudessem ser.” (TREVISAN, 2018, p. 296) Portanto, podemos entender que era comum até mesmo dentro deste grupo identitário, um espécie de repúdio ao gay efeminado, dotado de três jeitos, periférico, visto como inferior por homossexuais de classe social superior.

Constata-se que o jornal trata a homossexualidade como uma questão psicológica, patológica, além de tratar a homossexualidade como neurose, vemos discursos ligados a moralidade e diversos estigmas que mesmo não tratando como uma questão de perversidade, engloba uma questão de patologia, ainda que de forma subentendida, trata a homossexualidade como doença. Este contraponto sobre a homossexualidade é discutido por Green (2019), que fala como a mesma era tratada como um desvio, uma depravação psicológica, que precisava de tratamento e não de detenção criminal.

Nas reportagens que foram analisadas anteriormente, identificamos de que maneira eram proferidas esses marcadores sociais e representações sobre a homossexualidade, que termos e discursos os jornais selecionados utilizavam para se referir a homossexualidade, tentando propagar a ideia de que a mesma era criminosa, uma doença, além de também tratá-la como imoral, muitas vezes. Criando estereótipos, que viriam a engrenar no imaginário de seus

⁶⁵ TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ADRIÃO, Karla Galvão. Sexualidades Masculinas: Perspectivas Teórico-Metodológicas. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

leitores. De acordo com Rosa (2007)⁶⁶,

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo. (ROSA, 2007, p. 40)

Ao analisar o trabalho de Bordieu, Bicalho e Diniz (2009)⁶⁷, falam sobre a repressão simbólica sofrida por homossexuais, afirmando que este grupo possuía uma forma particular de dominação simbólica, pois são marcados por estigmas, e dentre outros estereótipos que existem como forma de categorizar e controlar esses indivíduos que não se enquadram na “normalidade” imposta pela sociedade.

“A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de ‘invisibilização’ traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a ‘discrição’ ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor” (BOURDIEU, 2003, pp. 143-144, destaques nossos). (BICALHO; DINIZ, 2009, p. 4)

Desta forma, apesar da violência simbólica ser existente, nos estigmas e categorias impostas a este grupo identitário, e do governo nutrir uma forte aversão à homossexualidade, como visto anteriormente, ligando a mesma a um ato de subversão que teria raízes comunistas, e dentre outros aspectos analisados nas fontes e bibliografias deste tópico, podemos perceber também que esses sujeitos não estavam escondidos da sociedade, e apesar de ainda não estarem organizados politicamente, como dito anteriormente, não deixavam que a sociedade os enxergassem como inexistentes.⁶⁸

⁶⁶ ROSA, A. R.; MENDONÇA, S.; LOURENÇO, C. D. da S. Os sentidos da violência na organização de saúde: uma análise construcionista da história de vida de uma profissional de enfermagem. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 04, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPAD, 2006.

⁶⁷ BICALHO, Renata de Almeida; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. **Violência Simbólica e Homossexualidade: Um Estudo em Capitais Brasileiras**. XXXIII Encontro ANPAD, São Paulo, 19 a 23 de dezembro de 2009, 16 p.

⁶⁸ A homossexualidade era vinculada ao delito de perversão pelo jornalismo brasileiro no período ditatorial. Mas essa repressão não calou, pelo contrário, incentivou esses grupos, classificados de minoritários, a ocupar cada vez mais as metrópoles. - CARVALHO, Marília Miranda Alves de - **Imprensa, homossexualidade e Ditadura Civil-Militar: Uma análise da Seção “Cartas na Mesa” do Jornal Lampião da Esquina**. Recife, 2019, 17 p.

1.2 EM DEFESA DA HONRA: Criminosos Morais

Com a repressão tendo aumentado após a instalação do AI-5, a censura também ganhou uma carga mais ostensiva, isso porque ela não ficava apenas contida nos discursos dos jornais acerca de como a homossexualidade era algo pervertido e doentio, mas refletia também na sociedade⁶⁹, que já com a heteronormatividade enraizada, por vezes proferiam discursos e atitudes que tentassem aniquilar este “mal” da sociedade. É nesse contexto que a aversão a homossexualidade aparece estampada nas páginas dos jornais de maior circulação na sociedade paraense. A reportagem a seguir, ganhou lugar de destaque no jornal Folha Vespertina e no O Liberal, tendo ganhado primeira página na Folha e página três dos assuntos mais importantes do Liberal.⁷⁰

A reportagem em questão, fala do crime cometido pelo pescador Albertino Hilário, que castrou um homem chamado Sebastião da Silva, que o chamou de “pederasta”. O pescador, em resposta, acabou por ferir o órgão genital da vítima.

“O pescador Albertino Hilário, vingou a ofensa a sua honra emasculando o homem que o chamara de pederasta. Casado e pai de oito filhos, Hilário foi preso na Vila do Mosqueiro, após “cortar o mal pela raiz”, vingando-se de Sebastião Castro da Silva, de 35 anos.” (Vingou a Honra Cortando o Mal pela Raiz. **Folha Vespertina**, Belém/PA, 5 de janeiro de 1970, primeira página - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.)”

“[...] Estavam conversando e da conversa surgiu o desentendimento, tendo Sebastião ofendido Hilário, tachando-o de Pederasto. [...] Disse que ainda pediu para que não repetisse a ofensa. “Sabá” não ligou e repetiu. Nesta ocasião, diz o criminoso “perdi o controle”. Sou homem casado e pai de oito filhos. Nunca fui o que ele estava dizendo e para uma ofensa dessa somente uma reação como a que tive. Dei um soco na cara dele e quando ele caiu saquei a faca e fiz o serviço. Não posso dizer que estou arrependido, pois aqui em sã consciência, fui ofendido e sou homem de verdade. Agora estou pronto a pagar a justiça.”⁷¹

É interessante como o jornal, apesar de tratar o caso como “criminoso”, não se intimida em estampar em sua primeira página que o agressor havia “vingado sua honra”, ou seja, por ter sido acusado de ser homossexual, um homem casado, pai de família não podia deixar por isso mesmo, era necessário defender sua “moral”, sua “honra”, atingindo a vítima justamente

⁶⁹ Nesse contexto, os homossexuais, tidos como degenerados e invertidos desde o século XIX, foram combatidos em todas as instâncias sociais no contexto da ditadura militar brasileira, fosse por meio da educação moral e sexual realizada no ambiente escolar e familiar, fosse por meio da repressão política direta do Estado. - MEIRELLES, Rodrigo; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **O preventivismo e os homossexuais no contexto da ditadura militar brasileira: uma análise a partir das contribuições de Sérgio Arouca**. Botucatu, 2020.

⁷⁰ Entende-se que, além de instrumento de repressão, a censura de temas morais foi um dos mecanismos empregados pela ditadura militar na busca de legitimidade perante a sociedade. - SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar**. Rio de Janeiro, p. 197, Jan. 2018

⁷¹ Pescador Emasculou homem que o chamou de Pederasta. **Folha Vespertina**, Belém/PA, 5 de janeiro de 1970, p. 3 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

no local de maior “virilidade” que ele pudesse ter, seu órgão genital. Tirando assim, sua “masculinidade” da mesma forma que a vítima havia atingido a sua. O mais interessante é que ele se intitula “um homem de verdade” e diz que vai pagar pelo crime que cometeu, tentando novamente reafirmar a sua “virilidade”.

“Hilário Soeiro, homem casado, com 24 anos de idade e pai de 8 filhos, residente na Villa do Mosqueiro, ao ser tachado de pederasta, não hesitou em emascular seu caluniador, o indivíduo Sebastião Castro e Silva, com 35 anos de idade, também residente naquele balneário [...] Em palestra com a reportagem de O Liberal, Hilário Soeiro disse que se encontrava salgando o peixe em frente a uma mercearia naquela vila, afim de vendê-lo. Em dado momento, aproximou-se a vítima, passaram a conversar. Sem que saiba dos motivos, Sabá, como é conhecido o caluniador, tachou-o de homossexual. Hilário levantou-se, deu um soco. O caluniador, ao procurar se defender, foi atingido com uma facada à altura dos testículos. Sabá caiu em uma poça de sangue, desfalecido. O acusado, conforme afiançou ao repórter, não procurou fugir.”⁷²

Mais uma vez, só temos acesso ao depoimento do acusado em ambos os jornais, e só a sua versão dos fatos é colocada em voga. Como podemos observar, ambos os periódicos pouco se diferem nos discursos sobre o crime. Fica evidente que mesmo com o teor criminológico da reportagem, a “honra” do agressor é colocada em voga muitas vezes, pois o mesmo foi chamado de homossexual, como ele teria que reagir? Deixar passar e não defender a sua “masculinidade”? A tranquilidade de Hilário é bem clara, ele esperou a polícia, não reagiu, não tentou fugir, sabia o que havia feito e o porquê de ter feito. A normalidade presente não só no depoimento de Hilário, mas no discurso dos periódicos é desconfortante, mas não surpreendente, visto que era um período marcado por uma forte moralidade imposta pelo Estado e reafirmada por seus cidadãos. Como agrega Edward Macrae⁷³, embora a homossexualidade não fosse considerada crime pelas leis brasileiras, era comum a perseguição policial. Mesmo quando essa não ocorria, havia ainda a possibilidade de ataques por parte de vizinhos. Como afirma Tamsim Spargo (2006, p.19)⁷⁴, O homossexual foi patologizado como um tipo perverso ou desviante, um caso passível de tratamento, em suma, uma aberração a norma heterossexual. Como tal, ele era sujeito aos efeitos disciplinadores, marginalizadores e subordinadores do controle social. Crimes acometidos sobre pessoas que fogem dessa “normalidade” imposta pela sociedade, são crimes de ódio baseados no desejo

⁷² Pescador no mosqueiro emascular seu ofensor. **O Liberal**, Belém/PA, 5 de janeiro de 1970, p. 3, caderno 2 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

⁷³ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

⁷⁴ SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

de “punir” esses grupos.⁷⁵ Como nos fala Ramos⁷⁶ (2005), a imprensa também fortalecia um discurso onde a culpa acabava caindo sobre a vítima que se “premitiu” passar por determinada situação.

Mas a abordagem sensacionalista da imprensa, quase exclusivamente noticiando casos de violência letal, favorecia uma visão parcial da vitimização de homossexuais e tendia a “confirmar” representações vigentes da homossexualidade, nas quais a tragédia era, de alguma forma, efeito das fraquezas sexuais, morais e de escolhas da própria da vítima, que teria encontrado um destino procurado por ela mesma. (RAMOS, 2005, p. 35)

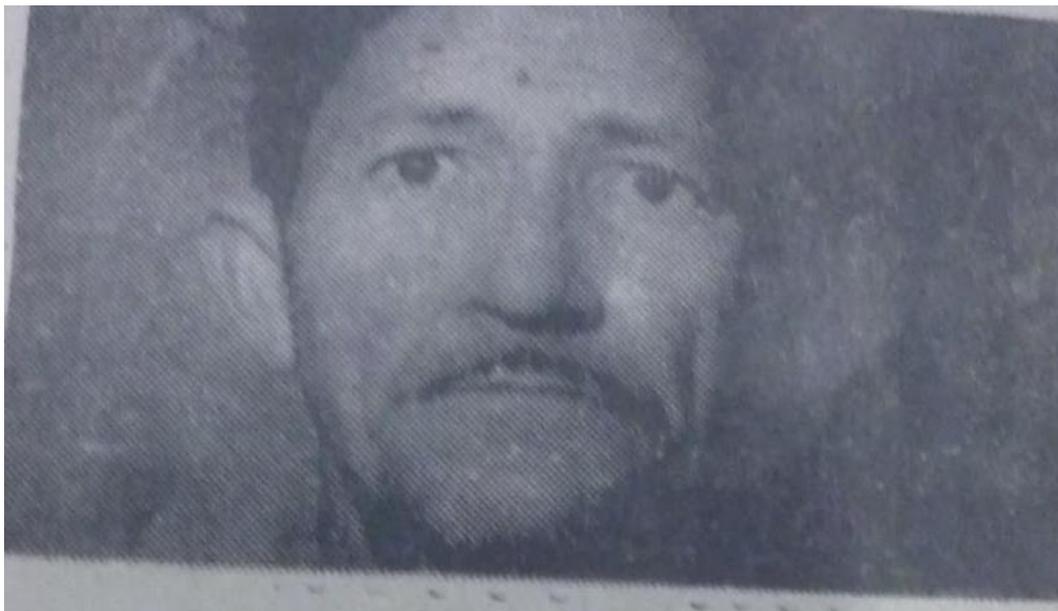


Figura 2. Folha Vespertina, 05 de janeiro de 1970. Belém. Fonte: Centur

A imagem acima, é a fotografia do acusado, Hilário Soeiro. O jornal só divulgou a imagem do mesmo. Não tivemos acesso a imagem de Sabá.

Podemos compreender a aversão social e policial, quando analisamos o contexto da época. Pós AI-5, uma sociedade regada pela defesa da moralidade e sobretudo, tentativas exorbitantes da manutenção da ordem. Órgãos como a Delegacia dos Costumes, que era responsável em deter qualquer violação a “moral e aos bons costumes”, sendo necessário, por vezes, prender e conter esses “agitadores”. Como é o caso da próxima manchete, que fala sobre um homem homossexual, que estava sendo intimidado a comparecer a Delegacia

⁷⁵ Muitas manifestações desta violência estão baseadas no desejo do agressor de “punir” essas identidades, expressões, comportamentos ou corpos que diferem das normas e papéis de gênero tradicionais, ou que são contrários ao sistema binário homem/mulher. Inter-American Commission on Human Rights. **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas** / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais ; OEA/Ser.L) OEA/Ser.L/V/II. Doc.36/15 Rev.1)

⁷⁶ RAMOS, Sílvia. Violência e Homossexualidade no Brasil: As Políticas Públicas e o Movimento Homossexual. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades** / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

dos Costumes por estar promovendo encontros amorosos na vila onde residia. O homem, cujo nome não é citado, foi denunciado por sua locatária, após a mesma receber várias reclamações dos vizinhos.

“Está sendo notificado a comparecer ainda hoje à Delegacia de Costumes, de onde será encaminhado à Delegacia de Ordem Política, um homossexual que está transformando pacata artéria em verdadeiro inferno, com seus encontros amorosos e desrespeitadores. O fato chegou ao conhecimento do titular do posto do Jurunas, através de queixa da senhora Laura Alves Negrão. É que este, além de estar com os alugueis em atraso, sendo homossexual, vem transformando aquele local em verdadeiro “inferno” com seus encontros amorosos com homens que leva na casa, onde fazem grandes bacanais, desrespeitando assim as famílias. Os dois Delegados, Luiz Augusto Paes e Orlando Bezerra, vão agir no caso em apreço, a fim de fazer o manezinho mudar de vida, pelo menos naquele local.”⁷⁷

A manchete citada, está localizada no setor de publicações de cunho policial do jornal, ou seja, para a polícia e para o jornal, era uma questão criminológica. Deixando evidente, mais uma vez, como a homossexualidade não era bem vista pelo Estado, tendo a intervenção da polícia até mesmo para homens que tinham seus encontros em casa, podendo ser acusados pelos vizinhos a qualquer momento. Outro ponto intrigante desta manchete, é o fato do acusado ser direcionado para a Delegacia de Ordem Política, embora o discurso jornalístico se mantenha apenas em acusações ligadas a moralidade e a nenhum crime político, curiosamente o homem foi encaminhado para uma delegacia onde se tratava de crimes políticos. Não sabemos se este homem estaria ligado a algum movimento contra a ditadura ou se foi encontrado algo suspeito em sua residência, para explicar tal informação. Mas o que sabemos com certeza, é sobre o fato de sua vida particular ser considerada imoral pelos aparatos sociais e governamentais da época. Sobre essa aversão a homossexualidade, Douglas Marcelino (2006) , diz que a pouca aceitação dos relacionamentos homossexuais dentro dos padrões culturais da época fazia com que as manifestações de ojeriza ou de condenação moral do relacionamento entre pessoas do mesmo sexo pudessem ser feitas com uma certa naturalidade, mesmo nos grandes veículos de comunicação e por autoridades públicas responsáveis pelo serviço censório.

Outro ponto que precisamos destacar, é que em nenhum momento o nome do sujeito é divulgado, não temos acesso ao seu depoimento, inviabilizando a sua versão dos fatos e deixando apenas relatos de que ele de fato era imoral, estava desrespeitando as famílias, era praticante de atos “pecaminosos”. Mas dificilmente veremos nas páginas dos periódicos, notícias que de fato dão voz a esses sujeitos, sem já tomarem pra si conceitos pré-definidos.

⁷⁷ Homossexual transforma vila em inferninho. Folha Vespertina, Belém/PA, 16 de setembro de 1970, p. 7 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Além do que, provavelmente se enquadrava-se no conceito de “bicha”, para os moradores da Vila, o que tornava tudo mais alarmante. E se tratava de um homem gay periférico, que morava no bairro do Jurunas, em um conjugado de casas.

Podemos constatar essa “condenação moral”, nessa próxima publicação, localizada na primeira página do jornal – ato, inclusive, bastante recorrente nas publicações da Folha ligadas a homossexualidade – e que descreve as denúncias recebidas pela polícia, sobre um “mini-bacanal” feito por homossexuais.

“Mini-bacanal promovida por alguns homossexuais, no Guamá, foi interrompida meia hora depois de iniciada, pelo titular daquele DP, que, cientificado, ali compareceu com soldados, levando para o distrito quantos se encontravam no local: “bichas” e seus amantes. Na casa que fica localizada a Silva Castro com bebidas variando do uísque nacional à cerveja, uma eletrola e discos “prafrentex”, a Polícia prendeu os seguintes elementos: Nivaldo Cavalcanti de 20 anos, Antônio Carlos Tavares de 20 anos, Liedio Raimundo Nunes de Oliveira de 17 anos, Antônio Carlos da Silva Tuma de 18 anos, Carlos Alberto Ferreira Andrade, de 18 anos. “bicha” que chefiava turma toda, Jorge Alberto Dias, de 18 anos. O importante é que um deles se dizia “alto funcionário” da Secretaria de Obras. Todos ficaram presos, sendo libertados aos poucos, de acordo com determinação da SEGUP.”⁷⁸

O grande teor de deboche é facilmente percebido, ao usar termos como “bichas e “mini-bacanal”. A manchete, além de ser agressiva e preconceituosa, está repleta de estereótipos. Para o periódico e para a polícia, em nenhum momento foi considerada a possibilidade de ser uma reunião entre amigos, de cara já tratam a homossexualidade como sendo perversão, quando um grupo de homens gays reunidos em sua casa, são deliberadamente expostos fazendo “orgia”. Não há preocupação do jornal em esclarecer de o jovem que disse trabalhar em uma construtora renomada, estaria falando a verdade. A preocupação maior é em ridicularizar o rapaz por ter afirmado que trabalhava em uma grande empresa. Eles também enfatizam sobre ter muitas bebidas alcólicas e de certa forma, ao utilizarem o termo “prafrentex”, ironizam e insinuem que a música que estava tocando ali, naturalmente não era uma música que deveria ser ouvida. Temos aqui uma clara representação do pensamento conservador que a sociedade da época tinha a respeito da homossexualidade, sempre a enquadrando nos mais variados contextos de imoralidade, doença e perversão. Como é exemplo a próxima manchete, que relata sobre o fechamento de uma boate, pois a mesma era considerada um local onde “imperava a licenciosidade”.

⁷⁸ Polícia põe fim a orgia de Enxuto. Folha Vespertina, 8 de fevereiro de 1971, primeira página. - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

“A Delegacia de Costumes, atendendo as inúmeras reclamações da vizinhança, vai determinar o fechamento da boate tupã, localizada na travessa 2ª. De Queluz, bairro de Canudos, de propriedade de mulher conhecida por Pequeninina. Segundo as reclamações, no local impera a licenciosidade, com mulheres despidas e embriagadas, sem o menor respeito às famílias das cercanias, proferindo nomes obscenos, além do estabelecimento ser frequentado pela pior escória do bairro, ladrões, maconheiros, homossexuais e prostitutas de toda classe.”⁷⁹

Compreende-se que de acordo com o discurso do jornal, a homossexualidade fazia parte dos grupos que não eram bem quistos pela sociedade, pois faziam parte dos grupos marginalizados, as minorias que eram tratadas como “a pior escória”. Como afirma Almeida⁸⁰ (2019):

“A Ditadura Civil-Militar brasileira sempre pareceu ter medo dos gueis, considerando-os ameaça social. Era tradicional a prisão e perseguição aos homens que pareciam ou eram gueis e o fechamento de lugares, bares e boates de encontro deste público. Tudo isso motivado pelo medo, ódio e preconceito, justificado pela questão da subversão social. Percebemos isto ao interpretar as fontes e a forma com que a Ditadura agia para com os homossexuais, e seus discursos.” (ALMEIDA, 2019, p. 64)

Aqui, percebemos que a repressão além de bater em suas portas, estava presente nos locais públicos e de lazer dos homossexuais, tentando transformar a sua existência mais dificultosa e vigiada. É desta época, especialmente no início dos anos 70, que temos a explosão de casas noturnas, bares, fã-clubes e praias onde homens que procuravam outros homens poderiam ser vistos mais facilmente. Evidentemente, a concentração de homens com tal propósito implicava uma série de tensões, principalmente quando confrontados com jovens “machos”. De qualquer forma: “a identidade daqueles que circulavam no centro da cidade deveria permanecer dentro desse mundo homossexual. Embora eles pudessem comentar sobre outros que eram vistos nessas áreas específicas, a informação não era passada a pessoas de fora do meio (GREEN, 2000, p.278)⁸¹.

Em todos os casos, o estigma, a censura, era recorrente. Na manchete que veremos a seguir, um rapaz acabou sendo preso por estar sem documentos e ao chegar na Delegacia dos Costumes, foi colocado em um ambiente juntamente com os homossexuais que também estavam detidos no local. Tal ato, acarretou até na demissão de Dilson da firma comercial em que trabalhava.

⁷⁹ Delegado vai fechar Bordel. O Liberal, Belém/PA, 27 de fevereiro de 1973, p. 6 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

⁸⁰ ALMEIDA, Eduardo Alberto de. **Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira: resistências**. Aedos, Porto Alegres, v. 11, n. 24, p. 62-79, Ago. 2019.

⁸¹ GREEN, James. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

“Julgando-se prejudicado por uma notícia divulgada, chegando inclusive a perder o emprego em uma firma comercial da praça, esteve na noite de ontem em nossa redação, o jovem Dilson José de Souza, cuja fotografia foi estampada juntamente com um grupo de homossexuais, que foram detidos no “Tubo da 14” por uma equipe de Delegacia de Costumes, comandada pelo comissário Heytor Pará Viana, e levado a presença do delegado Manoel Menezes. Dilson além da verdade, veio esclarecer que não foi detido naquele local, e sim no bairro do Guamá, por falta de documentos, quando estava em companhia de seu colega Francisco Salles, que também foi envolvido no caso. Quando chegaram na Delegacia de Costumes, foi colocado no grupo onde encontravam os “enxutos” o que veio lhe causar sérios problemas, afirmando que nem conhece aqueles elementos, e que tudo não passou de um mal entendido com a publicação de sua foto, já que é um jovem de conduta ilibata e nunca esteve envolvido em fatos desta natureza.”⁸²

A demissão de Dilson, o ato desesperado de contatar o Liberal para esclarecer as possíveis dúvidas sobre sua sexualidade e a aceitação do jornal em divulgar que o rapaz não era homossexual, só nos confirmam o quão agressiva a sociedade era no seu tratar com a homossexualidade. O rapaz perdeu o emprego e é muito provável que estivesse sendo rechaçado pelas pessoas que o conheciam. Não sabemos se o rapaz de fato era heterossexual ou se partiu para a negação como forma de se proteger de ataques e para conseguir recuperar seu emprego. Pois, a demissão em massa de homossexuais, era algo bastante recorrente no período da Ditadura Militar, Cowan (2014), fala que até mesmo diplomatas foram demitidos por sua sexualidade. De acordo com o autor, houve uma investigação da Comissão de Investigação Sumária do Itamaraty (CIS)⁸³, sobre possíveis suspeitos de subversão, baseados em boatos de prostituição, embriaguez e homossexualidade.

O informe recomendou a demissão de pelo menos nove diplomatas por homossexualidade, três por embriaguez pública, três por insanidade mental e um “em virtude de vida irregular e escandalosa, instabilidade emocional comprovada.” A comissão ainda exigiu que quaisquer suspeitos de práticas de homossexualismo (...) sejam submetidos a cuidadoso exame médico e psiquiátrico. Esta investigação revela mais do que vigilância profundamente pessoal e detalhada (ainda que baseada em rumores). Seu significado reside na combinação de “embriaguez”, “homossexualismo”, “insanidade” e outras categorias médico-patológicas que entenderam desvios como vinculados, degenerados e – já nos anos 1970 – ameaçadores à segurança e às relações diplomáticas do Brasil. (COWAN, 2014, p. 33)

Essa pré-disposição em enxergar o homossexual, como inferior e indigno ao trabalho era bastante percebida durante o período da Ditadura Militar, e bastante sentida pelos homossexuais e travestis pertencentes as classes populares, como afirma Quinalha (2018):

⁸² Preso sem documento diz que não é enxuto. O Liberal, Belém/PA, 18 de agosto de 1974, p. 21, caderno 2 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

⁸³ Mantida em segredo por 40 (quarenta) anos, a Comissão de Investigação Sumária foi criada e executada com o intuito de investigar as condutas consideradas subversivas pelo regime, o que inevitavelmente adentrou na vida privada dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, pág. 1)

Foram os homossexuais e travestis pertencentes às classes populares que sentiram mais intensamente o peso da ação repressiva da ditadura em seus corpos e desejos. Enquanto que alguns homossexuais, geralmente enrustidos e com vida dupla, integravam-se à cidadania pela via do mercado de consumo e pelo acesso a empregos formais no mercado de trabalho, LGBT's pobres que não tinham a mesma sorte eram enquadrados como "vadios", mesmo que portassem carteira de trabalho, sem qualquer direito de defesa. (QUINALHA, 2018, p. 67)

Essa citação do autor, fala exatamente do contexto em que Dilson estava inserido. Contudo, o pensamento maldoso ligado a homossexualidade, é o principal fator para que o rapaz sentisse a necessidade de procurar um meio de comunicação para se explicar. Como afirma Bordieu (1998)⁸⁴, a opressão como forma de 'invisibilização' traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida, sobretudo, pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a 'discrição' ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor. (BOURDIEU, 1998 p.143 – 144)

As ações de estigmas em torno das homossexualidades, refletiam uma sociedade que mesmo com movimentos como a Revolução Sexual, em voga, e novas concepções que já não enquadravam a homossexualidade como doença, os discursos dos jornais nessa primeira metade da década permaneciam carregados de estereótipos, pré-conceitos, e de uma identidade homossexual, que sempre era ligada a crimes ou notícias que veiculassem a mesma como desvio ou doença. Vale salientar também, que essa primeira metade da década, ainda era considerada como parte dos anos de chumbo, e processo de transição para a reabertura política, que como vimos na introdução deste trabalho, pretendia acontecer de forma lenta e gradual.

Nos capítulos que se seguem, iremos abordar como as sexualidades dissidentes continuavam sendo representadas nos jornais e traremos no terceiro capítulo, manchetes relacionadas a homossexualidade masculina, mas já da segunda metade da década, no processo de transição. Será que os discursos mudaram? Houve um crescimento de reportagens sobre as homossexualidades neste período? A Ditadura ainda tentava censurar esses indivíduos? Esses assuntos trataremos mais adiante, no terceiro capítulo.

⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CAPÍTULO 2 - SANGUE, NAVALHA E CAMBURÃO: AS REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIAS DAS TRAVESTIS NA DÉCADA DE 1970

Na década de 1970, com todo o *boom* da Revolução Sexual, e de uma geração que buscava divergir dos paradigmas sociais impostos, foi a época em que novas formas de representação e espaços de sociabilidade surgiram, onde o mundo estava obtendo mais informação sobre sexualidade e mais especificamente sobre a homossexualidade masculina e as travestilidades. Como dito no capítulo anterior, foi construído através dos discursos jornalísticos um pensar acerca das sexualidades dissidentes, apesar das informações estarem chegando à população, estas nem sempre tinham a intenção de propagar um discurso ameno ou respeitoso, sendo muitas vezes discursos que enfatizavam uma visão distorcida e descompensada. E por conta desses estereótipos definidos pelos meios de comunicação e ainda ter sido produzido no campo historiográfico⁸⁵ as vivências do corpo travesti, houve a necessidade de dedicar um capítulo desta dissertação para entender melhor as representações e relatos sobre esse grupo durante o período Ditatorial. Grupo este, que durante séculos é marginalizado, visto como imoral, impróprio, não só pela sociedade, mas também por seu núcleo familiar. Como nos fala Peres (2005)⁸⁶:

A partir do momento em que as pessoas começam a manifestar a homossexualidade, incrementada pelo desejo de se transformar em travestis, são raras as famílias que conseguem expressar tolerância e estabelecer uma relação de aceitação e convívio tranquilo. Na maioria das vezes, essas pessoas são agredidas verbal e fisicamente, sendo muitas vezes expulsas de suas casas e tendo que recorrer a amigos ou outras pessoas que lhes dêem acolhimento. (PERES, 2005, p. 55)

E nesse enlace, era comum que os homens gays e as travestis⁸⁷ fossem englobadas como sendo um único grupo, uma única identidade, às vezes considerados andrógenos, às vezes vistos como caso de polícia e às vezes científico. Não era levado em consideração as particularidades que existiam em cada grupo, ao invés disso, se você assumia uma orientação homoafetiva, automaticamente você era enquadrado no mesmo grupo. Nos jornais, as

⁸⁵ A exclusão de travestis e de transexuais do horizonte de análise dos/as historiadores/as demonstra, porém, que, nem mesmo como “marginalizados”, estes sujeitos aparecem na história. (VERAS, 2015, p. 33)

⁸⁶ PERES, Wiliam Siqueira. Travestis Brasileiras: Construindo identidades cidadãs. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades** / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

⁸⁷ O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem. É no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos. (BENEDETTI, 2005)

travestis⁸⁸ são retratadas como “Bonecas”⁸⁹ e quando se pretendia falar de uma maneira mais geral, referiam-se como “Enxutos”, palavra essa que era utilizada para se referir a qualquer sexualidade dissidente. Como nos Fala James Green (2000), no período carnavalesco era comum que houvessem travestilidades, mesmo com leis que condenavam a homossexualidade e leis que proibiam o uso de roupas designadas ao sexo oposto, pois isso se caracterizaria como atentado ao pudor e como desviantes da moralidade preconizada, de acordo com o autor, dentro das festas do carnaval, surgiu na década de 1960 o Baile dos Enxutos, em que a imprensa, por meio de suas reportagens, “populariz[ou] o termo “enxuto”, fazendo deste, junto com a palavra ‘travesti’, sinônimos de homossexual masculino” (GREEN, 2000, p. 360).

2.1 Entre a Censura e a Liberdade

Precisamos falar a princípio, da popularização da travesti a nível nacional, tivemos como exemplo os Dzi Croquettes, grupo teatral que fugia dos “padrões tradicionais” de gênero, brincavam com as ambiguidades. Mesmo possuindo barba e bigode, se caracterizavam no feminino, no masculino e dançavam com a irreverência, em uma época de autoritarismo, levavam a leveza do teatro como uma forma de protesto. Como afirma João Silvério Trevisan:

Os Dzi Croquettes colocaram nos palcos brasileiros uma ambiguidade de virulência inédita entre nós. Em seus espetáculos, homens de bigode e barba apresentavam-se com vestes femininas e cílios postiços, usando meias de futebol com sapatos de salto alto e sutiãs em peitos peludos. Assim, nem homens nem mulheres (ou exageradamente homens e mulheres), eles dançavam em cena e contavam piadas cheias de humor ambíguo, tentando furar o cerco repressivo desse período ditatorial em que a censura e a polícia se mobilizavam ao menor movimento que destoasse dos parâmetros permitidos. Os Dzi Croquettes tiveram sucesso fulminante entre a juventude mais insatisfeita da época, constituindo, no palco e fora dele, um importantíssimo núcleo de questionamento da moral sexual e experimentação de drogas como forma de libertação interior. Graças à sua radicalidade (“viver perigosamente até o fim”), a intervenção dos Dzi Croquettes iniciou no Brasil um importante debate de política sexual, ao colocar em xeque os papéis sexuais instaurados e introduzir a ambiguidade-bicha em contraposição à bicha-normalidade. Foram eles que trouxeram para o Brasil o que de mais contemporâneo e questionador havia no movimento homossexual internacional, sobretudo americano. (TREVISAN, 1986, p. 288).

⁸⁸ Sempre que me referir a este grupo, usarei “as” no feminino, devido as biografias dos temas trans, como Guilherme de Almeida e Fábio Lopes, que usam o feminino em respeito as demandas da comunidade trans atual. E pelas falas em feminino das próprias travestis da época.

⁸⁹ Ao se apropriarem de artefatos naturalizados como pertencentes ao “universo feminino”, as bonecas transgridem a pretensa originalidade da heterossexualidade, que produz homens e mulheres considerados de verdade pela heteronorma. (VERAS, 2015, p. 28)

Mas este caso também mostra como estavam utilizando de agências para manter sua visibilidade, não deixando que a censura limitasse o seu espaço. Como nos fala Peter Fry (1985), numa época em que ao sair do teatro deparava-se costumeiramente com viaturas da polícia fazendo questão de mostrar seu poderio bélico, apontando canos de metralhadoras pelas janelas, o deboche bem-humorado dos Dzi Croquettes parecia abrir uma brecha para a expressão de alguma forma de não-conformismo. Se não era possível criticar publicamente o regime ou o sistema econômico, questionava-se as bases sagradas da vida cotidiana.

O grupo surgiu em 1972 e apesar de ter tido seu fim mais de uma década depois, eu não encontrei nos periódicos locais que fazem parte de minha pesquisa, nenhuma menção sequer ao grupo. Nem mesmo nas páginas que falavam sobre cultura a nível nacional. O que faz sentido, visto que a censura proibiu espetáculos que tivessem essa ambiguidade, em teatros e cinemas.

“Através portaria que deverá ser divulgada nos próximos dias, o Serviço de Censura vai proibir, em todo o território nacional, a exibição de espetáculos de travesti em teatros, cinemas e outras casas de espetáculos. Exceção será feita apenas às buates, face a apresentação de horários tardios. E por serem lugares onde é absolutamente vedada a entrada de menores de 21 anos.”⁹⁰

A reportagem acima que está localizada logo na segunda página do jornal *A Província do Pará*, mais precisamente em uma coluna onde traziam notícias nacionais, nos mostra como funcionaria essa censura às travestis, podemos notar que a aversão do governo para com elas era grande ao ponto de sua circulação ser proibida em locais públicos. Apesar do jornal se manter “neutro”, apenas repassando a notícia, sem qualquer agressividade, podemos ver como se pretendia que as travestilidades fossem representadas para a sociedade – mesmo que implicitamente – como imorais, ao ponto de suas apresentações serem proibidas para não ofender a “moralidade” e os “padrões” da sociedade heteronormativa. Nesse ponto, podemos notar que só é permitida as apresentações em boates, em horários tardios, ou seja, com uma tentativa de manter grande parte da sociedade sem contato com esse grupo, tentando marginalizar sua existência, pois só maiores de idade poderiam ter acesso a esse tipo de “conteúdo”.

As manchetes apresentadas neste tópico, apresentam uma visão que engloba mais o território nacional, para que entendamos, a forma como as travestis eram representadas nas páginas dos periódicos, de uma maneira mais ampla. Porém, ainda que por ventura se tratem de reportagens noticiando um ocorrido fora do território paraense, ainda assim são manchetes

⁹⁰ Censura Proíbe Travestis. *A Província do Pará*, Caderno 1, 1971, p. 2. – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

trazidas pelos jornais locais. Dito isto, a reportagem a seguir, localizada no jornal A Província do Pará conta de um ocorrido na cidade de São Paulo em março de 1976, onde 9 travestis teriam reagido a prisão e pretendiam agredir os policiais e por isso bombas de efeito moral precisaram ser lançadas. De acordo com o Jornal,

“tudo começou quando policiais da PM, patrulhando a área do Pacaembu, detiveram os “travestis” que promoviam desordens. No próprio local, os “bonecos” reagiram a prisão, investindo contra os milicianos, ao mesmo tempo que se negavam a entrar nas viaturas. Com a presença do delegado Alberto Neves e a muito custo, os anormais foram levados ao distrito. Lá eles iniciaram um verdadeiro tumulto, tentando quebrar móveis e três deles, que tinham lâminas de barbear escondidas, cortaram seus pulsos. Para conter os nove “travestis”, os policiais usaram bombas de efeito moral.”⁹¹

Apesar de se tratar de uma manchete cujo caráter é policial, ela está localizada na seção de notícias nacionais, onde eram relatados diversos acontecimentos, a níveis gerais. E nota-se que a linguagem utilizada carrega um tom ofensivo, sempre se referindo no masculino, e caracterizando o grupo até mesmo como “anormais”. Esse tipo de pensamento patologizado, carrega consigo exercícios de poder e exames, presentes na psiquiatria e no Direito, que perpetuaram figuras de anormalidade que precisavam ser contidas, controladas e vigiadas pelas instituições normativas, como afirma Foucault (2002):

“A grande família indefinida e confusa dos “anormais”, que amedrontará o fim do século XIX, não assinala apenas uma fase de incerteza ou um episódio um tanto infeliz na história da psicopatologia; ela foi formada em correção com todo um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e quando tiver sido quase inteiramente coberta pela categoria da degeneração, dará lugar a elaborações teóricas ridículas, mas com efeitos duramente reais.” (FOUCAULT, Michel, 2002, p. 413)

Outro ponto importante a ser discutido, presente na reportagem, é o uso de navalhas. A autora Claudielle Pavão Silva, em sua dissertação “Flores horizontais”: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zonado Mangue (1960-1970)” Fala sobre as experiências de travestis que usavam da prostituição como medida de sobrevivência e fala da história de Nadir, travesti, parda, que acabou ferindo Cristino com uma gilette, após o mesmo puxar sua peruca, a deixando constrangida. E a autora fala,

“Escolher andar com uma gilette e usá-la quando teve a peruca arrancada foi a estratégia de Nadir contra as diversas violências que sofrera desde que saiu de São Paulo em direção ao Rio de Janeiro, aos 17 anos. As escolhas feitas por ela tinham de considerar sua situação financeira, sua condição sexual e sua cor. Havia espaços onde não era seguro estar, principalmente porque a ausência de trabalho a transformava em candidata preferencial da repressão policial à vadiagem”. (SILVA, 2016, p. 89)

⁹¹ Travestis fizeram show na delegacia. – A Província do Pará, 18 de janeiro de 1976, p. 13 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Ou seja, o sentimento de vulnerabilidade era tanto, que elas acabavam por usar de mecanismos de defesa pessoal, como tentativa de proteção, para conseguir lidar com as adversidades diárias que enfrentavam. A autora Larissa Pelúcio (2005), afirma que o uso de navalhas é uma lenda que perpassa policiais e o grupo e que em épocas de grande repressão, as travestis usavam da gilete para se cortarem, tentando evitar a prisão ou serem levadas ao pronto-socorro.

E a repressão às travestilidades ainda entra em mais evidência na questão da censura do que os homossexuais, apesar de serem classificados pela sociedade da época como sendo uma mesma identidade, a reportagem a seguir nos mostra como elas não estavam escondidas, como elas estavam procurando seu espaço e utilizando de agências que pudessem driblar a censura. Logo após a notícia da censura, que ocorreu em janeiro, em fevereiro do mesmo ano começou a organização para o carnaval em todo território nacional, contudo, como as travestis estavam proibidas de saírem “montadas” as ruas, nem mesmo a comissão organizadora queria interceder, por medo da polícia. A manchete a seguir, relata um acontecimento ocorrido na cidade de Recife, e é importante a sua análise para entendermos, como a censura estava ocorrendo em esfera nacional

“Em sessão secreta num lugar ignorado, dezenas de “travestis” de Recife decidiram hoje realizar durante o carnaval o primeiro baile das “Bonecas” contra tudo e contra todos sem ligar a proibição da polícia, segundo explicou um deles. Líder dos “travestis” o comerciante Juracy Pereira reuniu a imprensa para anunciar a decisão e falar mal da Polícia. Disse que tentará realizar o baile através dos meios legais, alugando um clube, mas se for impedido, afirmou: “a festa será clandestina”. Segundo o comerciante, “a nossa classe é muito perseguida”. Medina, “Maise” e Osvaldo da Silva, outros “travesti” que ouviam tudo, balançavam apenas com a cabeça concordando com o seu líder. E o comerciante continuou: “O primeiro golpe que recebemos este ano foi a proibição de nos exibirmos pelas ruas. Imagine que a Dedete gastou 450 cruzeiros com a fantasia e sonhava desfilando na avenida Guararapes e agora não será possível.”⁹²

Após a possibilidade de as travestis desfilarem no carnaval, elas ganham voz e contam ao jornal inclusive que eram perseguidas e que sofreram um golpe ao serem censuradas. É até irônico o mesmo jornal que intitulou a homossexualidade como crime contra a natureza, tenha publicado manchetes onde as travestis têm a possibilidade de se defender e de contar sobre suas perseguições. Contudo, o jornal deixa claro que elas querem ir contra tudo e todos e ainda

⁹² Bonecas Querem Bailar. A Província do Pará, caderno 2, 1971, p. 1. 13 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

dá ênfase que elas não deixaram de falar mal da polícia, mais uma vez, usando palavras sutis, mas que causam a impressão para quem lê que as travestis não passam de “baderneiras”. O título, bastante chamativo e irônico, além de tratarem o termo “travesti” no masculino, deixando evidente que para eles se tratam de homens que só se vestem de mulher. Após esta reportagem, elas acabaram conseguindo a autorização para o baile, mas “desde que fosse em um sítio, longe das áreas onde poderiam viver famílias”.

Fica evidente a censura que as travestis estavam sofrendo, pois ainda a festa sendo permitida, ela deveria ser afastada, sempre com o intuito de “proteger a família tradicional brasileira.” Isso é percebido na organização, e pela Ditadura Militar, do concurso de “Miss Enxuto”, que aconteceu em Fortaleza e este termo teria nascido com o “Baile dos enxutos”, que fazia parte do carnaval carioca, mas acabou ganhando maior proporção. Sobre o “Baile dos enxutos”, Fábio Henrique Lopes, diz em seu artigo intitulado “Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira.: Apontamentos de uma pesquisa” que não foi apenas um reconhecido evento do carnaval carioca e de concurso de fantasias, funcionou como espaço de sociabilidade, possibilidade de invenção de redes de amizades e de solidariedade, em um momento em que experiências com o corpo, com a produção de um determinado feminino, para além da “inversão de indumentária”, tornara-se recorrente, não só na vida de Lalá, como de outras jovens travestis. Vale lembrar que, de acordo com James Green, “nos anos 50 e 60, a palavra travesti significava unicamente um homem vestido com roupa de mulher, sem denotar, de fato, uma subversão, esgarçamento ou paródia das identidades, das noções e das regras tradicionais de gênero.” (LOPES, Fábio Henrique, p. 57)

Voltando à manchete acima mencionada, ela ganha a primeira página do jornal Folha Vespertina, intitulada “Polícia acabou com a escolha de “Miss Enxuto” em Fortaleza. E como falamos anteriormente, tratava-se de um concurso, onde a polícia chegou invadindo pois no local “havia muitos homossexuais”.

“Denúncia de uso de entorpecentes, além de bebidas, levou a polícia a acabar com uma festa que se realizava na casa do mucuripe, onde estava sendo escolhida a miss enxuto, com mais de dez “candidatas”. A festa dos enxutos era realizada anualmente em sigilo, em locais diferentes, sem que a polícia conseguisse acabar com o concurso. Desta vez, porém, foi um corre-corre tremendo com a chegada dos policiais de surpresa, pois no local se concentravam inúmeros homossexuais. E no final do “rifi”, as “bonecas”, todas vestidas de mulher, foram parar no xadrez.”⁹³

⁹³ Polícia acabou com a escolha de “Miss Enxuto” em Fortaleza. - Jornal Folha Vespertina, 31 de julho de 1971, p. 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Como podemos perceber com a manchete acima, embora as travestis estivessem tentando achar mecanismos de conseguir organizar e frequentar seus espaços⁹⁴, havia uma ditadura pronta para punir com prisões se fosse necessário, na tentativa de não manchar a “moralidade” da nação. O jornal dá bastante destaque colocando a manchete em primeira página, mas não deixa de usar uma linguagem pejorativa e estereotipada sobre as travestis, além de tratar toda a situação como um ato criminoso, ligando o evento à marginalização.

Partindo desse pressuposto de marginalização das travestis por parte da Ditadura, Rennan Quinalha (2017), em sua Tese de Doutorado, fala de como a repressão atingiu as travestis de forma diferente de como atingiu os homens gays, pois o primeiro grupo era mais exposto, portanto era mais vigiado e acaba ficando mais vulnerável a censura.

“As travestis eram, sem dúvida, o alvo privilegiado da repressão moralizante levada a cabo pelas forças de policiamento que circulavam pelas ruas. Primeiro, porque elas, diferentemente de alguns homossexuais que escondiam a orientação sexual dentro do armário, não podiam ocultar sua identidade de gênero do mesmo modo como gays e lésbicas. Segundo, porque geralmente elas estavam mais expostas em locais públicos por se dedicarem, profissionalmente, à prostituição, diante da falta de outras oportunidades no mercado de trabalho. Terceiro, porque já sofriam duramente a repulsa da sociedade por conta do estigma criado em torno delas e das prostitutas que habitam estes territórios marginais.” (QUINALHA, 2017, p. 183)

E toda essa questão de uma maior aversão as travestis, é notada desde o processo de coleta de fontes, onde os periódicos falam bem mais sobre a homossexualidade masculina, como veremos no próximo capítulo, até mesmo um seminário voltado para a relação homo-afetiva, ocorreu na década de 70, assim como várias manchetes no final da década - onde o País já se encontrava em processo de reabertura política – que tentavam explicar o que seria a homossexualidade e já não a classificando mais como doença ou patologia. O que de fato, não acontece com as travestis. Todas as manchetes apresentadas nesse capítulo, ou estavam se utilizando de linguagens pejorativas, irônicas e às vezes até ofensiva, mas principalmente, uma parcela significativa desse material, se encontra na página policial, muitas vezes relatando brigas, assaltos e morte. E o que não estava na página policial, estava no setor de notícias gerais, que retratasse algum tipo de imoralidade ou que de alguma forma ridicularizasse as travestis. Enquanto que as manchetes que falavam sobre a homossexualidade, apesar de também conter tons pejorativos, nem sempre a maioria era localizada nas páginas policiais ou nas páginas de assuntos gerais. Poderíamos encontrar sobre nas mais variadas colunas informativas, até mesmo na seção de esportes, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho. No caso das travestis,

⁹⁴ Todavia, o carnaval não era importante somente por possibilitar que as bonecas se “vestissem de mulher”, mas por ser um lugar de múltiplas sociabilidades, onde antigas amizades eram reforçadas, enquanto novas poderiam ser estabelecidas. (VERAS, 2015, p. 74)

a salvo somente por uma única notícia, do ano de 1976, que para a minha surpresa, estava localizada na seção de eventos do jornal, e falava sobre um show de travestis que ocorreria em mosqueiro, com o grupo “Os panteras”.

“No mosqueiro, o Netuno Iate Clube vai realizar neste sábado a festa dançante com a música do conjunto “Os Panteras”, a partir das 23 horas. No decorrer da festa será apresentado o “show” “E de repente... mulheres”, com os travestis brasileiros recentemente chegados de excursão à França.”⁹⁵

Nota-se que é uma manchete de caráter informativo, que pode inclusive ter ganhado essa legitimidade, por se tratar de um grupo que se apresentou na Europa, mas contudo, a manchete não deixa de trazer pontos importantes, como a tentativa do jornal de classificar as travestis como pertencentes do gênero feminino, mas ao mesmo tempo, descaracterizarem isso, ao usar o pronome masculino para se referir, usando “*os travestis*”, o que caracteriza um estereótipo já pré-estabelecido, de que as travestis eram homens que tentavam se parecer com mulheres. Veras (2015), nos conta sobre a transição de “o tempo de perucas” e o “tempo dos hormônios”, fazendo menção as mudanças nas vivências travestis e o pensar no sujeito travesti, “o surgimento de novas tecnologias corporais, as novas maneiras de vivenciar os espaços da cidade, a crescente presença dos meios de comunicação no cotidiano das pessoas, assim como a transformação destes em regimes de verdade, são algumas das condições de existência e de possibilidade da emergência desse novo sujeito, produto de um novo tempo: tempo dos hormônios, tempo farmacopornográfico.” (VERAS, 2015, p. 55).

Desta forma, era comum que houvessem equívocos e confusões na forma que os meios de comunicação se referiam as travestis, pois a ideia de binarismo era muito presente nos discursos, além de uma moralidade e de um conhecimento pouco difundido sobre as questões sexuais e de gênero. Como afirma Butler (2002)⁹⁶, o gênero é performativo, pois é efeito de um regime, que está envolto de regras sociais, tabus, proibições e ameaças e uma vez que se cria um efeito genérico de uniformidade e um efeito estável sobre masculinidade e feminilidade, também se produz e se desmonta a noção de sujeito, uma vez que esse passa a ser enquadrado na matriz do gênero.

⁹⁵ “Show” com travestis. A Província do Pará, 16 de abril de 1976, p. 6 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

⁹⁶ BUTLER, Judith. **Criticamente Subversiva**. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. **Sexualidades Transgresoras: uma antologia de estudos queer**. Barcelona: Icaria, 2002a, p. 55-79.

De acordo com Benedetti (2005)⁹⁷, as travestis e transexuais, pertencem a minoria e por conta disso e de sua identidade sexual são discriminadas, estigmatizadas, silenciadas e invisibilizadas. E essa inviabilização é notada nos periódicos paraenses, e de acordo com os relatos do Professor Afonso, em entrevista concedida a este trabalho, ele afirma que

“O medo sempre existiu, porque a gente sabia que isso poderia acontecer. Até porque, no bar do parque a gente convivia com as travestis que narravam essas histórias delas com a polícia realmente. (...) acontecia na rua, onde elas trabalhavam e pelas narrativas que eu ouvia, elas falavam mais da perseguição mesmo na rua do que a polícia entrar e invadir um motel ou uma boate.”⁹⁸

Como dito anteriormente, por se encontrarem em ambientes mais expostos, e principalmente em zonas de prostituição, era comum que as travestis fossem mais perseguidas pela Ditadura e enfrentassem a polícia mais rotineiramente. De acordo com Telma Amaral (1989), os principais lugares de interação em território belenense, seriam o Bar do Parque e a Praça da República, e havia homossexuais de ambos os sexos, principalmente à noite, além das prostitutas e das travestis que usavam da prostituição como meio de sobrevivência. Milton Ribeiro e Izabel Rodrigues (2012), também afirmam que a praça da república era um valioso ponto de encontro sociabilidade entre jovens e adultos; abriga ainda o Bar do Parque, reduto da boemia da capital paraense nas décadas de 1970 e 1980.

Apesar de estarem ativamente inserida nos pontos de sociabilidade, pouco se vê nos periódicos da década de 1970 que abordem essa questão, mostrando mais uma vez a invisibilidade das travestis, e o quanto sua vivência era reduzida pelas mídias impressas a prostituição, criminalidade e “baixaria”, como veremos com mais clareza no tópico a seguir.

2.2 Nem só de “Enxuto” vive a imprensa: As “Bonecas” imorais da década de 1970

No decorrer da década de 1970, e como dito no tópico anterior, com as travestis sendo frequentemente expostas a todo tipo de violação de seu corpo, a predominância dos três periódicos que estão sendo abordados neste trabalho, é de manchetes de cunho policial. Todas encontradas nas páginas policiais, onde a ideia de marginalização é altamente reforçada.

⁹⁷ BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁹⁸ Afonso de Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

A priori, vamos começar falando de uma das personagens que aparecerão neste tópico, “Carlota”. Apareceu nas páginas do jornal da Folha Vespertina, em 1971. Tratava-se de uma reportagem intitulada “Travesti é esperado com 12 mulheres”, onde o jornal falava sobre a volta de Carlota a Belém, depois de fazer uma viagem ao nordeste, onde foi buscar 12 mulheres para compor a sua casa de prostituição. Sim, Carlota possuía uma casa de prostituição, mesmo que fosse proibido na época e mesmo que houvesse uma forte fiscalização.

“O “travesti” de vulgo “Carlota”, dono de uma casa de tolerância e prostituição na São Silvestre, bairro do Jurunas, estará chegando dentro de dois dias a Belém, procedente de Fortaleza e Recife, até aonde foi pra buscar mais de 12 mulheres para o seu “hárem”, conhecido traficante de “escravas brancas”, transporta-as para Belém sob promessa de se exibirem em “dancings” ou “cabarés”, o que entretanto não ocorre, vivendo do tráfico de mulheres, que é proibido por lei. A polícia federal nada pode fazer, pois o caso foge a sua alçada, fiscalizando aquele órgão apenas o tráfico de pessoas cabendo aos órgãos policiais do Estado o cumprimento do que preceitua o Código Penal. Pela manhã de hoje, um dos auxiliares de “Carlota” esteve na SEGUP, providenciando a “cobertura” a fim de que nada aconteça a seu “patrão”. Cujas chegadas será em um dos aviões da linha doméstica, pela madrugada de quinta feira. As constantes idas e vindas de “Carlota” acontecem somente depois de estar ele seguro de que nada lhe acontece.”⁹⁹

Acontece que, mesmo sendo travesti, mesmo havendo censura, fiscalização e que possuir uma casa de prostituição fosse contra a lei, ao que tudo indica na notícia, Carlota era possuidora de uma boa condição financeira, pois possuía jatinho particular e seu próprio segurança. O que nos faz compreender o porquê de a repressão ser tão branda com ela, deixando passar certos “deslizes”. Como nos fala Irigaray (2008), quando se aborda a questão da homossexualidade, o que se observa é que existe um *locus* social de tolerância voltada para os que, apesar dessa condição não-hegemônica, são detentores de capital econômico, intitulados “pink dólar”, bem como para os que possuem capital intelectual. Ou seja, nem toda “classe” das sexualidades dissidentes era cercada da mesma forma de perseguição (sempre há perseguição, só que a forma de resolver é que é diferente), embora o trecho faça referência a homossexualidade, é possível compreender através dele, o caso de Carlota. Em contrapartida, apesar de haver “tolerância” para os negócios de Carlota, o jornal faz questão de abordar a sua sexualidade e se referir no pronome masculino, o que era comum na época, usar o pronome masculino para se referir às travestis. É preciso ressaltar também, que uma boa explicação para essa tolerância, além da condição financeira favorável de Carlota e poder que isso acarretava,

⁹⁹ “Travesti” é esperado com 12 mulheres. Folha Vespertina, 26 de agosto de 1971, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

era o tipo de negócio em que ela transitava, pois embora a sociedade da “moral” e “bons costumes” repudiasse a prostituição publicamente, o mesmo não acontecia as escondidas. De acordo com o autor Marcos Bretas (2002), os elementos da ponta do sistema, como os policiais, acreditavam que questões como a prostituição ou o jogo, não deveriam ser levadas tão a sério, sendo parte de um cotidiano classificado pelo menos como um “mal necessário”. E essas eram ocasiões onde estes funcionários públicos podiam mostrar o seu poder, distribuindo justiça e criando teias de relações sociais nas quais teriam alguma influência.

Depois dessa manchete, Carlota, que tem por nome de batismo Francisco Ferreira da Silva, volta a aparecer nas páginas da imprensa, quando em 1979, 8 anos após a primeira manchete. Mas dessa vez, era uma notícia sobre o seu assassinato. Carlota foi encontrada morta por seu motorista, no King Hotel, onde residia, ela estava trajando a fantasia que havia usado para desfilar pela escola de samba “Rancho não posso me amofiná” e de acordo com o jornal, houve luta e sangue, já que Carlota possuía muitas jóias e dinheiro.

“Mais um bárbaro crime foi perpetrado ontem, só descoberto por volta das 23:00 horas, quando o motorista ronaldo Nascimento após ter tentado entrar em contato com a vítima através do telefone de apartamento no King Hotel, onde era hospedado Francisco ferreira da Silva, o “Carlota”, o seu patrão. Daí resolveu ir até o referido local, batendo na porta, e não sendo atendido forçou a mesma, deparando com o quadro dantesco. Na entrada do corredor estreito encontrava-se uma rede caída e sangue nas paredes. Logo a seguir no aposento, ao lado da cama em decúbito dorsal, nu o cadáver de seu patrão, no alto sobre uma cômoda a fantasia que ele desfilou no “Rancho não posso me amofinar” denominada “Pássaro Encantado da Floresta”. Tudo revolto, numa demonstração que houve luta e saque, já que Francisco Ferreira da Silva, o “Carlota” possuía muitas jóias e uma excelente conta bancária, nem jóias e nem dinheiro foram encontrados.”¹⁰⁰

¹⁰⁰ “Travesti” foi barbaramente assassinado no hotel que residia. **A Província do Pará**, 09 de agosto de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.



Figura 3. A Província do Pará, Belém, 09 de agosto de 1979. **Fonte:** Centur.

O assassino de Carlota fugiu do local no carro da vítima, e o gerente do hotel e o motorista foram prestar depoimento sobre o ocorrido. A manchete também relata que Carlota era dono de uma boate chamada “Refúgio Drinks”, de acordo com o meu levantamento, acredito que não se tratava de uma boate que tivesse como público alvo as sexualidades dissidentes, pois de acordo com Silva e Rodrigues (2012), as boates que abrigavam esses grupos, eram bem estabelecidas, eles afirmam:

“Após 1995, se configurou na cidade uma espécie de território circunscrito, que não se restringia apenas a boates gays. Casas noturnas como o Bar La Nuit (Rua Doutor Moraes, 581), o 407 Night Club (Av. Gentil Bittencourt, 407), o Bar Luau (Trav. Rui Barbosa), a Boate Eqquos (Rua 28 de Setembro) são locais que já existiam como guetos homossexuais e, além de shows de dragqueens, neles apresentavam-se também transformistas e travestis [...] Nesse contexto, até o referido momento podia-se dizer que as drags ficavam muito restritas aos guetos homossexuais, frequentados por “iguais” ou “informados”. Outros bares e boates foram inaugurados e abriram suas portas para apresentações de dragqueens, como o atualmente extinto Bar GoFish (Trav. Rui Barbosa entre Av. Brás de Aguiar e Av. Nazaré), a boate Doctor Dance (Rua Boaventura da Silva entre Trav. Quintino Bocaiúva e Av. Visconde de Souza Franco), a Boate Mix” (Trav. Almirante Wandenkolk entre Rua Antônio Barreto e Rua Diogo Mória) (SILVA; RODRIGUES, 2012. P. 5)

Outro ponto a se destacar, é que ao pesquisar o nome da boate, também não encontrei nenhum registro. Mas como vimos na primeira notícia deste tópico, Carlota possuía um bordel,

o que poderia caracterizar o ambiente da boate, como um ambiente de circulação de predominância heteronormativa. O que nos faz perceber, que por mais que Carlota fosse travesti, fazendo parte de um grupo minoritário, transitava em ambientes não necessariamente periféricos, muitos deles predominantemente heteronormativos, movimentado por pessoas com algum recurso. Mas isso não foi o suficiente para que seu assassinato permanecesse impune.

Nos dias que se seguem, a polícia encontra o assassino de Carlota, e ele confessa a autoria do crime. Jânio, tinha 18 anos e segundo ele, matou Carlota após briga corporal e que o fez porque a vítima pretendia fazer dele “objeto de seus insaciáveis desejos”.

“Já está na prisão o matador do homossexual Francisco Ferreira da Silva, o “Carlota”, assassinado na última quarta-feira. Jânio Romão Garcia, um rapaz de apenas 18 anos de idade foi o autor do crime, que durante quase uma semana polarizou as atenções da opinião pública desta capital. Jânio foi preso às primeiras horas da madrugada de hoje, em sua própria residência e relatou com detalhes, como ocorreu o crime. Disse ele que matou “Carlota” após luta corporal com o mesmo, durante a qual se apoderou de uma tesoura que se encontrava em poder da vítima, ferindo-a com golpes contundentes até causar-lhe a morte. “Carlota” morreu porque pretendia fazer de Jânio objeto de seus insaciáveis desejos sexuais. Jânio, preso na Central de polícia, será interrogado hoje.”¹⁰¹

A reportagem acima está localizada na primeira página do jornal, a matéria completa, ganhou uma página de destaque, contando todo o caso, com imagens e depoimentos. Contudo, só iremos mostrar nesta pesquisa, apenas um trecho da matéria, o único trecho da página que não estava deteriorado. O jornal da Província do Pará, ainda não havia sido digitalizado, então o acervo era somente físico, por conta disso, há páginas que faltam, páginas que estão manchadas, recortadas e no caso dessa matéria em específico, totalmente rasgada! Como Historiadora, é frustrante a impotência que situações como essas nos causam. Mas de todo modo, apesar de não termos acesso a matéria completa, poderemos ter uma ideia do que foi dito e de como o jornal estava retratando o caso.

“Jânio Romão Garcia, um rapaz de apenas 18 anos de idade, é o assassino que matou a golpes de tesoura, quarta-feira da semana passada, o homossexual Francisco Ferreira da Silva, o “Carlota”. Jânio foi preso às primeiras horas da madrugada de hoje após intensas diligências que se prolongaram desde a tarde de ontem, sem oferecer a menor resistência, em sua própria casa. (...) Pegou a tesoura e investiu contra o criminoso, que procurando se defender, travou luta corporal com o agressor. A luta se estendeu ao corredor até o momento em que Jânio, já com alguns ferimentos, conseguiu apoderar-se da tesoura, passando a acertar a vítima com golpes contundentes. Quantos, precisamente, o criminoso não soube informar. Só ao notar que “Carlota” estava morto, é que Jânio percebeu a gravidade da situação em que acabara de se envolver. O piso do apartamento estava parcialmente coberto de manchas de sangue, assim como suas próprias roupas, uma calça marrom e uma camisa verde, que ele retirou, colocando dentro de uma valise e vestindo depois uma bermuda e uma camisa

¹⁰¹ Assassino de “Carlota” já está na prisão. A Província do Pará, 14 de março de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

que pertenciam a vítima. Tudo isso depois de ir ao banheiro, tirar as manchas de sangue que ficaram no seu corpo. Voltou ao quarto, apoderou-se de um par de sandálias que pertencia também a vítima.”¹⁰²



Figura 4. A Província do Pará, Belém, 14 de março de 1979. Fonte: Centur.

A figura acima, é a fotografia de Jânio, que está na primeira página do jornal, anunciando sua captura. O jornal, dá bastante destaque ao caso, e pelo que podemos analisar de acordo com a matéria, é que foi um caso de bastante repercussão, já que o próprio jornal afirma que o caso “polarizou as opiniões da população”. Somente a imagem de Jânio foi mostrada na reportagem, infelizmente não tivemos acesso a imagem de Carlota. Outro ponto a ser destacado, é que o jornal se refere a Carlota como homossexual, porque de fato não havia uma separação dos dois grupos identitários (travestis e homens gays). Também vemos claramente o estigma de patologia, onde se diz que Carlota possuía “insaciáveis desejos”, colocando o sujeito travesti como pervertido, imoral.

Após a captura de Jânio, em seu depoimento – pelo menos parte dele – ele afirma que estava tentando se defender das agressões de Carlota e que foi Carlota quem o ameaçou primeiro, além de dizer que a tesoura estava primeiramente sob posse da vítima. O que podemos analisar do trecho do depoimento que tivemos acesso, é que a postura de Jânio foi que ele cometeu o crime por legítima defesa, pra se defender das agressões e da tentativa de Carlota de torná-lo “vítima de seus insaciáveis desejos”. Em uma sociedade heteronormativa, que pregava a moralidade e o “homem machão”, esse tipo de justificativa era bastante comum, como vimos no capítulo anterior, com a reportagem “em defesa da honra”. Silva (2016), quando conta em

¹⁰² Assassino de “Carlota” já está na prisão. A Província do Pará, 14 de março de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

seu trabalho¹⁰³, sobre a história de Nadir, revela o quanto é para as travestis, pois sempre são vinculadas a crimes e a prostituição, e por esse motivo, estão sendo sempre marginalizadas e agredidas por “machões” que se acham no dever de defender a sua masculinidade.

Apesar da versão contada por Cristino o colocar como iniciador da briga, ele seguiu até a delegacia e prestou queixa contra Nadir, seguro de que sua postura foi correta. Essa segurança expressa por ele pode ser considerada fruto da forma pela qual as relações de gênero estavam – e estão – estruturadas na sociedade. A homossexualidade e a negação da performance masculina estava passível de punição e segregação violentas, fosse física ou psicológica. (SILVA, 2016, p. 88)

De acordo com a autora, Nadir havia contado outra versão do ocorrido, como vimos no tópico anterior, ela usou a gilette para se defender, após Cristino puxar com violência o seu cabelo. No caso da história de Nadir, podemos ter acesso a sua versão dos fatos e entender como essa “defesa da honra” deixava com que homens heterossexuais, se sentissem no direito de agredir e até mesmo de tirar a vida de quem “ameaçasse” essa virilidade. Porém, se no caso de Nadir, foi possível contrapor os depoimentos, no caso de Carlota, torna-se inviável, devido ao seu assassinato, tudo o que temos acesso é a voz de Jânio, é a sua versão da história que estamos limitados a conhecer. E este silenciamento, não ocorre apenas no caso de Carlota, como veremos mais adiante.

Podemos perceber a problemática em torno de crimes realizados contra as travestis, através da notícia a seguir. Nos dias que se sucedem a prisão de Jânio, ele devolve as jóias que havia roubado de Carlota, e no dia 23 de março, sai uma manchete que diz que o Juiz que cuidava do caso, ainda estava decidindo se Jânio ficaria ou não preso.

Dentro das próximas horas o juiz José Antonio Gonçalves Alves decidirá sobre a sorte de Jânio Romão Seabra, indigitado autor da morte de Francisco Ferreira da Silva, o “Carlota”, fato ocorrido no dia 7 do mês em curso. Os autores do inquérito policial chegaram à secretaria da repartição criminal e foram distribuídos ao titular da 2ª vara penal. O delegado Nelson Marques, de Homicídios, revela toda a marcha processante, qualificando Jânio Romão como autor de crimes previstos nos arts. 121 § 3º e 155 do código penal brasileiro. Em amplo relatório reunindo todas as peças ditas em lei, a autoridade policial termina pedindo a decretação da prisão preventiva contra o matador de “Carlota”, a fim de garantir a ordem pública e, naturalmente, a instrução processual. O delegado fala em homicídio e furto, não fazendo nenhuma menção com respeito a latrocínio como chegou a ser ventilado. A figura do latrocínio não aparece. O juiz poderá decidir ainda hoje, mandando ou não para o São José, Jânio Romão Seabra, o homem que armado com tesoura matou “Carlota”.¹⁰⁴

¹⁰³ SILVA, Claudielle Pavão. **“Flores horizontais”**: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zonado Mangue (1960-1970). Rio de Janeiro, 2016, p. 88

¹⁰⁴ Juiz vai decidir sobre a prisão do matador de “Carlota”. A Província do Pará, 14 de março de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

O primeiro ponto que precisamos destacar, é que a problemática está no fato de o caso só ter ganhado tamanha repercussão por se tratar de uma travesti que circulava e era “aceita” dentro do ciclo menos periférico economicamente, mais abastado e heteronormativo, por seus negócios conversarem com esse público, como dito anteriormente. Apesar da alegação do assassino, de que estaria defendendo sua honra, o delegado do caso mantém firme a sua ideia de que a lei precisa ser cumprida, independentemente das questões morais-sociológicas. No entanto, o caso de Carlota não é a regra, é a exceção. Precisamos entender, primeiramente, que Carlota não era como a maioria das travestis que estampavam as capas dos jornais, tampouco era periférica e apesar de trabalhar com a prostituição, não fazia parte das calçadas, mas era a dona do Bordel, o que a coloca em uma situação de privilégio, em relação a outras travestis da época. Usava de agências para obter o seu espaço dentro de uma sociedade heteronormativa. Mas nem mesmo esse privilégio, a fez escapar da aversão existente para com o seu grupo identitário.

Já no caso de Vanderléa, travesti, periférica e pertencente a Umbanda, religião de Matriz africana, a imprensa não se manteve tão “neutra”. Vanderléa, tem 19 anos e é acusada de roubar joias e perucas de alguns moradores da região, a reportagem, que está localizada no fim da página do caderno policial, traz uma outra realidade, diferente de Carlota, aqui quem agrediu foi Vanderléa, as acusações estão todas voltadas para ela.

Finalmente as autoridades da delegacia de furtos e roubos recapturaram o homossexual Marivaldo Bentes Guimarães, solteiro, 19 anos, vulgo “Vanderléa” (passagem Ana Deusa, sem número, Marco). “Vanderléa” está sendo acusado pelo furto de jóias e perucas. No mês passado ele foi preso, mas conseguiu fugir do plantão da DFR, aproveitando-se de um descuido dos policiais dali. Ao ser “fotografada” “Vanderléa” disse que não gostava de tirar fotografias pois não era “fotogênica”. Ao mesmo tempo em que “Vanderléa” era preso chegavam várias vítimas da “boneca”. Raimunda Pinheiro da Silva, que se queixava que o acusado havia se apropriado indevidamente de relógios, cordões, pulseiras e anéis, avaliados em 400 cruzeiros; a proprietária do “Salão Cláudia”, Maria Ana Vicenta, dizia que a “Vandeca” havia lhe furtado duas perucas no valor de 200 cruzeiros; Laura figueiredo Corrêa, se queixava que foi furtada em uma pulseira escrava, dois anéis e um cordão e Vacelim de Moraes acusava Vandeléa de ter fugido levando na cabeça uma peruca de sua propriedade que se achava secando no quintal de sua residência á avenida almirante Barroso. Marivaldo Bentes Guimarães é costureiro, tece perucas de penteados e se intitula “pai de santo”. Explicando-se na Delegacia disse que as jóias recebeu em pagamento de uns trabalhos de umbanda: “as danadas querem me jogar agora no abismo. Eu não tenho culpa de elas não fazerem com exatidão aquilo que falei”. Quanto as perucas “Vanderléa” disse que não roubou e sim fez transações comerciais, acrescentando “esse pessoal gosta de fofoca”.¹⁰⁵

O primeiro ponto que iremos analisar, é no tratar para com Vanderléa e Carlota. Mesmo que Carlota fosse travesti, e isso fosse enfatizado em todas as manchetes sobre o seu

¹⁰⁵ Polícia Prende “Vanderléa” que furta peruca. A Província do Pará, 05 de abril de 1976, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

caso, em nenhum momento o jornal utilizou de termos estereotipados, como no caso de Vanderléa, que é chamada de “boneca”, termo muito comum para se referir às travestis na época, como dito anteriormente¹⁰⁶. Vanderléa é acusada de roubo por várias pessoas, mas felizmente, no seu caso é possível saber a sua versão dos fatos, onde ela diz que fez trabalhos e que estava apenas recebendo o seu pagamento. Vanderléa, em nenhum momento se intimida ou se põe como vítima, mas explica a situação abertamente e ainda finaliza ironizando dizendo que “o pessoal gosta de fazer fofoca”.

Silva (2016), fala em seu trabalho sobre a travesti Martinha, que roubara alguns pertences de sua amiga, inclusive uma peruca e foi denunciada a polícia, história bem semelhante ao que aconteceu com Vanderléa. E nesta questão do roubo, a autora traz um olhar interessante para tal ato.

(...) O roubo da peruca, expôs crimes cometidos por travestis, o que na visão de delegados e jornalistas confirmavam seus estereótipos. Todavia, diante da ausência de trabalhos e da própria dificuldade na prostituição, o roubo se constituía numa possibilidade de amenizar os problemas do cotidiano, ou estratégia diretamente relacionada à falta de renda. (SILVA, 2016, p. 105)

Essa fala da autora, casa com a justificativa de Vanderléa para cometer os roubos, pois as pessoas lhe deviam e ela estava atrás de seu pagamento pelos serviços prestados. Esses grupos por serem invisibilizados, de certa forma precisavam recorrer a certos “meios” para que fossem levados à sério. Todavia, isso não é uma tentativa de fazer de Vanderléa vítima da situação, mas mostrar diferentes interpretações para o seu ato.

A reportagem também diz, que Vanderléa não queria tirar foto para aparecer nas páginas do jornal, por não se considerar fotogênica, o autor Elias Veras (2015), fala que algumas travestis evitavam ser fotografadas, pois a representação mais comum das travestis na imprensa, são retratos das mesmas sendo presas e estampavam as colunas policiais. Além do que a foto as humilha, colocando-as como “homens” retirando sua performance feminina de gênero.

¹⁰⁶ A visibilidade das “sexualidades periféricas” no centro da cena público-midiática foi acompanhada por discursos estigmatizantes. (VERAS, 2015, p. 150)

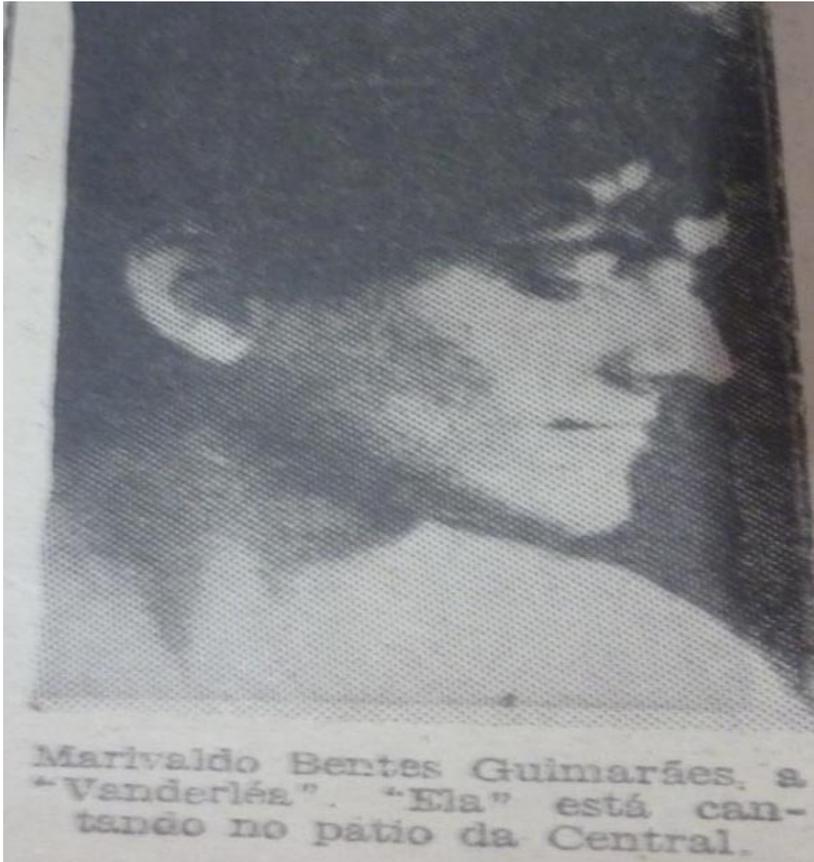


Figura 5. A Província do Pará, Belém, 05 de abril de 1976. Fonte: Centur.

Acima, a foto de Vanderléa que foi colocada nas páginas do jornal, com seu nome de batismo sendo enfatizado e tratando com ironia o nome do qual ela escolhera para se identificar. Como também afirma Veras (2015),

“As fotos em preto e branco, feitas, geralmente, na delegacia, durante a prisão das travestis, traziam, quase sempre, uma legenda contendo o nome masculino seguido do nome feminino das travestis entre aspas. O reforço da ambiguidade e a ambiguidade pensada como disfarce com fins criminosos presente nas notícias compôs o retrato das travestis.” (VERAS, 2015, p. 163)

Não podemos afirmar por certo que este foi o caso de Vanderléa ao se recusar a tirar a foto, mas é uma possibilidade, visto que estar estampadas em colunas policiais era um fato recorrente dentro deste grupo identitário. O nome Wanderléia, volta a aparecer nas manchetes do jornal, em junho de 1980, quatro anos após os eventos anteriores. Contudo, não podemos afirmar que se trata da mesma pessoa, pois o nome está escrito de forma diferente, dificultando essa confirmação. Nessa manchete, Wanderléia é acusada de esfaquear Antônio Renaldi Coelho, 22 anos.

“O homossexual conhecido por “Wanderléia” conseguiu levar para o interior de um quarto em uma casa de tolerância na Pedreira, Antônio Renaldi Coelho, 22 anos, residente

no Município de Capitão Poço. Depois de alguns minutos no quarto, houve desentendimento e o homossexual aplicou uma facada no tórax do interiorano que foi levado para o Pronto Socorro Municipal, e depois transferido para uma clínica particular. “Wanderléia” está sendo procurada pelas autoridades policiais da Pedreira a fim de pagar pelo crime que cometeu. O delegado Nelson Marques mandou o comissário Salvino Neto e sua equipe atrás do homossexual, entretanto não o encontraram.”¹⁰⁷

Mais uma vez, vemos o jornal englobar travestis e homossexuais, como sendo um só grupo identitário. Wanderléia é acusada de esfaquear Antônio, mas não temos acesso através da reportagem, qual teria sido o real motivo. E devido a sua fuga, também não temos acesso à sua versão dos fatos. Contudo, mais uma vez o estigma de criminalidade é ligado as travestis pelas páginas do jornal.¹⁰⁸ Como afirma Veras (2015):

Foi produzido um sujeito travesti-perigoso, que deve ser evitado, temido, regulado, encarcerado e assassinado (e/ou inserido como estigmatizado). Ao mesmo tempo em que emergem como novo sujeito, considerado, à época, como pertencente a um “terceiro sexo”, as travestis foram tomadas como ameaça ao ordenamento do gênero e da cidade. A imprensa não apenas descreveu as experiências trans, mas atuou no processo histórico de fabricação de sua visibilidade públicomidiática-estigmatizada. (VERAS, 2015, p. 168)

Ou seja, como dito anteriormente, nem todas tinham a possibilidade de contar a sua versão dos fatos, e por conta disso, os meios de comunicação de apropriavam de discursos estigmatizantes, e nesta manchete, também não temos a imagem de Wanderléia e nem da vítima. Essa relutância da sociedade em relação as travestis, também é ressaltado por Eloi Iglesias, ao nos contar sobre a vivência das travestis que viviam nos guetos.

“As pessoas viviam muito oprimidas, existiam as travestis que iam pra rua, elas tinham uma vida muito curta, eram pessoas que não saíam de dia, eram pessoas que saíam só a noite e elas viviam nos guetos, correndo de polícia. Elas despertavam esses desejos sombrios nas pessoas, que eram desejos que as pessoas não conseguiam entender.”¹⁰⁹

Contudo esses “desejos sombrios”, também fizeram parte do cotidiano das Gabrielas. As Gabrielas, aparecem em duas reportagens do jornal, porém, levando em consideração o espaço geográfico onde ocorreram os fatos, podemos presumir que se tratam de pessoas diferentes. Mas não temos acesso aos seus depoimentos, somente os crimes são retratados. Como na manchete a seguir, que mais uma vez se encontra no caderno policial, noticiando uma “Briga de Bonecas”, onde a travesti Gabriela, teria esfaqueado um homem gay, de nome José Maria da Silva, o fato ocorreu no bairro da Cremação, portanto, já sabemos que se tratavam de grupos identitários periféricos.

¹⁰⁷ Homossexual Esfaqueou o Amigo. **A Província do Pará**, 12 de junho de 1980, p. 15 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹⁰⁸ A associação entre travesti e criminalidade, que transformou a imprensa em par indispensável do dispositivo do estigma. (VERAS, 2015, p. 166)

¹⁰⁹ Eloi Iglesias, 66 anos. Entrevista realizada em 02 de junho de 2021.

“O homossexual José Maria da Silva, foi esfaqueado à noite de ontem, por outro homossexual, no bairro da Cremação, por ocasião de uma bebedeira. Os motivos, segundo consta, foi porque a vítima tentou roubar o “garotão” que estava em companhia do acusado. Em vista disso, eles travaram luta corporal, quando José Maria veio a receber uma facada no abdômen. Ele foi levado ao pronto socorro municipal, e depois transferido para uma clínica particular. José Maria, juntamente com outras amiguinhas estava bebendo em um bar na Avenida Alcindo Cacela próximo a Condor, quando então chegou “Gabriela” em companhia de um rapaz alto, louro, olhos azuis, que deixou as “bichas” muito loucas. José Maria, por ser o mais assanhado entre os homossexuais que estavam presentes resolveu cantar o “garotão”, na maior marra. Gabriela não gostou da brincadeira e aplicou o violento tapa em José Maria que revidou, até que eles foram para as vias de fato, acabando por José Maria sair com uma facada.”¹¹⁰

Ao analisarmos a matéria, podemos perceber que apesar de Gabriela ser travesti, também foi englobada como pertencente do mesmo grupo identitário que José Maria, mas como foi mostrado nas bibliografias, esse tipo de situação era recorrente. Mesmo ambos tendo estigmas parecidos dentro da sociedade. Ambos são chamados de “bonecas” e “bichas”, esse apontamento é explicado por Fry e Macrae (1985)¹¹¹, que era considerado “bicha”, todo aquele que portasse algum tipo de efeminidade, porque nem todo homem que se relacionava sexualmente com outro homem, tinha o estigma de “bicha”, esse papel era reservado para as mais “passivas”.

O que a considerado realmente "desviante ", de acordo com estas regras, são relações "homossexuais" não em termos fisiológicos, mas em termos dos papéis sexuais. Assim, um homem pode se relacionar sexualmente com uma bicha, enquanto o primeiro é "ativo" e o Segundo "passivo". Nesse sentido, o que causa escândalo é quando bicha se relaciona com bicha. Esta, sim, seria a relação "homossexual", e era a ridicularizada no ditado popular "bicha com bicha da lagartixa". (FRY, Peter, 1985, p. 45)

Deste modo, podemos entender que se tratava de um grupo ainda mais estereotipado, por se enquadrarem como “efeminados”, sendo ridicularizados pelo jornal, ao serem apontados como violentos, temperamentais, “assanhados” e no caso de Gabriela, como criminoso. Como afirma Silva (2016), a imagem apresentada sobre as travestis advinha do olhar de delegados de polícia e jornalistas, e que se desdobrava em páginas policiais. Ou seja, os estereótipos sobre as travestis eram impregnados de ideias associadas à criminalidade. Com isso, não era difícil observar que o papel que as travestis protagonizavam nas páginas policiais costumava ser o papel de algoz.

Este papel de algoz, também é retratado, na reportagem a seguir. Nossa próxima Gabriela, foi esfaqueada pelas costas por um ferreiro, de nome Arlindo Lima de Araújo, que

¹¹⁰ Briga de “Bonecas” termina em esfaqueamento na cremação. **A Província do Pará**, 23 de janeiro de 1980, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹¹¹ FRY, Peter. MACRAE, Edward. **o que é homossexualidade**. - São Paulo, Abril, Cultural Brasiliense, 1985.

segundo relato, esfaqueou a vítima por ela estar se envolvendo amorosamente com seu filho menor de idade, de 17 anos, Raimundo Nonato da Silva e usando seu outro filho de 14 anos Álvaro Neves de Araújo, de 14 anos, para fazer favores.

“O homossexual Pedro Paulo Silva de Oliveira, conhecido por “Gabriela” foi esfaqueado nas costas pelo ferreiro Arlindo Lima de Araújo, 38 anos, residente na estrada de Outeiro, sem número, na Vila de Icoaraci. “Gabriela” estava a fim de transar com o menor Raimundo Nonato de Araújo, de 17 anos, e na noite de anteontem, na casa do ferreiro, botou uma banca querendo levar o filho do dono da casa de qualquer maneira para o cinema e depois para das umas voltas pela vila. “Gabriela” deu ao menor Álvaro Neves Araújo, de 14 anos, que também é filho do ferreiro, um relógio de pulso para vender pelo preço de 150 cruzeiros e na noite de anteontem foi apanhar a grana. O dinheiro seria para gastar com Raimundo Nonato, com quem estava transando. Na casa do ferreiro, o homossexual teve uma discussão com a mãe dos menores, que os expulsou de sua casa. “Gabriela” botou sua banca e disse que só sairia dali em companhia de Raimundo Nonato, seu novo amor. Isto irritou o ferreiro, que se armou de uma faca e golpeou as costas de “Gabriela”, que foi levado para o Pronto Socorro Municipal, de onde, depois de medicado, se retirou para casa. O ferreiro foi detido pelo Delegado Otacilio Mota, da Delegacia de Icoaraci, e depois colocado em liberdade, uma vez que a vítima não quis se apresentar na polícia, informando que nada tinha acontecido.”¹¹²

Novamente, trata-se de uma travesti periférica, trajando de feminilidade. Nota-se também ao analisarmos a manchete, que o jornal em nenhum momento chama Raimundo de homossexual, ou usa algum termo pejorativo para se referir a ele, pois era ele o “ativo” da relação, no entanto é enfatizada a sexualidade de Gabriela, várias vezes durante a reportagem. Segundo Fry e Macrae (1991), surgiram algumas transformações em meados da década de 60 no Brasil, e junto com essas transformações, surge a figura do “entendido” e “entendida”, que seriam versões brasileiras dos gays estadunidenses, que são sujeitos que transam com pessoas do mesmo sexo, mas não adotam os trejeitos de “bicha” ou “sapatão”. Deste modo, entendemos o porquê somente Gabriela ser identificada como sendo homossexual.

Vale frisar, que embora não seja Raimundo a defender a sua “honra”, seu pai faz isso, na tentativa de limpar a imagem do filho. Em contrapartida, Gabriela, apesar de ser retratada pelo jornal como “abusada”, não presta queixa sobre a agressão e o crime acaba ficando impune, pois ela nega a existência do mesmo. Vale lembrar, que as travestis enfrentavam medos constantes durante toda a sua existência, desde o momento em que assumem uma nova identidade, com nome feminino, até o momento em que decidem viver abertamente a sua sexualidade. De acordo com Larissa Pelúcio (2005), esse processo é contínuo e sem fim e se divide em várias etapas, desde quando assumem sua orientação sexual para os familiares, mas ainda não se montam e nem ingerem hormônios, até o processo de feminilização, com o uso de

¹¹² Gabriela” sentiu o espeto de ferreiro. A Província do Pará, 09 de agosto de 1978, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

roupas femininas, maquiagens e etc. Como também fala Sandro José da Silva (2011), “a questão da adoção de um nome feminino constitui uma das principais etapas de transformação de gênero.” Pois é viver com uma nova identidade e apagar os rastros do passado.¹¹³ Contudo, o jornal faz questão de enfatizar o nome de batismo de Gabriela, e tratá-la como *O* homossexual.

Embora Gabriela não se coloque como vítima, e mesmo na sociedade em que estava inserida, não tivesse hesitação em viver sua sexualidade, é possível que tenha recusado fazer a denúncia por diversos motivos. Seja por amor a Raimundo e não querer denunciar o pai do mesmo, seja por medo do próprio ferreiro Pedro¹¹⁴. Como podemos perceber pela documentação apresentada, as travestis eram marginalizadas e frequentemente precisavam viver sobre a sombra do medo. Não temos acesso a foto de Gabriela, e como ela não confirmou o fato, logo não temos acesso a sua versão também. Somente a imagem do ferreiro é divulgada, como veremos abaixo:

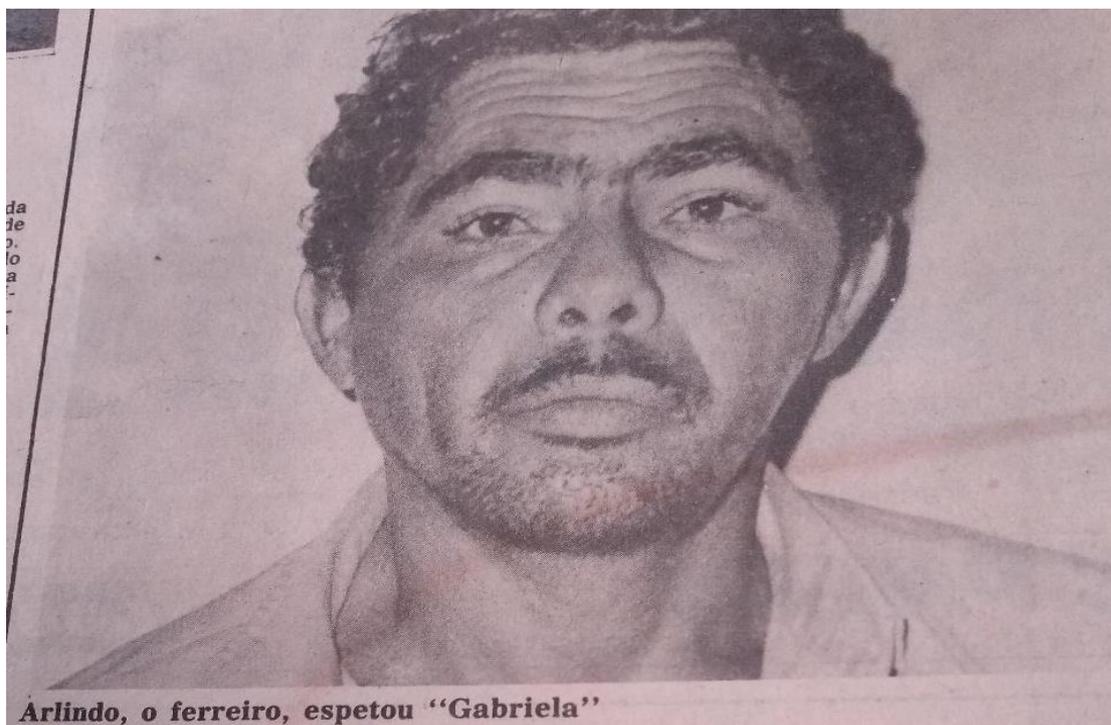


Figura 6. A Província do Pará, Belém, 09 de agosto de 1978. **Fonte:** Centur.

As próximas personagens desse capítulo, são Jasmin e Cocota, elas aparecem nas páginas do jornal *O Liberal*, como sendo agressoras de dois irmãos, Benonias Gonzaga Furtado

¹¹³ SILVA, Sandro José. **Quando ser gay era uma novidade: aspectos da homossexualidade masculina na cidade de Recife na década de 1970.** 2012, p. 113

¹¹⁴ Por não se sentirem acolhidas pelo Estado, as travestis raramente chegam a denunciar seus parceiros. (CAVALVANTE, 2018, p. 151)

e Benedito Gonzaga Furtado. A reportagem diz que eles foram atendidos no pronto socorro municipal e foram agredidos enquanto passavam na rua, mas que as travestis haviam escapado.

“Dois irmãos foram agredidos por uma dupla de homossexuais. Atendidos no pronto socorro municipal, depois se retiraram para sua residência. As vítimas são Benonias Gonzaga Furtado e Benedito Gonzaga Furtado, de 13 e 20 anos, respectivamente, residentes a rua Alferes Costa, conforme relato feito, passavam eles pelo local, onde se encontravam as “bonecas”, que passaram a lhes dirigir pilhérias. Repelidos, agrediram Benonias e Benedito e fugiram. “Jasmine” e “Cocota”, é a dupla agressora.”¹¹⁵

Novamente, só uma versão é contada pelo jornal, reforçando os estigmas de violência e marginalização sobre as travestis, além de reforçarem também o estereótipo de perversão, onde é dito que as travestis ao tentarem algo com os rapazes e serem rejeitadas, agem com agressão. Deste modo, não podemos afirmar se Jasmine e Cocota, de fato deram em cima dos rapazes, ou se, eles tentaram ofendê-las de alguma forma e as mesmas tentaram se defender os agredindo de volta. As possibilidades são as mais variadas, tendo em vista as reportagens e o levantamento de dados desse capítulo. Como também é o caso da reportagem que será mostrada a seguir.

A reportagem, localizada no jornal O Liberal, fala sobre um estudante que estava voltando da escola por volta das 23:00, quando teria sido abordado por uma travesti, que o fez uma “proposta indecorosa” e ele, ao recusar, teria sido vítima de uma reação violenta e quase sido morto por uma facada.

“Um jovem estudante do Colégio Paes de Carvalho, na noite de anteontem, quando chaminava pela avenida 16 de Novembro foi abordado por homossexual de identidade desconhecida, que o convidou para passar a noite em sua companhia. O estudante não atendeu o convite e quase era assassinado com uma facada. A vítima foi Ulisses Campelo Miranda, 25 anos, residente a rua Veiga Cabral, que foi medicado no hospital do Pronto Socorro Municipal e transferido para uma clínica particular, em estado de inspirar cuidados. A Polícia do Jurunas tenta identificar e prender o acusado. Segundo conta, o estudante Ulisses regressava do colégio cerca das 23 horas de anteontem, quando já as proximidades de sua residência, ouviu alguém assoviar. Olhou para trás e notou que era um desconhecido que o chamava. Parou para atendê-lo e recebeu a proposta do “travesti”. Revoltado o estudante reagiu a investida e acabou recebendo uma facada.”¹¹⁶

Não temos acesso ao depoimento da travesti envolvida no caso, tampouco sua versão dos fatos e sua identidade também é desconhecida e o jornal conta que estão tentando prender “o” “acusado”, ou seja, só temos a versão do ocorrido dita pelo estudante. E novamente, vemos

¹¹⁵ Jasmine” e “Cocota” agrediram os irmãos. O Liberal, 26 de agosto de 1978, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹¹⁶ Proposta Indecorosa. O Liberal, 25 de outubro de 1979, p. 23 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

a criminalidade ligada à este grupo identitário, e como não temos acesso ao outro lado da história, as possibilidades continuam sendo vastas, já que a violência nas ruas era algo frequentemente vivenciado pelas travestis, é provável que a acusada estivesse tentando se defender de alguma briga ou ofensa. De todo modo, isso não é uma tentativa de defender um lado da história, mas sim, levantar as possíveis causas para o ocorrido, além do que foi dito pelo estudante. Existem muitas variações no que diz respeito a esses sujeitos, que mesmo sendo vistos como “anormais”, criminosos, pervertidos e imorais, não deixaram de usar de agências afim de lutar por sua permanência nos espaços da sociedade, não eram vítimas e nem vilãs, apenas sujeitos que precisavam usar de artifícios para sobreviverem em meio a uma sociedade que claramente os rejeitava.

Todavia, as personagens travestis, retratadas nesse capítulo, têm em comum – além de pertencerem ao mesmo grupo identitário – estigmas já impostos pela imprensa, pela polícia e pela sociedade da época. Assim como afirma Sandro José da Silva (2011), na visibilidade da imprensa, esses grupos só tinham visibilidade quando sofriam ou praticavam algum ato de violência, geralmente envolvendo brigas, conflitos com clientes, amantes e a polícia. Foram raras as vezes que as travestis falaram, tiveram voz na imprensa, geralmente a imprensa era quem falava por elas, retratando assim das maneiras mais diversas.

CAPÍTULO 3 - ENTRE A BOATE E A REPRESSÃO: A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO, NO FINAL DOS ANOS 1970

Anteriormente, vimos como a chegada do AI-5, a censura aos meios de comunicação e a aversão as sexualidades dissidentes, contribuiu para reforçar estigmas sobre esses sujeitos e suas vivências. As reportagens e as bibliografias apresentadas, nos fizeram entender de que maneira a Ditadura Militar, reprimia a homossexualidade masculina e quais agências esse grupo utilizava para afirmar a sua existência dentro de uma sociedade que os deslegitimava. Vimos então, como funcionavam essas vivências durante os anos de chumbo (1968-1974), contudo, após a saída de Médici (1974), e a entrada de Geisel (1974-1979), inicia-se um processo de transformação do regime militar, e essa transição é continuada no governo de Figueiredo (1979-1985)¹¹⁷, até o fim dos anos ditatoriais, em 1985. E todo esse processo de “abertura”, foi feito por decisão dos militares, e por pressão da sociedade. Como afirma Codato (2005)¹¹⁸:

Uma primeira fase, de constituição do regime político ditatorial-militar, corresponde, grosso modo, aos governos Castello Branco e Costa e Silva (de março de 1964 a dezembro de 1968); uma segunda fase, de consolidação do regime ditatorial-militar (que coincide com o governo Médici: 1969-1974); uma terceira fase, de transformação do regime ditatorial-militar (o governo Geisel: 1974-1979); uma quarta fase, de desagregação do regime ditatorial-militar (o governo Figueiredo: 1979-1985); e por último, a fase de transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989). Já de início, três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Primeiro, o processo de “distensão política”, depois chamado “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi iniciado pelos militares, e não por pressão da “sociedade civil”, ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato. (CODATO, 2005, p. 83)

Logo quando Ernesto Geisel assumiu o poder em 1974, uma das suas primeiras ações foi diminuir o poder dos militares que eram considerados como pertencentes a “linha dura”, que eram os mais radicais dos militares, que defendiam uma repressão mais abrupta ao

¹¹⁷ Foram cinco anos de Geisel e mais seis de Figueiredo, completando onze anos de interminável abertura, imune aos reclamos da sociedade, que, a despeito do vigor da resistência democrática, não conseguiu abreviar essa longuíssima transição, que culminou na tremenda frustração do Colégio Eleitoral e da traumática morte televisionada de Tancredo Neves. (FICO, 2012, p. 31)

¹¹⁸ CODATO, Adriano Nervo. **Uma História Política da Transição Brasileira: Da Ditadura Militar à Democracia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005

comunismo e aos mesmo tempo, Geisel pretendia continuar tendo o apoio dos militares da linha dura. Como nos fala Silva (2019)¹¹⁹:

Ernesto Geisel precisou lidar com situações que não estavam em seus planos de governo (1974-1979), quando assumiu a presidência do Brasil. Em meio as suas primeiras medidas estava a redução do poder dos militares da linha-dura e, ao mesmo tempo a tentativa de manter o apoio deles enquanto restabelecia seus atributos profissionais, além de continuar o combate aos subversivos da nação. (SILVA, 2019, p. 4)

Nesse processo, houve uma “suavização”, em relação a imprensa e também houve as eleições de 1974 de uma forma mais livre, onde acabou ficando clara a insatisfação da população com o regime militar, onde o MDB, partido opositor, se mostrou o mais “aceito” entre a população, por não possuir raízes tão autoritárias quanto a Arena. Essa política de “liberação” de Geisel, não foi muito bem quista pelos militares da “linha dura” que aumentaram as pressões sobre o governo de Geisel, contudo, o mesmo conseguiu lidar tanto com a oposição do MDB, quanto com a dos militares da “linha dura”. Como afirma Kinzo (1988)¹²⁰:

(...) a iniciativa de Geisel intensificaria o conflito dentro das Forças Armadas, tornando mais agressiva a reação da chamada linha-dura contra a abertura do regime. A intensificação na repressão policial, empreendida pela linha-dura no comando militar de São Paulo em 1975-76, foi claramente uma reação política de liberalização de Geisel. Tratava-se, portanto, de neutralizar as pressões internas dos militares contra a distensão, de modo que eles não minassem o comando político de Geisel e tampouco interferissem, mais tarde, na questão crucial que seria a sucessão presidencial. Geisel foi bem-sucedido ao lidar com ambos os problemas, jogando nas duas direções ao mesmo tempo: de um lado, puniu com a cassação do mandato alguns dos parlamentares de postura oposicionista mais aguerrida, alterou leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição, apaziguando assim os militares da linha-dura, ao mesmo tempo em que reafirmava seu controle sobre a oposição democrática, de outro lado, reagiu a radicalização dos militares da linha dura, demitindo o comandante das Forças Armadas de São Paulo após a morte por tortura de um jornalista e de um trabalhador metalúrgico, nas dependências dos órgãos de repressão Reafirmando assim seu comando absoluto sobre o processo político, Geisel conseguiu não apenas dar continuidade à política de distensão como também controlar o processo sucessório. (KINZO, 1988, p. 5)

Durante seu governo, Geisel também aboliu o AI-5, o que fez com que ele acabasse por ganhar mais simpatia dos brasileiros, já que o Ato foi considerado o mais repressivo de todos. E esse processo de transição, foi continuado também por seu sucessor, João Batista Figueiredo, que foi eleito em 1978. E em 1979, o governo de Figueiredo aprovou a Lei da

¹¹⁹ SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **A transição para a abertura política no Brasil, sob a sujeição dos militares (1974-1985)**. ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Internacional de História – Recife, 2019.

¹²⁰ KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

Anistia¹²¹, concretizando assim, de fato, a abertura política, além de dar fim ao bipartidarismo.

Como afirma Silva (2019):

No governo de João Figueiredo, um importante acontecimento foi aprovação da Lei da anistia e a reorganização partidária, que favoreceu a criação de novos partidos e novas lideranças políticas, a partir da revogação do bipartidarismo em 1979. (...) Importante salientar que estes partidos ainda estavam sob o controle do Estado e por isso não tiveram um grande alcance em meio a sociedade. (SILVA, 2019, p. 7)

Essas mudanças políticas, também acarretaram mudanças nos setores midiáticos, pois com a revogação do AI-5, a censura da imprensa já teria ultrapassado a sua pior fase e no processo de abertura política, esta censura acabou por se tornar mais “branda”¹²². Contudo, ao se tratar de manchetes que de alguma forma ferissem “a moral e os bons costumes”, a censura permanecia vigente, como dito na Comissão Nacional da Verdade (2014):

Inúmeros foram os meios de comunicação submetidos ao controle dos órgãos de repressão do Estado durante a ditadura. Diante dessa perspectiva, a cultura passou a ser controlada pelas autoridades militares sob diversos aspectos, dentre eles, o controle da imprensa (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, pág. 304).

Ou seja, apesar do abrandamento da censura, reportagens que possuíssem um teor mais “ofensivo”, certamente não seriam bem aceitas pelo governo. Contudo, gostaria de ressaltar que nos dez anos de recorte temporal em que se passa a minha pesquisa, a segunda metade da década de 1970, durante os governos Geisel/Figueiredo, as reportagens sobre as sexualidades dissidentes aparecem em números muito maiores, se compararmos ao início da década. possivelmente, devido ao “abrandamento” da censura e pela cena gay estar crescendo no Brasil.

3.1 “Reabertura” para quem? A Homossexualidade nas reportagens da segunda metade dos anos 1970

Veremos a seguir, como a homossexualidade masculina, estava sendo reportada pelos periódicos durante o processo de “abertura”¹²³. Importante ressaltar também, que o ano de 1979, foi o ano em que manchetes sobre as sexualidades dissidentes – comparado aos outros anos da década de 1970 – mais apareceram nas páginas dos jornais.

¹²¹ Em 1979, na administração de Figueiredo, o Congresso aprovou a anistia, que, embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar. (KINZO, 1988, p. 6)

¹²² (...) além de outras etapas preliminares, como o abrandamento da censura em 1975, a revogação do AI-5 em 1978, a anistia e o fim do bipartidarismo, pressupunha a escolha do primeiro presidente civil através do sistema indireto no famoso “Colégio Eleitoral”. (FICO, 2012, p. 24)

¹²³ Da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade. (CERTEAU, 1982, p. 74)

A reportagem a seguir, localizada no jornal A Província do Pará, no caderno policial, intitulada: “*Homossexualismo, Problema Sério.*” Trata-se de uma reportagem bem detalhada, que fala sobre a homossexualidade masculina dentro dos presídios, e destaca o presídio belenense, São José. A reportagem conta sobre o assassinato de “Geraldinho”, que teria importunado por muito tempo “Levizinho”, para ter relações sexuais com ele, e o mesmo teria cometido o assassinato por conta dessas importunações.

“Perseguido há mais de 30 dias, Levi Dias Pires, o “Levizinho”, 18 anos, bandido comparsa de “Lambari”, no bairro da Marambaia, matou com uma estocada no umbigo, o também marginal Geraldo do Espírito Santo brasil, o “Geraldinho”, 20 anos, na noite de anteontem, no xadrez 8 do presídio São José. O crime foi testemunhado pelos detentos Raimundo Prisco Seabra, 26 anos, o “Dico”, e Hamilton Ferreira da Costa, o “Miltinho”, 24 anos. Que confirmaram as perseguições que “Levizinho” vinha sofrendo por parte de “Geraldinho” que queria força-lo a uma relação homossexual. “Geraldinho” estava recolhido no presídio São José desde o mês de março do ano passado, por assalto a mão armada no bairro do Guamá. Era considerado de alta periculosidade e devido aos constantes problemas que vinha criando no interior do xadrez onde estava recolhido, não era bem visto pelos demais reclusos. As duas testemunhas viram quando “Geraldinho” na marra tentou violentar “Levizinho”, que reagiu de maneira violenta, enfiando um estoque no umbigo do detento o que provocou a morte do ferido a caminho do Pronto Socorro Municipal. “Levizinho”, na manhã de ontem na delegacia do Jurunas, contou que há mais de 30 dias, vinha sendo perseguido “por Geraldinho”. “Quando eu estava dormindo, cortava a minha bermuda, eu já andava muito chateado com o que vinha acontecendo, pois ele queria de qualquer maneira manter relações sexuais comigo, com o que eu jamais iria concordar.”¹²⁴

Ao retratar o caso, o jornal traz a narrativa contada por “Levizinho” e outros presos que compartilhavam da mesma cela. Em nenhum momento deste trecho da reportagem, que aborda o crime, vemos “Levizinho” sendo julgado pelo jornal por ter cometido o crime, principalmente porque as testemunhas afirmam ter visto as tentativas de “Geraldinho” de ter relações com “Levizinho” e viram o ato do crime. Desse modo, também apenas a homossexualidade de “Geraldinho” é afirmada pelo jornal.

“Os demais elementos recolhidos no xadrez nº 8, testemunhavam o vizinho mas também nada diziam. Com medo de uma reação violenta. Mas quando “Geraldinho” estava fora do xadrez, comentavam o fato, mas nenhum deles tinha coragem de repreender o marginal, alegando que ele era um verdadeiro cara-de-pau e que vinha quebrando o trato que sempre é feito entre nós, de que honra de bandido é respeitada. Quase que diariamente, segundo “Levizinho”, quando acordava, estava a bermuda cortada. Pensou em solicitar a direção uma providência, mas iria ficar marcado. Temia por um vexame na frente dos demais bandidos, por isso planejou uma vingança na oportunidade mais propícia. Na noite e anteontem, por volta das 22:30, “Geraldinho” que anteriormente não teve chances para levar á frente suas intenções, tentou conversar na marra com “Levizinho”, fazendo propostas para manter relações sexuais com ele. “Eu fiquei indignado com a atitude de “Geraldinho”, pois não sou homossexual e agi de maneira violenta contra ele. “Geraldinho” me pagou o novo e o velho e por isso não estou

¹²⁴ Sexo e Morte! Homossexualismo, Problema Sério. **A Província do Pará**, 11 de maio de 1976, p. 11–
Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

arrependido. Disse “Levizinho” ao acrescentar que o crime que praticou irá prolongar mais a sua permanência na prisão.”¹²⁵

Neste segundo trecho, as testemunhas também foram ouvidas e afirmaram que não diziam nada com medo da reação violenta que “Geraldinho” pudesse ter¹²⁶. Um ponto também a ser destacado é que “Levizinho” afirma que havia um trato de respeito entre os presos que “Geraldinho” havia quebrado ao tentar manter relações sexuais com o mesmo. Por ferir sua masculinidade, “Levizinho” teria se vingado de “Geraldinho”, matando-o. E “Levizinho” afirma não estar arrependido. E por temer por um vexame, preferiu não chamar a direção, ou seja, para ele era mais “viável” cometer o assassinato. Pois o mesmo se considerava heterossexual e, portanto, estava tendo frequentemente a sua masculinidade posta em voga.

“O assassinato do marginal “Geraldinho”, veio a confirmar um problema muito sério que está ocorrendo no Presídio São José, e que poderá provocar novos crimes: O homossexualismo entre os próprios detentos está dando muita dor de cabeça à direção daquela casa de detenção, e um exemplo disso são não somente as mortes, mas também as lutas corporais quase diárias nas celas e alojamentos. O homossexualismo tem sido motivo de situações graves dentro do presídio e ainda não se chegou a uma fórmula ideal para eliminar o problema. O sistema penitenciário do Pará, apesar de ter em funcionamento uma Penitenciária na Vila de Americano, no município de Santa Isabel, está superlotado, abrigando elementos da mais alta periculosidade. A direção está apreensiva e os problemas se avolumam a cada dia que passa. No xadrez nº 8 por exemplo, onde ocorreu o homicídio, na noite de anteontem, estavam recolhidos 30 reclusos, a maioria bandidos da pior espécie. Quase todos os dias, segundo disse “Levizinho” (...), havia brigas entre eles, motivadas por atentados sexuais. O diretor da casa de detenção, sabia da situação, não só naquele xadrez, como em outros alojamentos, mas não encontrou uma solução isto devido a superlotação do presídio. Como medida preventiva, apenas mandou exercer uma fiscalização mais rigorosa nos alojamentos das mulheres para evitar assim, mais problemas desagradáveis. O que está acontecendo, mesmo sem o conhecimento da Imprensa, é crônico e a maioria dos homicídios e cenas de sangue que ocorreram dentro do São José, é exclusivamente por questões de sexo. Não só no xadrez nº 8 como nos demais já ocorreram muitos problemas entre reclusos, por questões de sexo. (...) Além de “Geraldinho”, outros marginais vinham assediando principalmente durante à noite, outros presidiários, criminosos comuns a manter relações sexuais. (...) assim como “Levizinho”, outros detentos já tomaram a iniciativa de se precaver, não adiantando as queixas feitas aos seguranças e a própria direção. Para o bandido, tão perigoso quanto “Geraldinho”, tem que haver respeito entre eles e “eu já não aguentava mais a perseguição, por isso matei o “Geraldinho”, quando ele, na maior cara de pau tentou me cantar para matar o seu desejo.” Acrescentou o marginal que “eu não sou

¹²⁵ Sexo e Morte! Homossexualismo, Problema Sério. **A Província do Pará**, 11 de maio de 1976, p. 11– Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹²⁶ Uma das regras mais importantes do universo prisional é a proibição de delatar. Nela estão incluídas todas as formas de violência imagináveis nas relações interpessoais estabelecidas entre os presos. Ou seja, aos presos mais fracos não era dada sequer a possibilidade de contar com a proteção – prevista na lei – do Estado contra a opressão dos mais fortes, uma vez que a demanda de proteção o comprometia com práticas de delação. Cada preso sabia que só podia contar consigo mesmo – ou no máximo com um grupo restrito de companheiros – para se defender. Sabia que a administração prisional não podia ser inserida nas diversas e profundas desavenças diárias que ocorriam na prisão sem que o responsável por isso – considerado delator – não fosse visto como vacilão. (DIAS, 2011, p. 192)

homossexual e jamais iria aceitar a proposta de “Geraldinho” que nunca honrou o trato que a gente faz quando chega aqui no Presídio.”¹²⁷

Este último trecho da reportagem, fala do quão “grave” é o “problema do homossexualismo” e descreve como isso estaria ocorrendo em outros presídios do território paraense. Dizendo que várias brigas ocorriam entre os detentos por conta desses “atentados sexuais”. E mesmo tendo conhecimento, a direção do presídio não tomava nenhuma medida, devido a superlotação¹²⁸. O jornal ressalta que “Levizinho” era tão perigoso quanto “Geraldinho”. É importante ressaltar, que o jornal não usa termos estigmatizantes para se referir a “Geraldinho”, embora afirmem que a homossexualidade seria um “problema sério”, que vem causando diversos transtornos no sistema penitenciário, o jornal não usa termos como os vistos anteriormente – bonecas, enxutos, entendidos, bichas, etc – que agiam de forma irônica, com uma tentativa de ofender e diminuir os sujeitos.

Devemos enfatizar também, que os demais detentos tinham medo de falar sobre as tentativas de “Geraldinho” com “Levizinho”, e apesar do jornal não acentuar, é provável que “Geraldinho”¹²⁹ escolheu “Levizinho”, por considera-lo mais fraco, mais indefeso. E podemos presumir também, que os presos do xadrez nº 8, tinham medo por “Geraldinho” ser o “mais forte”, ou uma espécie de autoridade dentro daquele espaço. Como nos fala Dias (2011)¹³⁰, ao analisar o contexto social das prisões na década de 1970:

“O universo prisional era regido pela chamada lei do mais forte, ou seja, os presos portadores de maior vantagem física, de mais força e corpo avantajado, detinham uma posição social proeminente a partir da qual podiam subjugar os mais fracos, constituir alianças, dar ou vender proteção a alguns, a par de extorquir, violentar e matar aqueles que oferecessem resistência a seu mando. (...) não havia uma posição social central, nem sequer proeminente: o que existia era uma miríade de elementos detentores das características ligadas ao vigor físico, que era usada de fato ou como ameaça para alçar o seu portador a uma posição de comando local. As posições de comando existentes se restringiam à cela (chamada de xadrez ou xis na linguagem nativa) ou, no máximo, no raio no qual morava o indivíduo que detinha as características que permitiam ocupar tais posições. No caso de uma proeminência estendida ao seu raio, não significava que ele exercia o papel de autoridade em todo esse espaço, mas antes que poderia dividir com outros indivíduos – autônomos – um lugar de destaque nas relações de dominação.” (DIAS, 2011, p. 187)

¹²⁷ Sexo e Morte! Homossexualismo, Problema Sério. **A Província do Pará**, 11 de maio de 1976, p. 11–Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹²⁸ A precariedade do sistema prisional brasileiro simplifica a execução dos abusos perpetrados contra esses detentos, que em meio à superlotação das celas; aglomeração de presos de diferentes situações processuais no mesmo local; má administração dos presídios; inobservância de direitos básicos; irregularidades na infraestrutura dos presídios; entre outros. (SANTOS, 2018, p. 7)

¹²⁹ Historicamente, os homens presos têm feito da sujeição sexual uma das formas mais importantes de demonstração de poder e dominação do outro. Contudo, a forma que esse exercício do poder assume, varia de acordo com a configuração mais geral que rege as relações sociais na prisão. (DIAS, 2011, p. 203)

¹³⁰ DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência:** Expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Desse modo, podemos entender que “Geraldinho”, na tentativa de subjugar “Levizinho” agia com bastante insistência para ter relações sexuais com o mesmo, no desejo de manter o “controle” e reafirmar o seu papel de “autoridade”, dentro do xadrez nº8. E percebemos que essa prática era bastante comum, já que estava ocorrendo em outros presídios. E como forma de retaliação, os indivíduos que se sentiam ofendidos, partiam para agressão física, aumentando a violência dentro desses espaços. Como também acrescenta Dias (2011):

“(…) não havia a valorização social de habilidades não violentas, como persuasão e a capacidade de diálogo. Os indivíduos que não estivessem dispostos a utilizar a violência para se defenderem dos ataques de outros – não importando seus motivos subjetivos para essa recusa e nem a injustiça ou a covardia dos ataques – eram definitivamente segregados desse universo social, sendo obrigados a se refugiarem em outros espaços (o seguro) ou a nele permanecerem degradados e desmoralizados, ocupando posições sociais mais baixas. Foi para se enquadrar nesse padrão de comportamento socialmente exigido que muitos presos acabaram ampliando exponencialmente suas penas, ao terem que matar para defender sua vida e sua honra.” (DIAS, 2011, p. 193)

Podemos então, entender a fala de “Levizinho” e os exemplos dados pelo jornal, acentuam que esses presos estariam “defendendo sua honra”, já que as autoridades não tomavam providências para sanar os problemas referentes as violências sexuais sofridas pelos detentos. Um ponto importante que devemos analisar também, é que o jornal põe a “responsabilidade” em torno desses eventos à homossexualidade, enfatizando que a mesma é um “problema sério”, mais uma vez ligando a homossexualidade à criminalidade, embora os termos estigmatizantes não estivessem presentes, como dito anteriormente. O jornal não deixa de transparecer a sua rejeição para com a homossexualidade, afirmando que seria um problema sério, na tentativa de “alertar” a população.

Ou seja, a Ditadura, embora muitas vezes não tenha perseguido a homossexualidade apenas fisicamente, torturando ou usando castigos físicos, usava a todo momento por meio da imprensa, da mídia, discursos repletos de estereótipos que invalidassem esses sujeitos perante a sociedade civil. Contribuindo para que todo um imaginário acerca da homossexualidade fosse construído e por muito tempo, incentivado.



Figura 7. A Província do Pará, Belém, 11 de maio de 1976. Fonte: Centur

Todavia, do início da década até aqui – 1976 -, essa é a primeira reportagem mais detalhada, ao falar sobre a homossexualidade masculina. Pois é a primeira com uma página inteira retratando o caso. O que se explica devido as primeiras reportagens, do capítulo anterior, se tratarem se reportagens que são pós AI-5 e durante os anos de chumbo. Já a reportagem da qual acabamos de analisar, data do início do processo de transição para a abertura política, ou seja, uma imprensa um tanto quanto mais “aberta”.



Figura 8. A Província do Pará, Belém, 11 de maio de 1976. Fonte: Centur

A próxima reportagem que iremos analisar, está localizada – novamente – no caderno policial, e conta sobre o universitário José Carlos, de 19 anos de idade, que foi à Delegacia Distrital, pedir proteção da polícia, já que seus vizinhos o estariam ameaçando, por pensarem que o mesmo iria casar com outro homem, durante uma sessão de Umbanda. Os vizinhos ficaram tão revoltados, que até mesmo ameaçaram por fogo em sua residência.

“O universitário de Economia José Carlos dos Santos Fonseca, 19 anos, residente à Passagem Teixeira, 14, no bairro da Cremação, procurou ontem, quase ao fim da tarde, o comissário Mascarenhas, da Delegacia Distrital do bairro, para pedir garantias de vida e providências, uma vez que alguns moradores propalaram que ele iria “casar” com um homossexual durante uma sessão de umbanda que se realizaria em sua própria casa. Ele desmentiu o fato e não sabe quem foi o autor da estória. Ontem, muitos moradores, revoltados com o fato estiveram na frente da casa do universitário ameaçando queimar o imóvel caso fosse verdadeira a informação. Desde anteontem que a Delegacia de Entorpecentes foi avisada que um “casamento” entre um homossexual e um rapaz seria realizado, que causou inclusive a mobilização de vários policiais. José Carlos negou tudo,

dizendo que nunca teve ideia de entrar em semelhante “fria”, e em vista das ameaças que recebeu, pediu proteção da polícia.”¹³¹

Nota-se que os discursos moralistas da imprensa e a aversão à homossexualidade por parte da sociedade, continuam atuantes. Mais uma vez, percebemos a ligação entre religiões de matrizes africanas e homossexualidade, como sendo interligados. E podemos perceber também, o medo de um homem, de se assumir abertamente e sofrer represálias por conta disso, não só da polícia, mas dos setores civis, que se mostraram bastante “ofendidos”, ao imaginar que de fato estaria acontecendo um casamento entre dois homens. Isso também se dá, pelo fato de que apesar¹³² de ser um período de “transição política”, a homossexualidade permaneceu/permanece sendo encarada por uma grande parcela dos setores civis, como sendo uma “perturbação”. Quinalha (2018), fala de como a perseguição nas ruas aumentou mesmo no período de “abertura”.

“No contexto de abertura, as ofensivas se intensificaram provavelmente porque desde meados da década de 1970, aumentou o número de pessoas com poder aquisitivo e condições econômicas para pagar por sexo (...) A visibilidade crescente desses segmentos a partir de meados da década de 1970 refletiu, por um lado, novos ares trazidos pela ainda incipiente abertura política, com promessas de maior tolerância moral e, por outro, os frutos da expansão econômica advinda do período de 1968 a 1973, conhecido como “Milagre Econômico.” Contudo, esta concentração nas regiões dos guetos, parece ter provocado a reação indignada das camadas médias, que cresciam e assumiam uma importância política cada vez maior, passando a cobrar medidas mais enérgicas de limpeza moral das cidades. Esse foi o combustível necessário para dar sobrevida a um aparato repressivo que se reinventava e experimentava uma mudança em suas funções habituais. Com a derrota imposta aos grupos de luta armada, já em meados da década de 1970, os aparatos da ditadura foram ficando cada vez mais ociosos e passaram a se concentrar no “cuidado” dos setores moralmente “indesejáveis”, ajudando a concretizar o ideal de moralidade sexual propagado pelos segmentos mais conservadores e com cada vez mais eco dentro do Estado.” (QUINALHA, 2018, p. 36)

Podemos perceber, que embora existisse toda uma movimentação em torno de uma “abertura política”, quando se tratava de questões ligadas à moralidade, e as sexualidades dissidentes, essa “tolerância”, não aparecia. E toda essa “aversão”, foi também bastante difundida pela imprensa, que enfatizava frequentemente, que a homossexualidade estaria ligada

¹³¹ Universitário desmente casamento entre homens. **A Província do Pará**, 9 de agosto de 1978, p. 16 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹³² Diversos são os registros históricos de abusos cometidos pelo aparato de segurança contra a população homossexual, mas a maior parte das fontes disponíveis datam do final da década de 1970, quando estava em pleno curso o processo de abertura. Apesar de ser contraintuitiva tal constatação, já que seria mais factível compreender o endurecimento moral nos marcos de um enrijecimento político do regime, tais fatores parecem indicar que as profundas mudanças desencadeadas pela agonia da ditadura despertaram reações sérias dos setores mais conservadores na medida em que estes vislumbravam uma perda de controle de limites impostos à transição tutelada pelos militares. Isto é, esta constatação pode indicar não exatamente um aumento da repressão, mas, antes, uma importante mudança na sua forma de expressão e de exercício da violência. (QUINALHA, 2017, p. 173)

à imoralidade, perversidade, criminalidade¹³³, entre outros fatores, apresentados no capítulo anterior e que continuam sendo presentes nas reportagens apresentadas neste capítulo. Como afirma Lopes (2020)¹³⁴:

“A rede discursiva de setores da imprensa e da sociedade civil, em conluio com o Estado, criou no período de 1964 – 1988 uma rede de proteção da família tradicional e da moral cristã, calcada na noção de “moral e bons costumes”. Um discurso específico que patologizava as condutas homossexuais como “doentes”, “pederastas”, “perigosas”, construindo uma verdade acerca da homossexualidade, considerando-a uma conduta que perturba a coesão social e que, portanto, deve ser combatida.” (LOPES, 2020, p. 251)

Ou seja, a “repressão” cívica era presente, assim como os discursos da imprensa, do Estado e da Igreja, compactuavam, com a noção de que a homossexualidade era um problema social que precisava ser contido/combatedo. O processo de “liberalização” de “abrandamento”, não funcionou para todos os setores sociais, e sendo mais específica, não incluiu as sexualidades dissidentes. Como também afirma Quinalha (2017):

“(…) é preciso compreender como a moralidade sexual da ditadura impôs, a partir das agências de controle social e das comunicações, bem como dos aparatos de divulgação, uma profusão de discursos que normatizaram a sexualidade dentro do campo da tradição, da moral e dos bons costumes. Assentou-se naquele período de formação da identidade homossexual, uma representação negativa graças à ação repressora do Estado. Mais do que interditar e silenciar as homossexualidades, a ditadura modulou uma série de discursos positivamente normativos que decantavam socialmente determinadas representações dos homens que amavam outros homens e das mulheres que amavam outras mulheres.” (QUINALHA, 2017, p. 37)

Dessa forma, entende-se que as sexualidades dissidentes continuavam sendo alvo de repressões do estado, da igreja e da sociedade. Outro ponto que vale a pena destacar, é que a relação entre homossexualidade e religiões de matrizes africanas continuavam aparecendo, como visto na reportagem anterior, e como também foi visto no capítulo anterior, sobre as reportagens do início da década. Sobre essa questão, Fry (1985), aponta:

“No Norte e Nordeste do Brasil, os candomblés são vistos como “lugares de bicha”, e, de fato, grande número de pais e mães-de-santo são homossexuais, inclusive alguns dos mais famosos e bem-sucedidos. Os candomblés não têm nenhum preconceito em relação a homossexualidade e não é raro que um rapaz ou uma menina que tenha dificuldades em casa por causa de constantes acusações de “maricas” ou “sapatão” encontre nessas comunidades religiosas um lugar onde serão aceitos.” (FRY, 1985, p. 53)

Portanto, podemos perceber que o estigma de “homossexual macumbeiro” ainda presente no discurso do jornal. E esse não foi o único, como veremos na reportagem a seguir,

¹³³ Quando falo de uma legitimação social das políticas sexuais que visaram fiscalizar os guetos homossexuais durante a ditadura, falo não necessariamente de um apoio direto aos modelos autoritários do regime, mas como jornais, revistas, igreja e até mesmo vizinhos se aliavam discursivamente com os aparelhos jurídicos e policiais a respeito de uma construção negativa da homossexualidade. (LOPES, 2020, p. 251)

¹³⁴ LOPES, Rodrigo Cruz. **Da censura ao camburão**: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira. *Tematicas*, v. 28, n. 56, p. 231–254, 13 dez. 2020b.

que do ano de 1978, trata-se de uma matéria sobre homossexualidade masculina, e a primeira em que o jornal traz uma discussão ampla do que seria a homossexualidade masculina. Enfatizando os conceitos médicos e estigmas sociais veiculados a esses sujeitos.



Figura 9. A Província do Pará, Belém, 10 de setembro de 1978. Fonte: Centur

A chamada para a reportagem da página 11 do jornal, está localizada na primeira página, em destaque, com letras grandes e em negrito e acompanhada de uma imagem que buscava chamar a atenção do leitor para o assunto. E afirmam que ao contrário do que se pensa a respeito, os homossexuais não nascem diferentes, mas assim se tornam. E para corroborar com essa crença, o jornal traz o depoimento de um psicólogo italiano e termina dizendo que “hoje em dia o fenômeno é debatido abertamente”. Veremos a seguir, a reportagem completa, disponível na página 11 do jornal, onde de maneira bem detalhada, o jornal tenta “explicar” as causas da homossexualidade.

“Homossexual” é, em geral, aquela pessoa cujas tendências e experiências sexuais (em nível consciente ou inconsciente), se referem principalmente a indivíduos do mesmo sexo. Mas o que é a homossexualidade? Um desvio psicológico, uma norma, ou um instinto natural? São estas as eternas indagações que se fazem os psiquiatras e os psicólogos, frequentemente procurados pelos homossexuais, ou por seus pais à procura de conselhos, e inclusive de uma “cura” para algo que muitos consideram uma verdadeira doença. Segundo a psiquiatria, há vários graus de homossexualidade: a meio caminho entre o indivíduo exclusivamente heterossexual e aquele exclusivamente homossexual há outro indivíduo – (homem ou mulher que seja) – de preferência heterossexual, muitas

vezes até mesmo casados e com filhos, mas que – de vez em quando – pratica a homossexualidade – além dele há o verdadeiro bissexual, e – finalmente – há o homossexual por costume, que – no entanto – pode ter relações sexuais com o outro sexo.”¹³⁵

Nesse primeiro momento, o jornal tenta “explicar” o que seria a homossexualidade e para isso, se baseia em conceitos médicos e científicas, que afirmam até que haveria graus de homossexualidade, e classificam naqueles que seriam homossexuais “exclusivamente” e os que ficam no meio do caminho, praticando somente “de vez em quando” e destacam também a existência da bissexualidade e o homossexual por “costume”.

“Para o professor Cesare Musatti, diretor do laboratório de psicologia experimental de Paiva – (e um dos maiores estudiosos italianos dos problemas do sexo) – a homossexualidade é, afinal, “uma coisa relativamente normal”, “Homossexuais” – ele explica – somos “um pouco” todos nós. Ou melhor, todos nós somos “também” homossexuais. O menino, por exemplo, experimenta a mesma atração pelos machos e pelas fêmeas. Só mais tarde é que as componentes sexuais se separam, e nasce – nele – o desejo pelo outro sexo, diferente. Os homossexuais estão quase sempre à procura de uma explicação para seu comportamento. Na verdade, não os incomoda o fato de serem considerados “diferentes”, mas – sim – o medo e de que venham a ser julgados “inferiores”. E é justamente por causa deste temor que eles sentem uma quase necessidade de se vangloriar de suas próprias tendências. Está fora de dúvidas que o “modelo” de comportamento sexual de outrora estava totalmente errado, por ser demasiado repressivo. Um processo de liberalização era mais do que necessário, e foi ótimo ele ter ocorrido. Mas houve exagero e – atualmente – estamos em plena anarquia sexual. Esqueceu-se, por certo, que o homem tem uma perene necessidade de normas, nas quais pode sustentar-se, e colocar seu ponto de referência. Um exemplo: a “comuna” é – sem dúvida alguma – um esquema alternativo, mas negativo. De fato, é justamente o coletivismo amoroso o que traz em si mesmo – os germes da homossexualidade, e de sua maior e progressiva difusão. É o que costumam repetir aos moços que me procuram e que me contam – com ar de ostensivo destemor – sua participação a bacanais, orgias, etc. entre homossexuais”. Homossexualidade nunca é de “nascimento”, mas sempre fruto de uma transformação. Para esta mudança (segundo o conhecido psiquiatra norte-americano Lawrence J. Hatterer, que já cuidou de cerca de 200 homossexuais em 15 anos de profissão) – contribui um conjunto de situações e de influências vividas – (e sofridas) – na infância, na adolescência e nos primeiros anos da maturidade. A este propósito assim se expressa o professor Musatti: “Concluída a fase infantil – na qual os meninos e as meninas quase não fazem distinção nenhuma entre seus companheiros machos e fêmeas – a adolescência traz, na maioria dos casos, a atração pelo sexo diferente. Da primitiva, a incônsia, homossexualidade só resta então um vago sinal que costuma reaparecer nos sonhos, ou é utilizada no plano social (camaradismo da vida militar, de clube, etc), no entanto, uma decepção amorosa, o temor de ser muito diferente dos demais, uma influência excessiva da mãe, ou outros fatores, podem bloquear a evolução em direção a homossexualidade, provocando uma anomalia, no desenvolvimento das tendências “normais”. No plano biológico, porém, a homossexualidade não tem base nenhuma para sustentar-se. Uma sociedade de homossexuais, de fato, é a própria negação da vida. Em muitíssimos rapazes, as primeiras manifestações homossexuais costumam afundar em “clássicas” situações familiares responsáveis pela confusão que se cria na psique de um “filho” ou uma “filha”, acerca de sua própria identidade pessoal. Uma mãe demasiado apreensiva e cuidadosa ou um pai que não é bom pai, hostil, sempre pronto a criticar, e abertamente, desprezado pela mulher e pelos filhos. Trata-se apenas de um exemplo de como os pais podem influenciar o aparecimento – no filho ou na filha – de tendências lésbicas. Cabe acrescentar a este propósito que em lugar de se forçar uma menina comporta-se de maneira cordata e

¹³⁵ Ambiguidade sexual não é “doença”. **A Província do Pará**. 10 de setembro de 1978 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

submissa, ou menino a ter comportamento agressivo, os pais deveriam respeitar todo e qualquer traço masculino ou feminino presente no temperamento de seus filhos, bem como todas as suas respectivas e incipientes manifestações sexuais.”¹³⁶

O jornal traz então os conceitos de Cesare Musatti, afirmando que o mesmo era um dos maiores estudiosos a respeito dos “problemas do sexo”¹³⁷. E segundo ele, ninguém nasce homossexual, e diz que todo mundo é um pouco homossexual e que as crianças sentem atração por ambos os sexos. Devemos realçar, que em sua fala, Mussati classifica a homossexualidade como uma patologia, embora tente usar de alguns termos que amenizem essa ideia, o mesmo ainda assim, ressalta estereótipos dizendo que os homossexuais “se vangloriam por sua sexualidade”, ele acredita que a liberação sexual tenha ocorrido de forma exagerada, e que o homem precisa de normas. Essa fala caracteriza, a homossexualidade como imoral, além do que, as normas sempre foram impostas as sexualidades dissidentes, não houve uma “abertura” nesse sentido.

Mussatti, de acordo com o jornal, também diz que a homossexualidade está ligada à comuna, ao coletivismo amoroso que estariam difundindo os “germes da homossexualidade”. Nesse sentido, ao trazer o depoimento de outro psiquiatra, o jornal diz que “camaradismo militar”, era uma das causas que poderiam “aflorar” a homossexualidade. Desse modo, nota-se uma intenção do jornal de maneira sutil, de ligar a homossexualidade a práticas comunistas. Ao usar termos como “comuna”, o jornal deixa implícita essa intenção. E sobre essa crença da Ditadura Militar, Quinalha (2018), afirma:

“Percebe-se, ainda, que era recorrente, em diversos documentos, sobretudo naqueles produzidos pela comunidade de informação, que a pornografia, o erotismo e as homossexualidades representavam uma ameaça à segurança nacional e à ordem política, reduzindo-as a uma estratégia perversa e despudorada do movimento comunista internacional. Tal compreensão destituía os “desvios” sexuais de um estatuto próprio como modo de vida e território de organização dos desejos, tornando-os apenas um apêndice ou um acessório da luta política “maior”, que buscava efetivar transformações mais amplas na sociedade ou no capitalismo. As “perversões” sexuais estariam assim, meramente a serviço da política e da “guerra psicológica adversa” para minar as instituições ocidentais.” (QUINALHA, 2018, p. 25)

Portanto, havia uma preocupação do Estado com as questões que seriam consideradas “desvios” morais, dessa forma, podemos entender como embora o jornal tente explicar que a homossexualidade deve ser considerada “normal”, ele a categoriza por diversas vezes em promiscuidade, anormalidade e além de ressaltar que uma sociedade de homossexuais, seria

¹³⁶ Ambiguidade sexual não é “doença”. **A Província do Pará**. 10 de setembro de 1978 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹³⁷ Portanto, para proteger essa visão regrada de sexualidade, criam-se mecanismos de interrogação, encarceramento e marginalização de todo tipo de sexualidade fora da regra, considerada anormal ou patológica, como, por exemplo, a própria homossexualidade. (LOPES, 2020, p. 234)

como negar a própria existência da vida, já que o jornal afirma que biologicamente, a homossexualidade não tem como se sustentar. Além disso, o jornal responsabiliza os pais e dizem que o modo de criação, influencia na sexualidade da pessoa. No entanto, diz que os pais devem respeitar qualquer comportamento sexual que apareça em seus filhos.

“Isso tudo no que se refere ao ambiente familiar. Mas é evidente que no tocante à possível homossexualidade dos jovens, têm sua grande influência também a experiência de grupo, que eles próprios costumam fazer com seus coetâneos. É na adolescência, de fato, que as práticas homossexuais se tornam mais comuns e frequentes, principalmente entre os garotos. Os rapazolas procedentes de um determinado ambiente familiar e de determinadas circunstâncias de vida – (que os predisuseram à homossexualidade) – são extremamente vulneráveis, durante os anos da adolescência. Se nesta época, eles começarem a ter relações homossexuais, há o grande perigo de que o problema se arraste pela vida inteira. Deve-se observar, todavia, também que o adolescente de identidade sexual bem definida pode aceder casualmente à experiências homossexuais. No seu caso, porém, estas experiências não estão destinadas a provocar nenhuma consequência irreversível. Segundo a psiquiatria, os tipos de indivíduos opostos – isso é, o que pratica e os que estão certos de sua própria identidade homossexual – têm, provavelmente, vida mais fácil, pelo menos no que se refere aos conflitos sexuais. São pessoas que se encontram entre os dois pólos opostos, as que podem ter problemas. Seja como for – e de acordo com quanto os médicos cientificamente esclarecem – a homossexualidade representa sempre um desvio, especificamente de natureza psicológica, que pode ser curado principalmente no começo da adolescência, ou em seu decorrer. Por isso mesmo, os pais – segundo aconselham os psicólogos e os psiquiatras – deveriam cuidar de conhecer os amigos que seu filho adolescente frequenta e deveriam estar sempre prontos a “captar” todo e qualquer sinal de um eventual desvio homossexual, procurando – (no caso em que houver certeza de problema) – incrementar (sem fazer nenhuma tragédia) suas relações com o filho ou filha, no plano afetivo. De fato, a frieza a superficialidade e principalmente a pressão, são – nestes casos – sumamente prejudiciais, é necessário solicitar a ajuda de um especialista – psiquiatra ou psicólogo – porque principalmente os casos limites, isso é, os casos dos jovens que, na confusão em matéria de sexo, típica da adolescência, estão expostos mais do que os outros a solicitações e experiências homossexuais) – podem ser corrigidas. Claro que a homossexualidade não é de hoje, ela sempre existiu. Acontece apenas que só em tempos relativamente recentes é que se começou a falar dela abertamente. Graças a esta nova tendência, muitos mitos sobre o assunto estão (felizmente) desaparecendo. Um deles é que o homossexual não possa ser uma pessoa útil, produtiva e feliz. Na verdade, muitos homossexuais, o são. Essa ideia de que as relações homossexuais em adultos possam representar uma ação criminosa, já está desaparecendo. Como está desaparecendo a ideia de que um indivíduo por ser homossexual, não pode levar uma vida normal, isto é, heterossexual.”¹³⁸

Neste último trecho, podemos ver o quanto essa ideia de patologia ligada à homossexualidade, era existente. Ao descrever estudos psicológicos, o jornal afirma que as práticas homossexuais, entram na vida dos rapazes durante a adolescência, e diz que se os pais não tiverem “cuidado”, isso pode permanecer pelo resto da vida. E alerta, que os pais precisam procurar ajuda de um psicólogo ou psiquiatra, pois a homossexualidade tem cura. E ressaltam que só naquele momento podendo tratar mais abertamente o assunto e terminam a matéria, dizendo que a vida heterossexual, seria a vida realmente “normal.” Dessa forma, podemos

¹³⁸ Ambiguidade sexual não é “doença”. **A Província do Pará**. 10 de setembro de 1978 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

perceber que mesmo com o passar dos anos, ainda se usavam termos e discursos médicos para se referir a homossexualidade. Tratando como doença ao afirmarem que “pode ser corrigida”, mas é necessário buscar um profissional. Sobre os discursos médicos/biológicos, serem frequentemente utilizados para se explicar a homossexualidade, Carrara (2015), aponta:

“(...) teria se forjado, ao longo do século XIX, e se difundido, na primeira metade do século XX, um regime da sexualidade dotado de uma racionalidade, uma moralidade e uma política bastante particulares. De modo esquemático, podemos dizer que, no plano da racionalidade do “antigo” regime, o desejo sexual, sob a forma de um “instinto natural”, figurava, como a fome, a sede ou o sono, enquanto necessidade fisiológica primária, sobre a qual os indivíduos, especialmente os homens, tinham pouco ou nenhum controle, ao menos não sem a ajuda de diferentes especialistas e mediadores. Esta concepção fazia com que os discursos das ciências biológicas e da medicina fossem considerados, entre os saberes eruditos, como os mais legítimos para “explicar” a sexualidade. Vozes alternativas eram ou tributárias dessa concepção, como no caso da sexologia, ou, como aconteceu com a psicanálise, francamente minoritárias até a segunda metade do século XX. Assim, nesse plano, a sexualidade passou a ser apreendida, sobretudo, a partir de uma linguagem biomédica.” (CARRARA, 2015, p. 327)

Desse modo, podemos entender como os discursos biomédicos ainda eram levados em total consideração no fim da década de 1970, embora o jornal tentasse por vezes apontar a homossexualidade como algo “normal” e dizendo que algumas ideias erradas acerca do tema, estariam sumindo, percebemos mais uma vez o uso de termos tendenciosos, além de orientarem os pais a procurarem ajuda, caso os “sintomas” aparecessem em seu filho. Enfatizando novamente, que apesar de ser um período de “transição” e a censura estar em sua fase mais “branda”, a homossexualidade permanece sendo tratada com desdém, pela imprensa e pela sociedade. Muito próximo do que se verificava nas matérias anteriores do período marcado pelos preceitos morais dos Militares e de seu controle social¹³⁹.

Cabe aqui falar, em um plano mais nacional que o ano de 1978, também foi marcado pelo trinfo novamente da oposição ao governo, com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista que lutavam por melhores condições de trabalho, a imprensa alternativa criando força e o surgimento do primeiro jornal de grande circulação voltado ao público homossexual, *O Lâmpião da Esquina*. O jornal buscava agregar todas as minorias, mas principalmente o público gay¹⁴⁰. Deste modo, uniram-se nomes como João Silvério Trevisan, Peter Fry e Aguinaldo Silva, na elaboração do processo de fundação do jornal. Apesar de anteriormente, ter surgido o

¹³⁹ Adestrar corpos vigorosos, imperativo de saúde; obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade. (Foucault, 2008, p. 198)

¹⁴⁰ Sua proposta consistia em construir uma abordagem diferente de tudo que havia sido produzido no Brasil até o momento. Com uma linguagem diferenciada, suas publicações explanavam a necessidade de consciência e mobilização da comunidade gay nos diferentes espaços sociais. (SOTANA; MAGALHÃES, 2015, p. 17)

snoob, na década de 1960 e as publicações de Celso Curi¹⁴¹ voltadas ao público homossexual, o *Lampião* ganhou mais destaque em circulação e em repressão. Com sua primeira capa, apresentando Celso Curi, o *Lampião* mostrava ao que viera, para ser um jornal que daria voz aos invisibilizados e oprimidos. Como afirma Junior (2019)¹⁴²:

“Já em seu número zero, *Lampião* colocou em sua capa a manchete “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?”. Esta pode ser considerada a primeira denúncia realizada pelo jornal e, também a que apresentou ao público como seria a abordagem do periódico com relação aos abusos sofridos pelos homossexuais frente às violências cotidianas.” (SILVA, J. 2019, p. 154)



Figura 10. *Lampião Da Esquina*. Abril de 1978. **Fonte:** Hemeroteca Digital.

¹⁴¹ Celso Curi era então um jovem jornalista quando estreou, em 5 de fevereiro de 1976, sua “Coluna do Meio”, no jornal paulista *Última Hora*. Sempre com bom humor, ele inventava personagens para dialogar com o público, fazia uma coluna social, contava piadas e publicava cartas de homossexuais que buscavam amizade ou outras coisas mais com outros iguais na seção “Correio Elegante”. (QUINALHA, 2017, p. 153). Curi acabou sendo acusado pela Ditadura, por promover o homossexualismo e “Segundo o promotor, em sua peça acusatória, o denunciado teria ofendido “a moral pública e os bons costumes” em sua Coluna do Meio.” (QUINALHA, 2017, 154).

¹⁴² SILVA, J. Carlos Humberto Ferreira. **Libertação gay no Brasil: discursos e enfrentamentos do jornal *Lampião da Esquina* durante a abertura política (1978-1981).** *Intercom – RBCC São Paulo*, v. 42, n. 2, p.147-165, maio/ago. 2019

Além do *Lampião*, outros veículos¹⁴³ da imprensa estavam noticiando não apenas sobre Celso, mas também sobre o sujeito homossexual. O que causou um grande incômodo nos setores militares, pois as publicações ofendiam “a moral e os bons costumes”. Desse modo, a Ditadura permanecia vigilante, principalmente porque as publicações sobre a homossexualidade estavam crescendo e havia um medo de esses sujeitos de alguma forma, se organizarem politicamente¹⁴⁴ - falaremos mais sobre isso no próximo tópico -. Isso fica em maior evidência quando a revista *IstoÉ*, acaba sendo acusada de fazer apologia à homossexualidade, além dela *O Lampião* também cai sob os olhos vigilantes da Ditadura¹⁴⁵. Como afirma Quinalha (2017):

“O órgão de informação ainda esclarecia, em tom de cobrança de providências, que “causa[va] estranheza [que uma] reportagem dessa natureza [fosse] publicada em revista de venda livre nas bancas”, criticando a “maior liberdade [que] foi dada à imprensa dentro de uma diretriz política”, que já se estaria convertendo em um “uso exagerado dessa liberdade”, já que estavam em jogo “preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira, principal célula de resistência ao avanço de ideologias espúrias”. Por conta dessa matéria, em 1978, foi instaurado inquérito criminal contra os onze jornalistas envolvidos na escrita de “O poder homossexual” por “fazer[em] apologia malsã do homossexualismo”. No mesmo ano, também pela mesma acusação, jornalistas da revista *Interview* também foram indiciados criminalmente. Em 1979, era a vez do *Lampião da Esquina* e seus editores sofreram o mesmo tipo de assédio, com até mais contundência. Tais fatos demonstram a postura nitidamente homofóbica da ditadura na orientação de sua censura e serviços de informação e segurança.” (QUINALHA, 2017, p. 157)

Dessa forma, fica claro que apesar do período ser considerado de “abrandamento”, quando analisamos as reportagens trazidas neste capítulo e quando mencionamos os ocorridos com a imprensa alternativa, podemos perceber o preconceito e a homofobia instaurados nos discursos e nas ações do Estado para com as sexualidades dissidentes. Como também afirma Lopes (2020):

“Com a promessa e implementação dos projetos de transição democrática lenta, gradual e restrita do governo Geisel e Figueiredo, o regime de verdade estatal sobre a homossexualidade vai se desassociando ao comunismo para se tornar algo alheio a moralidade da nação que precisaria continuar sendo regulada mesmo dentro da democracia. Relatórios do SNI, por exemplo, continuam fiscalizando veículos de notícias e entretenimento que “ofendessem a moral e aos bons costumes” até pelo menos 1985 e

¹⁴³ Entender, *Gente Gay*, *Gay Press Magazine*, *Mundo Gay*, todas sob olhar atento da vigilância dos órgãos de informação. (QUINALHA, 2017, p. 156)

¹⁴⁴ É nesse momento que os jornais que publicavam sobre os novos costumes começaram a ser vigiados pelo Sistema Nacional de Informações (SNI) e investigados por crime de “ofensa à moral e aos bons costumes” por parte das Superintendências da Polícia Federal. Ao mesmo tempo, as políticas de segurança pública que visavam a “higienização urbana” de homossexuais e trabalhadores sexuais eram endossadas por setores da sociedade civil e pela grande imprensa. (LOPES, 2020, p. 7)

¹⁴⁵ Com o andamento do processo da revista no Ministério Público, os investigadores chegaram até o nome de *Lampião da Esquina*. Por esse motivo, o processo volta ao Ministério da Justiça junto de fotocópias do jornal, onde foi feita sua apreciação por parte da Polícia Federal e é aberto outro inquérito contra seus editores também por “ofensa a moral e aos bons costumes” e “propagação homossexual”: (LOPES, 2020, p. 3)

documentos – já posteriores a anistia – de 1981 entre o órgão de inteligência e o gabinete do Ministério da Justiça mostram debates internos aos agentes do regime que propunham continuar censurando a imprensa em relação aos novos costumes, mesmo após a redemocratização.” (LOPES, 2020, p. 8)

Ou seja, a homossexualidade permanecia como sendo algo que precisava ser regulado, continuava recebendo estigmas e sendo fiscalizada de perto¹⁴⁶, pelo Estado e dentro dos veículos de comunicação. Como também acrescentam Fry e Macrae (1985):

“Apesar do abrandamento da censura e do fato de a homossexualidade nem sequer ser mencionada no Código Penal Brasileiro, em 1979 instaurou -se um inquerito policial contra os editores do *Lampião*, que seriam acusados de infringir a Lei de Imprensa por contrariar a "moral e os bons costumes ". Anteriormente fora processado outro jornalista, Celso Curi, que escrevia regularmente no jornal *Última Hora*, de São Paulo, a "Coluna do Meio", espaço reservado para fofocas e informações sobre o meio homossexual.” (FRY; MACRAE, 1985, p. 21)

Portanto, apesar da homossexualidade, nunca ter entrado no código penal brasileiro, as denúncias e perseguições por parte do Estado, eram claras. Além dos estigmas, principalmente ao que se referem à crimes, onde a sexualidade do acusado é na maioria das reportagens, bem enfatizada pelos periódicos. Assim como veremos na reportagem a seguir, localizada no caderno policial, do ano de 1979, que fala de “Carlotinha”, que está sendo acusado de possuir uma boca de fumo.

“O assaltante homossexual Carlos Alberto Rodrigues do Rosário o “Carlotinha”, foi preso pelos policiais do Guamá. Ele está sendo acusado de possuir uma “boca de fumo” na Passagem São Lázaro, 39/A, onde reside. Conforme afirmaram os policiais, já foram efetuadas várias denúncias contra Carlos Alberto. Ele foi preso na Passagem Epitácio Pessoa, quando dormia em uma habitação coletiva com um jovem que conseguiu escapar. “Carlotinha” é considerado de alta periculosidade, e será interrogado pelo delegado Manoel Menezes, amanhã. Posteriormente o bandido vai ser transferido para a Delegacia de Furtos e Roubos. Os policiais do Guamá, há mais de uma semana haviam recebido denúncia de que estava funcionando uma “boca-de-fumo”, na Passagem São Lázaro, e que pertencia ao assaltante “Carlotinha”. As batidas que os policiais deram na “toca”, para prender o marginal, foram inúteis. Ontem, pela manhã, os tiras receberam a denúncia de que Carlos Alberto estava dormindo com um jovem em uma habitação coletiva. O comissário do bairro foi até o local e conseguiu prender o assaltante. “Carlotinha”, como foi batizado no distrito, ainda tentou reagir à prisão, brigando com um dos policiais que estava de diligência, mas acabou sendo dominado.”¹⁴⁷

¹⁴⁶ O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

¹⁴⁷ “Carlotinha” foi denunciado como “boqueiro” e preso. **A Província do Pará**, 25 de março de 1979, p. 9 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.



Figura 11. A Província do Pará, Belém, 25 de março de 1979. Fonte: Centur

“Carlotinha”, acaba sendo preso, e é destacado pelo jornal que ele seria um “criminoso de alta periculosidade”. Logo no início da reportagem, é posta em evidência a sua sexualidade, antes mesmo de descreverem o crime que o mesmo teria cometido, como se o fato de se tratar de um rapaz homossexual, tornasse tudo mais grave, como se a homossexualidade causasse todo esse “desvio”. Outro ponto, é que se tratava de um jovem que residia na periferia, estaria mais visível a essas batidas policiais. Vale a pena destacar que somente a versão da polícia é contada, invisibilizando a versão do acusado. Sobre essa invisibilidade, Quinalha (2018), nos fala:

“(…) O objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando esses segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da Ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal.” (QUINALHA, 2018, p. 37)

Ou seja, a invisibilização desses sujeitos, era algo pensado, para que os mesmos não tivessem voz, e dessa forma, não agissem de contra a um sistema já imposto. Mas esses sujeitos

não aceitavam essa “condição” de invisíveis que lhes era imposta, pois a todo momento iam de contra a esse sistema, mostrando que estavam ali, lutando por seu espaço¹⁴⁸. Como é o exemplo das reportagens que mostraremos a seguir. Trata-se de uma reportagem do ano de 1979, quando surgiram as torcidas organizadas gays. A FlaGay e da Fo-Gay, torcidas organizadas, com um público gay e que estavam tentando conquistar o seu espaço no meio futebolístico.

“As setenta torcidas organizadas do Flamengo uniram-se ao presidente do clube, Mário Braga e pediram força policial para impedir a entrada no Maracanã, hoje, antes da disputa Flamengo x Fluminense, da recentíssima torcida “Fla-Gay”. Os gays serão barrados na porta do estádio, porque, segundo Márcio Braga, ferem o lema básico do esporte: “mente sã em corpo sã”.¹⁴⁹

A manchete fala de como a FlaGay¹⁵⁰, acabou sendo barrada de entrar no estádio, impedidas por outras torcidas organizadas do Flamengo que pediram o apoio até do presidente do clube e da polícia para que tal ação fosse feita. Dizendo que a torcida feria o lema básico do esporte, “mente sã, corpo sã”. O uso desta frase, reverbera um preconceito já ressaltado neste trabalho, baseado em ideias biomédicas de que a homossexualidade, estaria ligada à um distúrbio psicológico. Sobre a FlaGay, Pinto (2018)¹⁵¹, nos fala em seu artigo sobre a história da torcida, que o presidente do clube Mário Braga, se mostrou ser um dos maiores opositores da torcida, ao analisar as reportagens que saíram na época, o autor aponta:

“A capa do Jornal dos Sports no dia anterior à realização da partida, em 13/10/1979, destaca o pedido de Márcio Braga ao Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro para que fosse proibida a entrada da FlaGay no Maracanã. Outra reportagem na mesma edição mostra o presidente do clube mobilizando grupos de torcedores e a Polícia Militar, para manifestar a sua rejeição à possibilidade de compartilhar a identidade torcedora com a FlaGay” (PINTO, 2018, p. 113)

O autor destaca a seguinte reportagem:

¹⁴⁸ surgiram em um contexto político de ditadura militar, marcado por fortes restrições às liberdades políticas, de opinião e de expressão, ousando ao propor o reconhecimento do direito à apropriação de espaços públicos por indivíduos com subjetividades que não correspondam ao padrão heteronormativo binário. (PINTO, 2014, p. 10)

¹⁴⁹ “Fla-gay” vai ser barrada no Maracanã. **O Liberal**, 13 de outubro de 1979 Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹⁵⁰ No mês de outubro de 1979, o Clube de Regatas Flamengo, time de maior torcida do país, entrava na fase final do Campeonato Carioca na condição de franco favorito para a conquista do tricampeonato estadual. Aquele time, liderado pelos craques Zico e Júnior, tornou-se uma das equipes mais vencedoras da história do futebol brasileiro. Paralelamente à expectativa de mais uma conquista do rubro-negro, um evento extracampo ganhou destaque no noticiário esportivo carioca. Era o surgimento da FlaGay, facção gay da torcida do Flamengo, que estava preparando a sua estreia oficial no Maracanã, o principal palco do futebol brasileiro, em um dos clássicos mais populares do país: o Fla-Flu, que reúne o Flamengo e o Fluminense Football Club (RJ) (PINTO, 2018, p. 110)

¹⁵¹ PINTO, Rodrigues Maurício. **A “praga” da FlaGay e o “desbunde” gueino futebol brasileiro**. Rebeh, Revista brasileira de estudos da homocultura. Vol.01, N.04, Out. -Dez., 2018-www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

“O presidente do Flamengo, Márcio Braga, esteve reunido com o comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, ocasião em que pediu que as várias torcidas do Flamengo sejam protegidas do mal que representa a FlaGay. O dirigente explicou que “as minorias não podem se misturar à torcida” e que é a favor das facções formadas por homens de mente e corpo são, o que não acontece com os que pretendem formar a FlaGay. Procurado por vários líderes de torcida do Flamengo, Márcio Braga se viu obrigado a comunicar a posição do clube [...]. Juridicamente, não existe nada que impeça a sua criação, mas Márcio Braga adiantou que essa facção não será aprovada pelo Conselho Diretor do Clube. [...] Todas as torcidas que o Flamengo possui no momento são aprovadas pelo Conselho Diretor. Os representantes e líderes recebem inclusive carteira do clube dando permissão para que funcionem. [...] Isso não ocorrerá com a FlaGay. É uma torcida que não é bem aceita pelo Flamengo e não será, portanto, aprovada pelo Conselho Diretor. Fui procurado por vários líderes de torcida que se mostram contrários à nova facção” (Jornal dos Sports, 13/10/1979, p.5, apud PINTO, 2018)

O empenho da direção do Flamengo e de suas demais torcidas organizadas – heteronormativas – nos mostram o quanto o Futebol, era e é um meio dominado por sujeitos heterossexuais¹⁵², que não admitiam que as “minorias” fossem incluídas, fazendo sempre o uso de termos pejorativos e biomédicos¹⁵³, para fomentar a ideia de “anormalidade, ligada à homossexualidade. De acordo com Quinalha (2018), a relativa ideia de abertura, não significou a diminuição das violências e da censura contra esses sujeitos. Pois a popularização da televisão, a revolução sexual que se arrastou durante a década de 1970, “serviram de pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade que não conseguiam assimilar a velocidade de tais mudanças.” (QUINALHA, 2018, p. 35). Contudo, esse medo e aversão, não foi propagada pela torcida e pela diretoria do Botafogo, como veremos na reportagem a seguir:

“Agora parece que é para valer: amanhã o futebol carioca deverá ver a sua primeira torcida “Gay”. Já que o Flamengo vetou a sua na semana passada, o Botafogo aprovou ontem a “Fogay”, lançada por Carlos Imperial e com total apoio do diretor de Futebol do clube, Rogério Corrêa, e a maioria dos jogadores. “É uma boa promoção para o futebol” disse Rogério Corrêa, ontem de manhã em Marechal Hermes, após o treino para o clássico contra o Fluminense, no Maracanã. O cantor Agnaldo Timoteo também compareceu a Marechal Hermes ontem e disse que Carlos Imperial teve uma “feliz ideia” lançando a “Fo-Gay”. Apoio integralmente a Fo-Gay e, desde já, considero-me um dos seus componentes – disse Timoteo. O futebol precisa de motivação e promoção e nada melhor do que uma torcida que vai alegrar o Maracanã. Carlos Imperial diz: Uma torcida “Gay” pode muito bem incentivar um time de futebol e, além disso, embelezar os estádios com seus gritos, suas fantasias, alegorias e danças. Imperial também disse que a “Fo-Gay”, já tem seus sócios fundadores inscritos: André Valli, Ney Latorraca, Nestor Montemar, Ary Fontoura, Eduardo Tomaghi e José Augusto Branco. Ainda segundo Carlos Imperial, a “Fo-Gay” elegerá sua rainha numa festa no dia 25, na “Gay-Fieira” que se realiza no sobrado do cinema São José, praça Tiradentes no Rio: - Os candidatos já existem e a comissão julgadora terá Paulo César “Caju”, com sua experiência no Coligado do Grêmio.

¹⁵² No contexto do futebol, expressões misóginas, machistas e homofóbicas são recorrentes, num exercício constante de afirmação de uma masculinidade viril para si e de uma masculinidade não viril para os outros, reafirmando a dualidade e a diferenciação entre nós e eles/outros. Assim, padrões heteronormativos já fortemente presentes em nossa sociedade ali encontram maior permissividade para se expressarem de formas explícitas, ofensivas e agressivas (ANJOS, 2015 apud ANJOS; JUNIOR, 2018)

¹⁵³ São os médicos que vão reivindicar a sua autoridade de falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de "crime", "sem-vergonhice" e "pecado" para "doença", ao longo dos anos que seguem. O crime merece punição, a doença exige a "cura" e a "correção". (FRY, 1985, p. 61)

Moisés “Beleza” da Portuguesa de Desportos, João Saldanha, José Valadão e o Moreira da Silva. Os candidatos são fortes e muito bons.”¹⁵⁴

Com artistas fazendo parte de seus sócios fundadores, lançada por Carlos Imperial e tendo o apoio de Rogério Corrêa, e da maioria dos jogadores, a Fo-Gay foi aprovada, contrariando os estigmas e preconceitos existentes na época. Carlos Imperial diz que o futebol precisa do incentivo de uma torcida gay, que iria trazer alegria para as arquibancadas. E ao final da reportagem, citam o ColiGay¹⁵⁵, que foi a primeira torcida gay organizada do Brasil. Como afirma Pinto (2014):

“Na tentativa de marcar presença nas arquibancadas, as duas torcidas acabaram sendo vítimas de hostilidades e perseguições por parte de representantes das grandes torcidas organizadas dos próprios times. Foram acusadas de serem iniciativas arquitetadas por torcedores de clubes rivais, visando *denegrir* o nome de Grêmio e Flamengo. Apesar da curta existência, marcaram história como primeiras tentativas de desestabilizar a ideia de que uma determinada masculinidade tem maior legitimidade para figurar nos estádios de futebol.” (PINTO, 2014, p. 10)

Podemos perceber dois diferentes *moods*, com as manchetes apresentadas. De um lado, uma torcida rechaçada por seu diretor e os demais torcedores e do outro lado, uma torcida que foi abraçada e que teve apoio de grande parte do time, embora ainda se mantivesse o reforço de estigmas que relacionam a homossexualidade ao bizarro, engraçado, alegre, como se percebe da fala de Imperial ao dizer que a torcida “vai alegrar o Maracanã”, com suas “fantasias, alegorias e danças”. São duas diferentes vivências, de clubes da região carioca, portanto do mesmo estado, mas que são rivais em campo e que tiveram posturas distintas nesse primeiro momento de criação das torcidas gays. Entretanto, a fundação dessas torcidas gays, foi de extrema importância para a sociabilidade homossexual dentro do ambiente futebolístico. Pois nos mostra, que embora a repressão e a invisibilização existissem, esses sujeitos continuavam reivindicando o seu direito de ir e vir.

3.2 Os Primeiros Sinais do Movimento Homossexual no Pará

¹⁵⁴ Futebol carioca vai ter sua primeira torcida “gay”. **O Liberal**, 20 de outubro de 1979 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹⁵⁵ Formada por torcedores do Grêmio (RS), foi fundada em 1977 por Volmar Santos, então dono da boate gay Coliseu, em Porto Alegre. A torcida chegou a ter setenta adeptos que frequentavam os estádios onde o Grêmio atuava. (PINTO, 2014)

Como vimos anteriormente, a sociedade estava passando por diversas transformações no final da década de 1970, com o processo de transição e abertura política. E no que diz respeito aos sujeitos homossexuais, o fim da década de 1970, seria a virada de chave para a fundação de vários movimentos pelo Brasil. Em especial, o ano de 1978 – como citamos brevemente, anteriormente – se caracterizou sendo um ano de grandes mudanças, não só em relação as manifestações de grupos minoritários, mas também pela maior evidência da imprensa gay e do surgimento do primeiro movimento gay do Brasil. Como nos fala Franco e Nery (2018):

“Em especial, o ano de 1978 representou um marco fundamental na redemocratização do Brasil e na história do movimento LGBT. Isso porque, dentre as forças políticas que se engajaram nessas lutas democráticas, merece destaque o então chamado “movimento homossexual brasileiro” (MHB). Foi em maio de 1978 que ocorreu, na cidade de São Paulo, a primeira reunião de um grupo que logo assumiria o nome “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”. Foi o coletivo pioneiro na articulação do MHB, que logo se espalharia Brasil afora com o surgimento de diversos grupos em outros estados da Federação. Além disso, um mês antes, em abril de 1978, havia começado a circular o jornal mensal *Lampião da Esquina*, considerado a primeira publicação de circulação nacional, claramente engajada nas lutas políticas travadas pela imprensa alternativa e feita por homossexuais para homossexuais.” (FRANCO; NERY, 2018, p. 10)

Essa “primeira onda” do Movimento Homossexual, especificamente do eixo Rio-São Paulo, tinha uma forte veia do antiautoritarismo, difundida pela vivência nos anos de repressão, onde esses sujeitos eram constantemente invisibilizados, excluídos, visto como “anormais” e encarados como um “perigo para a sociedade”. Green (2000), acredita que se o AI-5 e a repressão de 1968, dando início aos anos de chumbo, não tivessem existido, as primeiras manifestações de um Movimento Homossexual, ocorreriam já no início dos anos 1970. Contudo, Facchini (2005), acredita que não se deve apenas olhar o viés negativo, mas também pensar que a ditadura estimulou o aparecimento desses grupos de resistência.

“Ao invés de identificar apenas um efeito negativo da ditadura militar na possibilidade de organização de um movimento homossexual, é importante, por exemplo, notar o quanto a ditadura estimulou a formação de resistências em diversos setores sociais e como ela pode ter sido, inclusive, responsável pelo perfil fortemente antiautoritário que marcou a “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro. Ainda que a “abertura” tenha tido o papel de abrir espaço para que vozes, mais ou menos isoladas e abafadas, de vários setores sociais viessem a público, não podemos negar que a ditadura produziu, por assim dizer, boa parte das condições para o “boom” movimentalista que ocorreu no decorrer dos anos 70 e pode ter marcado sensivelmente as trajetórias individuais e modos de atuação dos primeiros militantes homossexuais brasileiros.” (FACCHINI, 2005, p. 65)

Todavia, embora os autores tendam a se divergir, sobre o papel da ditadura militar no processo da criação do Movimento Homossexual, acredito que ambos os pontos de vista se encaixam, pois embora o AI-5 tenha de fato, dificultado a vida não só das sexualidades dissidentes mas das demais minorias, a ditadura tentando de todas as formas articular

movimentos de censura, acabou por reforçar nos indivíduos o ato de se organizarem politicamente, para sair do seio da invisibilidade. Entretanto, cabe aqui, citar brevemente a formação do primeiro Movimento Homossexual Brasileiro, o *Somos*, para posteriormente, entender como esse processo refletiu em território paraense.

O grupo *Somos*, surgiu em meados de 1978 em São Paulo, ganhando grande visibilidade. Essa visibilidade, nascera muito em função do *Lampião* e a grande repercussão que o jornal estava tendo na época. Isso fez com que esses sujeitos pensassem que o jornal seria uma boa porta de entrada para que eles pudessem se organizar politicamente. Foi Trevisan, um dos membros do jornal que sugeriu o início dessas reuniões, pautadas na organização política dos sujeitos homossexuais. Como afirma Green (2000):

“Logo depois de o *Lampião* aparecer nas bancas de todo o país, uma dúzia de gays em São Paulo organizou um grupo que evoluiria para a primeira organização duradoura e bem-sucedida de liberação dos gays. O grupo de início chamou a si mesmo de Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, e em seu primeiro estágio agiu como uma organização para a tomada de consciência gay, nos moldes do grupo que fora organizado por Trevisan em 1976. Mais tarde foram desenvolvidos subgrupos, que promoviam atividades que iam de campanhas políticas a reuniões de debate. Durante os primeiros seis meses da existência do grupo, seu tamanho permaneceu pequeno, quinze a vinte indivíduos, a maioria homens. A participação variava, com as pessoas entrando e saindo da pequena organização.” (GREEN, 2000, p. 432)

Devido a algumas divergências entre os membros do grupo, somente em dezembro 1978, chegaram a um consenso de que o grupo deveria se chamar *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*¹⁵⁶. Eles participaram de um evento público em São Paulo, que seriam quatro dias de discussões, e reuniu as sexualidades dissidentes, que estavam descontentes com o autoritarismo do governo, com a forma que a “imprensa marron”¹⁵⁷ retratava a homossexualidade. E por conta de toda essa visibilidade que tanto o Movimento Homossexual, quanto o *Lampião*, estariam ganhando e por ser justamente a imprensa alternativa, a responsável por toda essa movimentação, que o governo agiu tentando “parar” a “insurreição”. Como aponta Green (2000):

¹⁵⁶ O grupo, nesse momento, era composto exclusivamente por homens. Sua primeira aparição pública ocorreu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas, na qual um nome provisório foi adotado: Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Posteriormente, em dezembro de 1978, esse grupo foi rebatizado de *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, mediante convite para participação numa semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, a ser realizada no início do ano seguinte na USP. (FACCHINI, 2005, p. 67)

¹⁵⁷ expressão usada para referir a veículos sensacionalistas, que publicava matérias ou reportagens sobre sexualidades dissidentes, de modo a reproduzir visões estereotipadas e estigmatizantes. Geralmente, homossexuais e travestis eram associados à criminalidade e, com frequência, apareciam nas páginas policiais, seja como vítimas ou como suspeitos. (QUINALHA, 2017, p. 138)

“No começo de 1979, o regime acusou os editores do *Lampião* de ofender “a moral e os bons costumes”, o que poderia significar uma punição de mais de um ano de cadeia. Os intelectuais, figuras do meio artístico e cultural, o sindicato dos jornalistas e a Associação Brasileira de Imprensa denunciaram as medidas do governo. Alguns membros do Grupo *Somos*, num de seus primeiros atos de ativismo político, formaram uma comissão em defesa do *Lampião* que fez circular uma petição protestando contra as ações do regime. Finalmente, os militares encerraram a auditoria financeira e retiraram as acusações contra os editores da publicação gay. Em abril de 1980, ativistas de oito grupos reuniram-se em São Paulo para o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados. Mil lésbicas e gays superlotaram o teatro Ruth Escobar para assistir a uma cerimônia fechada do evento.” (GREEN, 2000, p. 434)

O primeiro encontro, mencionado por Green, também foi noticiado pela Província do Pará, em 1980. A manchete, estampou a primeira página do jornal, e procurou trazer um caráter informativo, sem usar qualquer estereótipo ou estigma, como forma de inferiorizar esses sujeitos, como nas reportagens que analisamos anteriormente. A manchete descreve, que por media de segurança, não será permitido tirar fotos e que só entrarão no evento, pessoas que foram selecionadas para tal.

“O I Encontro Brasileiro de Homossexuais será realizado a partir de amanhã às 14 horas, no Teatro Ruth Escobar, na sala Gil Vicente. No convite para a reunião, a Comissão Coordenadora explicou que “por medida de segurança dos participantes, não será permitido o uso de aparelhos fotográficos”. Só entrarão pessoas selecionadas ou convidadas para evitar tumultos. Também explica a Comissão Coordenadora.”¹⁵⁸

Contudo, essa não é primeira vez que se menciona as tentativas de organização política dos homossexuais. Mas antes de adentrarmos nas reportagens, é importante ressaltar a dificuldade imensurável, de encontrar bibliografias que abordassem o tema em cenário Paraense. Pois, além de os estudos sobre sexualidade na UFPA, ainda caminhar a passos lentos, todas as fontes que consultei, inclusive as entrevistas, me levavam para o caminho de que na década de 1970, não havia tido organização política homossexual em Belém, entretanto, os periódicos mostraram o contrário.

Dessa forma, a princípio cabe salientar de não ser do conhecimento de muitos pesquisadores esse primeiro indício do movimento homossexual em Belém, no final da década de 1979, como dito na introdução deste trabalho. Muitos pesquisadores, até então, fomentam em seus trabalhos que o primeiro Movimento Homossexual de Belém o MHB, teria nascido em meados de 1990, e que o cenário gay paraense durante a década de 1970, se baseia

¹⁵⁸ I Encontro de Homossexuais não permite fotografias. **A Província do Pará**, 6 de abril de 1980 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

majoritariamente em manifestações culturais como a *Festa da Chiquita*¹⁵⁹ – que abordaremos mais a frente – como afirma Franco¹⁶⁰ (2015):

“O Movimento Homossexual de Belém (MHB) tem origem em meados dos anos 1990. Suas constantes lutas e reivindicações representavam a necessidade que os militantes deste período tiveram em mostrar à sociedade que eles também eram cidadãos e precisavam ser reconhecidos como tais.” (FRANCO, 2015, p. 15)

Ao consultar trabalhos mais recentes sobre o tema, me deparei com o de Rozário (2019), que também nos fala da organização do movimento, a partir da Festa da Chiquita e sua concretização, em meados de 1990.

“O processo de organização e mobilização do movimento LGBT no município de Belém do Pará esteve intimamente ligada à manifestação popular “As filhas da chiquita”, num período que antecedeu tanto a Constituição Federal de 1988 com abertura política democrática brasileira, assim como os novos formatos e sociabilidade dos movimentos sociais LGBT’s a partir do final da década de 1990. Numa análise de conjuntura acerca do movimento LGBT paraense e o movimento em nível nacional, pode-se afirmar que em Belém esse movimento configurava-se de forma particularizada num processo de construção enraçado por manifestações culturais e artísticas, no qual diferencia-se em relação à conjuntura nacional”. (ROZÁRIO, 2019, p. 2)

Como já referi, os estudos de sexualidade, ainda são pouco abordados nos trabalhos da UFPA, principalmente na área da História. O que me fez vibrar ao descobrir através dos jornais o início do que seria uma Associação dos homossexuais do Pará, ainda nos finais da década de 1970.

Assim, a reportagem a seguir, datada do ano de 1979, fala da tentativa da AGB – Associação Gay de Belém, que faria uma manifestação pública, na Praça Eneida de Moraes, que fica localizada na av. Alcindo Cacela, entre as ruas Bernal do Couto e Ferreira Pena, no bairro Umarizal, que é considerado um bairro nobre da capital paraense. Muitas pessoas compareceram para assistir a manifestação. Alguns, por curiosidade, outros porque compactuavam com aquela movimentação. Entretanto, eles não apareceram. A reportagem abaixo, está na primeira página do jornal.

“Quem compareceu ontem à Praça Eneida de Moraes para assistir àquela que seria a primeira manifestação pública da Associação Gay de Belém, AGB, prevista para 17:00 horas, não viu nada. Não apareceu nenhum homossexual, pelo menos para justificar a notícia veiculada pela Imprensa sobre o assunto, o que deixou muita gente decepcionada. Algumas pessoas que sabiam da notícia, e esperaram afastadas da praça, acharam que a Polícia Federal havia impedido a manifestação dos “gays”, por isso esperaram distantes

¹⁵⁹ Iniciada entre os anos de 1975 e 1976, com o nome de “Festa da Maria Chiquita” ela reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco. Porém, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se num dos eventos não religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré. (SILVA, F., 2012 apud ROSÁRIO, 2019)

¹⁶⁰ FRANCO, José Luiz de Moraes. **Memórias do Movimento LGBT: da sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais.** 2015.

com medo de serem confundidas e detidas, tudo devido a um forte boato de que haveria intervenção policial, surgido entre ansiosos espectadores. Até alguns minutos após as 18:00 horas, o clima era de expectativa e inquietação às proximidades daquele logradouro.”¹⁶¹

Localizada na primeira página, a manchete tem a intenção de chamar a atenção do leitor, de modo a leva-lo a descrição mais detalhada do ocorrido, que se encontrava na página 10 do jornal.

“Apesar da expectativa em torno daquela que seria a primeira manifestação pública da Associação Gay de Belém – AGB – prevista para ontem à tarde (...) quem compareceu àquele local, esperando assistir as reivindicações dos seus associados, nada viu, a não ser um aglomerado de pessoas que, intrigadas ou sabedoras do fato, também aguardava pelo aparecimento de pelo menos, um homossexual para justificar a notícia veiculada pela imprensa sobre o assunto. Até as 17:15 horas, a praça estava completamente deserta, embora os grupos de homens e mulheres, principalmente estudantes, começassem a aumentar lentamente. A princípio, os espectadores mantiveram nítida distância da praça Eneida de Moraes. Uns, com receio de uma possível intervenção policial contra grupos destacados, pois circulou um boato de que a Polícia Federal havia impedido a manifestação dos “gays”. Outros, conforme suas próprias palavras, mantiveram distância com receio de serem confundidos com os manifestantes. (...) Qualquer movimento mais acentuado de pessoas ou carros era motivo para que alguns gritassem: “Lá vem eles. Lá vem eles”. Mas eles não vieram e o público resolveu ir embora. Em consequência do “furo” deixado pelos membros da Associação Gay de Belém. Entre o grupo de espectadores que lentamente, se aproximava da Praça Eneida de Moraes, embora estivessem um pouco retraídos, alguns “rapazes” despertaram a atenção dos demais. Em seguida, quando a imprensa chegou ao local onde se encontravam, houve a natural dispersão do grupo.”¹⁶²

Neste primeiro trecho, ao informar que a manifestação não ocorreu, por conta de uma possível denúncia, o jornal enfatiza seu desapontamento com a situação, usando de termos que uma rejeição a esse “furo”. Outro ponto a se analisar, é que o jornal coloca o termo “rapazes”, entre aspas, na tentativa de questionar se o termo poderia mesmo ser englobado a esses sujeitos.

“Contudo, demonstrando forte personalidade e consciência do que o levava até ali, um dos membros da associação (ou defensor de seus ideais) externou seu ponto de vista sobre a posição do homossexual na sociedade, hoje, e arriscou uma causa para o malogro da esperada manifestação “gay” em Belém. “Atualmente, o homossexual está marginalizado pelos seus semelhantes. Não admitem mais um homossexual nas empresas, pois têm medo que ele saia por aí divulgando o que lhe for confiado. Tudo e todos estão contra esse tipo de manifestação”, disse o “gay”, que acrescentou ainda: “Como causa para o fracasso da manifestação que estava prevista para hoje, contribuiu a repressão. Saiu nota oficial nos jornais – e todos viram – informando que não é permitido tal movimento”. Finalizando, o defensor do homossexualismo afirmou: “O primeiro passo para que seja criada uma representatividade autêntica do movimento “gay” no Pará é simples: basta que a coisa parta de dentro para fora. Ela deve ser consciente e sem pressões.”¹⁶³

¹⁶¹ Muita gente foi ver, mas “gays” não apareceram. **A Província do Pará**, 22 de maio de 1979, p. 1- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA).

¹⁶² Muita gente foi ver, mas “gays” não apareceram. **A Província do Pará**, 22 de maio de 1979, p. 1- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA)

¹⁶³ Muita gente foi ver, mas “gays” não apareceram. **A Província do Pará**, 22 de maio de 1979, p. 1- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA)

Ao trazer o depoimento de um manifestante, cujo nome não é revelado, mas que era membro da associação, o jornal possibilita ao leitor a versão daqueles que estavam de fato envolvidos dentro da associação, dando voz assim, as críticas do movimento em relação a repressão sofrida pelas homossexualidades, para que os que estão de fora, possam entender quais as causas da organização. Por volta das 18:20, espalharam panfletos informativos do porquê a manifestação não ocorreu.

“Por volta das 18:20 horas, foi colocado dentro dos carros dos jornais que estavam na Praça o seguinte panfleto: “A Associação Gay de Belém – AGB – em sinal de protesto contra mais uma discriminação contra homossexuais, feita por elementos frustrados e de intenções estranhas, que divulgaram em Belém notícia falsa, dando conta que a polícia de nossa terra iria intervir em nossa manifestação pública de hoje, às 18:00 horas (...) resolveu tornar público o seguinte: a) fica transferida a manifestação pública da AGB para data a ser marcada e que será amplamente divulgada pela imprensa. B) A AGB torna-se solidária a nossa polícia por ter a mesma desmentido que se interviria em nossa manifestação pública. Isso prova que a polícia do Pará é honrada, honesta e capaz de cumprir sua missão constitucional. c) – Reafirmamos nosso desejo de uma liberdade sexual ampla, geral e irrestrita; d) – Agradecemos o apoio do Diretório Estudantil do Cesep; e) – reafirmamos nosso apoio à criação do Partido Gay Brasileiro e ao governo democrático do Presidente João Figueiredo. Belém, 21 de maio de 1979. Comissão Organizadora, p) Mário Francro (assinatura). Como sempre acontece em Belém, alguns desocupados apareceram na Praça pretendendo puxar briga com os manifestantes. Contudo, como eles não apareceram, o grupo de mal-educados passou a proferir palavrões para mulheres que passavam pelo local.”¹⁶⁴

O jornal, ao publicar o panfleto, consegue dar voz a esses sujeitos e uma explicação para aqueles que estavam curiosos e para aqueles que gostariam de ter acompanhado a manifestação. O panfleto é assinado por Mário Franco, que era considerado o líder do movimento, como veremos mais a frente.

De início, devemos chamar a atenção para três pontos: de acordo com a reportagem, já existia essa identificação como sendo um “movimento gay”, segundo o próprio entrevistado. Outro ponto é que espalharam um boato indevido de que a polícia acabaria com a manifestação, o que acabou atraindo pessoas dos mais variados tipos, desde militantes, até “curiosos e mal-educados”. O terceiro é que o panfleto faz questão de falar sobre o apoio da Associação ao presidente da época. O que me deixou um tanto quanto surpresa, pois embora estejamos falando de um período de “abertura”, como vimos anteriormente, na prática não foi bem assim no que diz respeito às sexualidades dissidentes. Entretanto, há também a possibilidade de o apoio ser enfatizado, como maneira de evitar qualquer represália, por parte da polícia e da sociedade civil. No entanto, não podemos afirmar de certo qual era a intenção dos membros da Associação.

¹⁶⁴ Ausência de “Gays” frustrou primeira manifestação pública. **A Província do Pará**, 22 de maio de 1979, p. 10 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA)

Como dito anteriormente, foi gritante a dificuldade de achar bibliografias que falassem sobre a AGB ou sobre os indícios das organizações políticas homossexuais da década de 1970. Todavia, encontrei um único trabalho que fazia menção aos movimentos gays que existiram no Brasil de 70, motivados pelo surgimento do Lampião e pelo Somos. O trabalho de Rita Colaço (1984)¹⁶⁵, “*Uma Conversa Informal sobre o Homossexualismo*”, aborda diversas questões referentes as sexualidades dissidentes, entre elas, o Movimento Homossexual no Brasil. A autora revela, que existiram cerca de 24 grupos organizados no Brasil.

“Após o surgimento do Lampião, sem dúvida alguma o único que conseguiu resultados mais profundos na luta contra a discriminação e o isolamento, passou a crescer o desejo de união e luta em inúmeros gays nos mais diversos pontos do País. (...) a maioria das mudanças políticas e sociais ocorridas em nosso País se deu em consequência da atuação de grupos de elite, sem nenhuma participação do povo. Nossos movimentos oficiais sempre seguiram o sentido de cima para baixo – isto está fartamente documentado em nossa história real (não a oficial). Aqueles poucos que seguiram o sentido correto (de baixo para cima), foram sempre ocultados e minimizados pela versão oficial que, por coincidência reveladora, é manipulada por uma “elite”. Embora tenha existido cerca de 24 grupos homossexuais organizados, os que mais de destacaram foram: Somos/SP, Ação Lésbico-Feminista/SP (dissidência do primeiro); Grupo Gay da Bahia (o único que tem existência jurídica; e o Beijo Livre/Brasília. Com o fechamento do jornal Lampião, o desaparecimento de vários grupos e divisões de outros tantos, movimento homossexual brasileiro teve uma profunda retração.” (COLAÇO, 1984, p. 63)

Desse modo, entendemos como o Lampião, acabou por influenciar toda uma onda de organização política que ocorreu no fim da década de 1970, a autora não dá detalhes sobre os demais grupos organizados, além dos que foram citados, no entanto, ela nos mostra um quadro com a relação desses 24 grupos presentes no Brasil daquela época. Como veremos na imagem abaixo:

¹⁶⁵ COLAÇO, Rita. **Uma Conversa informal sobre homossexualismo**. Rio de Janeiro: Do autor, 1984.

GRUPO HOMOSSEXUAIS SURGIDOS NO BRASIL		
ÉPOCA	DENOMINAÇÕES	ESTADO
Mai/1978	Grupo Somos	SP
1979	Eros	SP
1979	Libertos/Guarulhos	SP
1979	Associação de Gays de Belém (AGB)	PA
1979	Clube de Reunião das Entendidas (CRE)	PA
1979	Movimento Gay de Belém	PA
Jul/1979	Grupo de Atuação e Afirmação Gay (GAAG)	RJ/BF
Set/1979	Grupo Somos/RJ	RJ
Nov/1979	Grupo Beijo Livre/Brasília	DF
Dez/1979	Grupo Auê/RJ	RJ
Dez/1979	Grupo de Ação Lésbico-Feminista	SP
29.02.80	Grupo Gay da Bahia (GGB)/Salvador	BA
17.05.80	Grupo de Ação Homossexualista/SP	SP
Mai/1980	Grupo Terceiro Ato/Belo Horizonte	MG
Jun/1980	Grupo Somos/Sorocaba	SP
Jun/1980	Grupo de Santo André	SP
Jun/1980	Fração Gay da Convergência Socialista	SP
Jun/1980	Grupo Auê/Recife	PE
Jun/1980	Grupo Outra Coisa	SP
Jun/1980	Grupo Nós Também/João Pessoa	PB
Jul/1980	Grupo de Atuação Homossexual/Recife	PE
Jul/1980	Grupo Opção à Liberdade Sexual – Gols/ABC	SP
Jul/1980	Grupo de Atuação Homossexual – Gatho	PE
Ago/1980	Grupo Bando de Cá/Niterói	RJ
1983	Grupo Arco-Íris	RJ

FONTE: Jornal Lampião
Jornal Movimento
Arquivos GAAG
Revista Manchete
Jornal Balcão

Como hoje não existe um outro veículo que informe sobre a atuação dos grupos remanescentes, o trabalho deles fica disperso, sem voz, sem divulgação, restrito unicamente a seus participantes.

Temos procurado atualizar nossas informações a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido por esses grupos, através do envio de inúmeras e persistentes correspondências, mas tudo o que temos conseguido é tão somente o silêncio.

Figura 12. Grupo de Homossexuais surgidos no Brasil. **Fonte:** Uma conversa informal sobre Homossexualismo, COLAÇO, 1984, p. 64.

O quadro, nos mostra em quarto lugar, a AGB e em seguida, outros grupos que existiram em Belém, como o CRE – Clube De Reunião das Entendidas e o Movimento Gay de Belém. Os três surgidos em 1979. Porém, em minha pesquisa, só encontrei reportagens que fizessem menção à AGB, tendo vista isso, não me aprofundarei nos outros dois grupos, pela falta de fontes e de mais informações.

Após a reportagem da manifestação que havia fracassado, o jornal traz a opinião de Klaus Keller sobre o ocorrido, um professor conhecido por sua “autenticidade” e que não tinha

problemas para falar abertamente sobre sua sexualidade, falou ao jornal o que achara dos homossexuais estarem se organizando politicamente. A entrevista, também localizada na Província, está no caderno de assuntos diversos da sociedade paraense, que levava o nome de “jornaleco”.

“Desde sempre passeia sua autenticidade por esta freguesia e arredores [klaus keller]. Se “assumiu” muito antes que o termo fosse criado. Jamais, em tempo algum, procurou negar ou ocultar sua condição de homossexual, muito pelo contrário. Curtiu sempre, muito na dele lançou bossas, bagunçou o coreto. Em se tratando de vestuário usou peças que à época escandalizavam a Tradicional Família Paraense e que, atualmente, são aceitas e (até usadas também) pelos machões mais pudicos. Agora, quando se fala tanto em “gay liberation”, ele, que sempre se comportou como um liberado, diz como vê o movimento andrógino por aqui. Com a palavra, o professor Klaus Keller. Quando Cabral descobriu o Brasil, os europeus já vinham aqui de casaca de veludo e renda grupu nos punhos. Naquela época já estavam tão evoluídos como hoje. As pessoas que chefiam na Europa esses movimentos, são pessoas de lastro cultural, que têm argumentos para provar as verdades que proclamam. Esse movimento de Belém, diz-que se espelha nos movimentos da Europa e Estados Unidos, então, partindo do princípio que Belém ainda é uma província, eu pensava que esse movimento deveria ter como pivô uma pessoa de profundidade cultural e participação social, o que procuro e não vejo. Acho que a imprensa está aproveitando o acontecimento, mas daqui a duas ou três semanas isso cai na rotina, satura e o fundador do movimento terá que arrumar a bagagem e embarcar. O fundador afirma que procura liberdade para adeptos da “seita” (considero isso uma “seita”, movimento nunca...), entretanto acho que não existe no Brasil inteiro uma cidade que dê tanta liberdade para o gay power como Belém do Pará. Naturalmente que é uma liberdade sem excessos.”¹⁶⁶

Nesse primeiro momento, devemos informar o leitor, do porquê Klaus foi escolhido para dar sua opinião sobre a crescente do Movimento Gay em Belém. Não obtive acesso à muitas informações sobre Klaus, além de do trabalho de Cybelle Miranda (2006), que o cita brevemente, como veremos mais a frente. Encontrei também um blog, de um amigo íntimo de Klaus, José Vasconcelos Paiva¹⁶⁷, que conta que o nome verdadeiro de Klaus, era Caetano Nunes dos Reis, e que ele era uma pessoa muito folclórica e de uma criatividade imensa.

“A homossexualidade de Klaus era muito pública e era visto como um bicho raro. Caetano, que ele não gostava do nome, havia morado na Europa. Sua casa, um casarão colonial português na Rua Capitão Pedro Albuquerque, possui um porão com um pé direito creio com mais de 2 m. Klaus, gostava de orquídeas, de papoulas, tinha um pavão o Denner e mantinha nos fundos de sua casa uma escolinha de idiomas. Um grande barração que Klaus em eventos especiais decorava maravilhosamente.” (PAIVA, 2011)

Ao fazer menção sobre a homossexualidade de Klaus ser muito pública, José Vasconcelos, nos leva a entender o motivo do jornal escolher o professor para falar suas opiniões acerca da AGB. Pelas memórias do autor, podemos entender um pouco mais quem

¹⁶⁶ Klaus Keller e o Movimento Gay. **A Província do Pará**, 25 de maio de 1979, jornaleco - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

¹⁶⁷ PAIVA, José Vasconcelos. PROFESSOR KLAUS KELLER. Belém, 19 de maio de 2011. Disponível em: <http://paivaalfa1.blogspot.com/2011/05/professor-klaus-keller.html>. Acesso em 30 de julho de 2022.

seria Klaus Keller. Ao trazer o depoimento de Klaus, o periódico traz outra visão sobre a formação do movimento, pois mesmo sendo homossexual e dizer isso abertamente, o professor não se sentia representado pelos líderes da AGB. Klaus era uma figura conhecida na época, de acordo com a própria reportagem, então a sua fala teria uma certa repercussão entre os fundadores do movimento e entre a sociedade que já era habituada com o professor.

A mesma coluna do jornaleco que trouxe a fala de Klaus, dois dias antes, no dia 23, ao falar sobre a possibilidade de “homens serem mães”, ironiza o fato, citando o movimento Gay.

“(…) Com esta notícia, não será novidade para o colunista se os assanhados integrantes do movimento “gay” paraense organizarem uma caravana para visitar Aucland, com ponto de referência no Hospital Nacional de Mulheres, para uma consulta com o seu vice-diretor.”¹⁶⁸

A menção aos integrantes do movimento, feita pela reportagem, tenta ironizar e inferiorizar o grupo, o que nos faz perceber que nem todos os setores da imprensa estavam satisfeitos com a atuação do movimento. Já no tocante ao que se refere a reportagem anterior, o fundador a qual Klaus se refere, é o citado na reportagem sobre a tentativa de manifestação do movimento, Mário Sérgio Franco. A fala de Klaus, teve o intuito de alfinetar o movimento que estava se iniciando e seu fundador. Apesar da sua sexualidade, Klaus aparentemente desdenhou do movimento e se mostrou um total opositor. A fala de Klaus, foi bastante parecida com a de Ney Matogrosso, citada por Quinalha (2017):

“Mas nem todos celebravam a organização ainda incipiente dos homossexuais. O cantor Ney Matogrosso, por exemplo, afirmou à revista: “eu me interesso por mulher também, eu gosto muito de mulher, como gosto de homem também. Para mim, é tudo igual”. Propondo-se a desorganizar as classificações e, assim, rompendo com o que considerava “rótulos”, Ney confessou estar atento aos primeiros passos do movimento de homossexuais, mas, ao mesmo tempo, desdenhou desse mesmo movimento ao afirmar: “eu não acredito em movimento de conscientização do homossexual. Vejo que as pessoas estão se agrupando, mas eu não acredito. Eu jamais entraria, jamais me agregaria. Porque acho que não é preciso. Você pode viver a sua vida perfeitamente sem precisar estar agregado a movimento, a nada. Nem político, nem a coisa nenhuma. Acho que, se você se agregar, você já está se limitando.” (QUINALHA, 2017, p. 156)

De alguma forma, mesmo ambos sendo adeptos da homoafetividade, não se sentiam representados dentro de um Movimento Homossexual. Isso ocorre, devido as divergências que existem dentro dos próprios movimentos. Fry e Macrae (1985), falam de como existiam divergências dentro dos próprios grupos homossexuais, pois os militantes queriam excluir o termo “entendido” ou “gay”, que foi fomentado na década de 1960, para caracterizar os homossexuais que não possuíam trejeitos. O movimento, preferia incluir apenas o termo

¹⁶⁸ Homens Poderão ser mães. **A província do Pará**, 23 de maio de 1979, p. 6 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“bicha”, que se enquadraria em um ideário mais militante, e esvaziaria as ideias negativas que rondavam o termo.

“As soluções propostas enfatizaram, então, a autonomia do movimento homossexual em relação aos partidos políticos e o apoio ao feminismo na luta contra o machismo. No mesmo sentido criticava-se a reprodução do "machismo" nas relações homossexuais. Contra a dicotomia "ativo/passivo", "dominador/dominado", "bofe/bicha", "fanchona/lady", propunha-se uma nova identidade homossexual e relações sexuais/afetivas essencialmente igualitárias.” (FRY; MACRAE, 1985, p. 23-24)

No entanto, apesar de o intuito ser o de tirar os estigmas em torno das “bichas” que possuíam “trejeitos”, o movimento acabava por assim dizer, impor características hegemônicas, esquecendo, portanto das particularidades de cada indivíduo, suas vivências e experiências e que a sexualidade tem uma importância diferente para cada pessoa. Como aponta Heilborn (1999):

“A sexualidade não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos. Mais do que um recurso explicativo baseado em diferenças psicológicas, essa variação é efeito de processos sociais que se originam no valor que a sexualidade ocupa em determinados nichos sociais e nos roteiros específicos de socialização com que as pessoas se deparam. A cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas.” (HEILBORN, 1999, p. 40)

Em seu trabalho, Facchini (2005) ao falar sobre o processo de construção de uma identidade homossexual coletiva, nos primeiros movimentos homossexuais que surgiram no Brasil, cita Doimo (1995), que fala sobre a construção do “sujeito coletivo”, em torno de uma identidade que seria conjunta, mas que a mesma tem um caráter temporário, que permanece enquanto o contexto que une essa identidade durar. A autora também nos fala que o contexto dos movimentos homossexuais, e no processo de elaboração de identidades coletivas, o campo seria permeado por tensões e incertezas e que é necessário valorizar as “conexões ativas” dentro desse movimento. E ela pontua, que esse processo comunitarista, conflitava com a heterogeneidade do público homossexual.

“O igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo autoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. O próprio modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseados em relatos autobiográficos em que eram reveladas as ideias sobre sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuía uma tendência homogeneizadora.” (FACCHINI, 2005, p. 64)

Apesar de buscarmos uma única identidade coletiva que englobassem todos os sujeitos, essa construção acabava por não perdurar quando esses sujeitos entravam em conflitos de

ideias¹⁶⁹, pois a homogeneidade acaba conflitando com a heterogeneidade dos participantes do grupo. Ou seja, era comum que não se sentissem representados, como é o caso de Ney e Klaus. Todavia, para entender os conflitos internos da AGB, sua conjuntura e conexões, seria fundamental possuir mais dados sobre a formação do movimento, que infelizmente até o momento, não temos.

Não obstante, essa “rivalidade” entre Klaus e Mário, estava só começando nas páginas dos jornais. Pois após a publicação da entrevista de Klaus, menos de um mês depois, o jornal traz a manchete de um show organizado pela AGB e pelo Movimento Gay Power, no Chapéu Virado, na Ilha de Mosqueiro, que seria para compensar a manifestação que não teria sido realizada.

“Frescuras na Ilha”, um show ao ar livre da Associação Gay de Belém – AGB, e Movimento Gay Power, será apresentado em mosqueiro dia 12 de julho, na Praça do Chapéu Virado. Mário Franco, um dos participantes, explicou que, ao lado dele, estarão se apresentando Marili Velho, Rubinete Nazaré – “que nada tem de gay ou entendido” -, e o cantor Omar Teloni. O show “vai ser para compensar a manifestação dos gays que não foi realizada”, disse Mário, lembrando que o ato público, programado para a Praça Eneida de Moraes, foi envolvido por um boato: a Polícia Federal o teria proibido, o que afastou muitos dos possíveis participantes e frustrou o que se havia programado para aquela ocasião. “Depois, a própria polícia desmentiu e nós também fizemos isso porque, afinal, se tivessem mesmo proibido, onde estaria a abertura?” indagou Mário Franco. Durante o show, aberto a todos, Mário, Marili, Rubinete e Omar vão se dividir na apresentação de músicas, intercaladas com “bate-papos”, depoimentos sobre gays e “coisas da nossa sociedade que, como você sabe, aparenta muita coisa que não é. Vamos apresentar um “show” para mostrar essa sociedade, sua vida e “paradas”, explicou Mário. Muita gente vai estranhar o fato de Rubinete estar conosco – afirmou Mário -, mas acontece que ele vai botar a boca no mundo e contar coisas inclusive de gente importante. Nós vamos dar nome aos bois.” De acordo com Mário, o show que se dirige “a compositores entendidos ou músicos que se adaptem ao movimento entendido. Vai ser do tipo LI, quer dizer: Louco e Irresponsável. Também vai ser um modo da gente fazer uma espécie de preparação para um show da Maria Bethânia, que também é entendida, a ser apresentado em Mosqueiro, dia 15. Pretendemos compensar, ainda o show que está sendo feito em Belém – Na Fresca da Noite –. Por outro lado, hoje, no Rampa Drink’s, será promovido o concurso Garota Belém, pela Associação Gay, que pretende repetir, com essa promoção, o sucesso alcançado pelo “Miss Pará” dos gays.”¹⁷⁰

Mário Franco, afirma que ao lado dele estarão outros dois que se apresentarão, Marili Velho, Rubinete Nazaré e Omar Teloni. E o jornal ressalta que os participantes nada tem de

¹⁶⁹ Obrigados a se movimentar no interior de uma rede de significados restritiva e marcada por fortes transversalidades, os “homossexuais” (“ativistas” ou não), seja involuntariamente, seja por razões estratégicas ao encaminhamento da agenda de reivindicações – necessidade de construção de uma rede de apoiadores externos que viabilizem seu encaminhamento –, por vezes reproduzem algumas das práticas desqualificadoras presentes na cultura na qual são formados. Em outras palavras, movidos pela necessidade de obter legitimação para suas demandas no âmbito do mesmo arcabouço de ideias e crenças que promove a sua desqualificação, terminam por operar com os mesmos códigos de significados que são reconhecidos pelo segmento portador do poder de legitimação (COLAÇO, 2009, p. 80).

¹⁷⁰ “Gays” de Belém promoverão o show “Frescuras na Ilha”. **A Província do Pará**, 16 de junho de 1979, p.10 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA)

“gay” ou “entendido”. Fazendo referência ao que dissemos anteriormente, sobre a necessidade de separação dentro dos próprios grupos identitários. Mário também diz que se de fato a polícia impedisse a manifestação, “onde estaria a abertura?”. O evento contaria com bate-papos, depoimentos e seria voltado para a comunidade gay ou para quem se identificasse com ela. Mário diz que o evento será Louco e Irresponsável e termina fazendo menção ao concurso Garota Belém que pretendia ter o mesmo sucesso do “Miss Pará Gay”. Nota-se que diferentemente das reportagens apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho e até mesmo algumas abordadas neste capítulo, que traziam frequentemente termos estigmatizantes, dessa vez o jornal usa os termos “entendido” e “gay”, ao se referir a Rubinete Nazaré. Outra questão importante, é o fato de a imprensa dar voz a esses sujeitos e de certa forma, promover o show, pois a reportagem está em um local de destaque da Província. Diferentemente das manchetes apresentadas no início deste trabalho, aqui vemos esses personagens dando entrevistas utilizando de artifícios para que suas lutas fossem ouvidas.

A próxima reportagem, que ganhou grande destaque nas páginas do jornal, fala sobre a prisão de Mário Sérgio Franco, o líder do Movimento Gay em Belém, que estava sendo acusado de estelionato e homicídio, e teria tentado fugir pela mata, na companhia de escoteiros. A reportagem estampa duas folhas do jornal, algo raro quando se trata sobre alguém pertencente a uma sexualidade dissidente.

“O articulador do movimento “gay” em Belém, Mário Sérgio Franco, 22 anos, residente à Avenida Conselheiro Furtado, 1923, Edifício Muirapiranga, apartamento 403, bloco C, foi preso nas matas do município de Santo Antônio do Tauá, em companhia de quatro menores, que seriam escoteiros. Mario Franco pediu ao delegado Rafael Bezerra Neto, que queria ser levado o mais breve possível para o presídio São José. Aquela autoridade policial escutou o que o preso disse, e perguntou: “se querias ir para o presídio, por que não te entregaste pacificamente, evitando que a polícia tivesse tantas despesas?” Mário Franco é estelionatário, pois passou dois cheques sem cobertura no valor de 4.200 cruzeiros. Os cheques foram dados para o comerciante Adolfo Moutinho de Rezende. Mário Franco, está incurso nas sanções punitivas do artigo 171, parágrafo 2º, inciso VI, do Código Penal Brasileiro. O promotor Américo Duarte Monteiro efetuou denúncia contra Mário Franco, em 23 de outubro do ano passado, onde relata com minúcias todos os fatos a respeito dos cheques (...) além disso, Mário Franco, também respondia um processo por uso de entorpecentes. O articulador do movimento “Gay” em Belém, Mário Sérgio Franco, está todo bronqueado, pois além de responder pelo processo de estelionato e entorpecentes, também responde por tentativa de homicídio. Ele tentou contra a vida do professor Klaus Keller há cerca de dois meses. Inclusive Mário Franco, tentando prejudicar Klaus, enviou uma carta para o diretor do curso Inglês Yankis, dizendo que o mesmo era comunista e que já havia sido preso político devido suas atividades subversivas. Carta com mesmo teor também foi encaminhada para a Universidade Federal do Pará, onde Klaus leciona. A intenção era acabar com a carreira de Klaus, e como não conseguiu com mentiras, tentou mata-lo. Mario Franco, depois que teve a informação que estava decretada sua prisão preventiva e que havia um mandado de prisão contra a sua pessoa, usando uma farda de escoteiro conseguiu sair de Belém, fugindo para o interior do Estado. O investigador Sandoval Sousa, da Delegacia de Entorpecentes, teve a informação e conseguiu prendê-lo. Mario Franco quando recebeu voz de prisão não

esboçou nenhuma reação, entregando-se sem qualquer problema, e na polícia ainda pediu para ir rapidamente para o São José.”¹⁷¹



Figura 13. A Província do Pará, Belém, 14 de julho de 1979. Fonte: Centur.

Diante disso, temos aqui os dois lados da moeda. De um lado, Mário, um homem negro, frequentador do gueto, e que provavelmente possuía uma personalidade mais escrachada. De outro, um homem branco que já morou na Europa, e por isso adota um nome estrangeiro, professor e pertencente à classe média. Duas vivências totalmente opostas e que por isso também tinham opiniões divergentes sobre como deveria funcionar o Movimento Gay em Belém. Mário pertencia a um público mais marginalizado e Klaus, tinha sua opinião vista como importante para o jornal.

¹⁷¹ “Gay” virou escoteiro. **A Província do Pará**. 14 de julho de 1979, p. 15- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Isto posto, o periódico coloca em bastante evidência a sexualidade de Mário e o fato de o mesmo pertencer ao movimento gay. Além de Mário estar sendo acusado de estelionato, e responder um processo por uso de entorpecentes, um fato primordial que devemos destacar, é que ele estava sendo acusado de tentar matar Klaus Keller cerca de dois meses antes e que teria tentado prejudica-lo em seus empregos, encaminhando cartas que afirmavam que Klaus seria comunista. No entanto, Mário não foi bem-sucedido em suas tentativas. Ele tenta escapar após o mandado de prisão, mas não oferece relutância no momento de sua captura. Cabe aqui ressaltar, que antes dessa manchete, o jornal não noticia qualquer atentado feito por Mário sobre Klaus e após essa manchete, tudo o que há sobre Mário, são notícias de que ele já foi transferido para o presídio, pelo menos até o período em que se finda o meu recorte temporal, não houve mais menção sobre a rivalidade dos dois. Pesquisei sobre o paradeiro de ambos atualmente e Mário está vivo, tentou se candidatar ao cargo de vereador de Belém algumas vezes, mas sem sucesso. Consegui encontrar o endereço de sua antiga sede de campanha, mas achei que seria invasivo de minha parte ir até lá para procura-lo. Tive acesso apenas ao site do Diário cidade, que fala das informações pessoais dele, como candidato a vereador. No período, Mário estava com 65 anos¹⁷². Além dessas, não consegui mais informações sobre ele, nem mesmo suas redes sociais. Mas ao pesquisar mais sobre Klaus, descobri que ele foi assassinado, em sua residência. Encontrei um trabalho que faz uma breve menção ao ocorrido, o “*Cidade Velha e Feliz Lusitânia: Cenários do Patrimônio Cultural de Belém*”, de Cybelle Salvador Miranda.

(...) mora hoje numa casa na Rua Pedro Albuquerque, ao lado da residência de um morador lendário do bairro – Klaus Keller -. (...) tinha o nome de batismo Caetano Reis; produzia fantasias carnavalescas para os blocos e lecionava inglês para os jovens no seu curso chamado Baby Talking. Foi assassinado no porão de sua casa, fato narrado por vários moradores que conviveram com ele. (MIRANDA, 2006, p. 152)

Encontrei também durante a minha pesquisa sobre Klaus, “*o Boletim do Grupo Gay da Bahia 1981-2005*”, editado por Luiz Mott¹⁷³, que reúne manchetes que envolviam homens gays do Brasil e da América Latina. Um dos trechos, destaca a violência cometida sobre as sexualidades dissidentes e destaca os nomes desses sujeitos que teriam sido vítimas de crimes de ódio e citam o nome de Klaus Keller.

Homossexuais assassinados [1979 – 1983]:

¹⁷² Para mais informações, vide: <https://www.diariocidade.com/pa/belem/eleicoes/2016/candidatos/vereador/mario-sergio-31060/>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

¹⁷³ MONTT, Luiz (editor). *Boletim do Grupo Gay da Bahia 1981-2005*. Salvador, Editora GGB/Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, 2011, 370 p.

102) Antonio Tarjano da Silva – 25 anos, rosto transfigurado pelas facadas, 22. 08.83, Belford Roxo, RJ, encontrado morto ao lado de outro gay (n.103).

103) Hélio Martino da Silva – 18 anos, enforcado com uma corda de cortina e perfurações no rosto com faca de cozinha, morreu junto com Antonio Trajano. 22.08.83, RJ.

104) Paulo Roberto Pinheiro Soares – cabeleireiro, amarrado pés e mãos e asfixiado com uma toalha, 34 anos, 20.08.83, RJ.

105) Klaus Keler – professor famoso por suas obras de caridade, católico fervoroso, morreu com duas facadas, 01.07.83, Belém. (MOTT, 2011, p. 144)

Contudo, é importante ressaltar que não foi Mário Franco o autor do assassinato de Klaus Keller. O assassinato teria ocorrido em 1983, embora o ano não faça parte do recorte temporal desta pesquisa, se tornou importante trazer o desfecho desse personagem, já que foi citado nas manchetes anteriores, e devido também a sua fama dentro da sociedade da época. Por conta disto, veremos a seguir, a manchete que saiu no *Diário do Pará*, sobre a morte de Klaus. A reportagem estampou a primeira página do jornal e fala sobre Klaus ter sido morto a facadas. Até o momento da manchete, não se sabe quem eram os suspeitos, e o jornal diz que a polícia está à procura.



Figura 14. *Diário do Pará*, Belém, 16 de junho de 1983, p. 1. Fonte: Hemeroteca Digital.

Outro ponto que precisamos destacar, é que após a notícia da prisão de Mário, não se falou mais sobre o Movimento Gay de Belém nas páginas do jornal. Não sabemos qual seria

por certo a raiz para a ruptura do movimento e o porquê sua existência não é do conhecimento das produções acadêmicas paraenses e o motivo para o seu desaparecimento. Porém, podemos agregar a ideia de Colaço (1984), de que o fechamento do Lampião, teria sido o estopim para a desmotivação de vários grupos gays existentes no Brasil.

“Muita gente se desiluiu com as crises internas do movimento e se desinteressou da participação. Uns procuraram enganjar-se em outros movimentos, outros passaram a lutar através de suas atividades profissionais, realizando pesquisas, publicando livros, escrevendo poesias, peças de teatro, etc. Mas ainda há aqueles que persistem no poder de realização dos grupos e seguem dando continuidade ao trabalho.” (COLAÇO, 1984, 65)

Não podemos afirmar quando a AGB começou e tampouco os motivos que estão por trás do seu fim, pois as possibilidades são as mais variadas, porém as fontes são limitadas e as bibliografias, como dito anteriormente, bastante escassas. De todo modo, cabe salientar a importância das pesquisas sobre a sexualidade e mais especificamente, sobre as sexualidades dissidentes continuarem crescendo no campo da historiografia, para que possamos cada vez mais ter acesso a história desses sujeitos, suas vivências e experiências, para assim construir narrativas acerca dos temas que pesquisamos. Como contribui Franco (2015):

“Desta forma é de extrema necessidade acadêmica recuperar a história e trajetória do Movimento LGBT de Belém do Pará a partir de diálogos com militantes que iniciaram politicamente este movimento na década de 1970 e 1990 e compreender como as reivindicações feitas outrora resultaram em políticas públicas na sociedade atual, sempre consideração a importante atuação de cada um desses militantes e movimento ao longo dos tempos no estado de Pará, compreendendo o que significava a luta por direitos LGBTs nas décadas de 1970 e 1990 a partir de entrevistas com a militância organizada identificando quais eram as agendas políticas do Movimento LGBT nestas décadas e compará-los com as demandas atuais, dos anos 2000 entendendo o papel das homossexualidades na capital paraense e quais eram as referências ideológicas dos militantes à época e atualmente.” (FRANCO, 2015, p. 16)

3.3 A Festa da Chiquita e os Espaços de Sociabilidade Gay em Belém

Ao longo dos anos 1970, vários foram os espaços de sociabilidade homossexual, que entraram em cena. Buscando fugir das amarras da repressão da Ditadura, e vivenciando a era da Revolução Sexual, esses sujeitos utilizavam-se de agências para não se manter sobre as sombras do preconceito e da moralidade. De acordo com Green (2000), dos anos 1969, até 1972 as sexualidades dissidentes enfrentaram momentos difíceis na busca por se sociabilizar, pois as batidas policiais eram frequentes em bares e boates, somente a partir de 1972 em diante que foi possível voltar aos ambientes sociais, quando começaram a funcionar com relativa liberdade.

“Os locais de entretenimento no Brasil, fossem de homossexuais ou não, continuaram a funcionar com relativa liberdade de 1972 em diante. As modernas saunas gays, como a For Friends, em São Paulo, e a Ipanema, no Rio de Janeiro, constituíram-se novos pontos de encontro homoeróticos. As discotecas atraíam uma grande clientela. Duas dessas populares boates, Sótão, no Rio de Janeiro, e Medieval, em São Paulo, estavam entre os lugares mais efervescentes da vida noturna dessas cidades. Embora os proprietários dos clubes eventualmente fossem pressionados pelas autoridades, o dinheiro da propina mantinha a polícia apaziguada. Essa contradição entre a atmosfera política geral e a ampliação do espaço gay parece contrariar a lógica. Seria de esperar que um governo militar de direita, que censurava peças consideradas “subversivas” ou que violavam “a moral e os bons costumes” também fosse fechar os clubes gays. Mas isso não ocorreu.” (GREEN, 2000, p. 398)

Durante esse período, espaços de sociabilidade voltados para o público gay, principalmente para a classe média, como dito anteriormente, a década de 1970 também foi o momento onde diferenciações entre “bicha”, “gay” ou “entendido” começaram a se expandir cada vez mais e com a criação de saunas, boates, bares e cinemas voltados para esse público. E mesmo que fosse um período ditatorial, a polícia geralmente não fechava ou impedia a manutenção desses lugares¹⁷⁴, exceto se houvesse alguma denúncia ou “perturbação” da ordem. E em Belém, não foi diferente. Como nos conta o Professor Afonso Medeiros:

“Em termos de entretenimento, de divertimento, frequentávamos, a crocodilo que na época era a única boate que existia em Belém, era uma boate que existia na Alcindo Cacela, era um terreno alagado, e era lá que as coisas rolavam. (...) na crocodilos, você encontrava alguns heteros, sobretudo os que gostavam de dançar e nessa época foi cunhado o termo GLS, gays, lésbicas e simpatizantes. Então havia os heteros que se diziam simpatizantes, iam pra dançar, e claro, no meio tinham aqueles que queriam parecer heteros mas que na verdade eram gays. Enfim, lá era o único lugar que dava para ser, digamos, relaxar [...]”¹⁷⁵

A boate Crocodilo ou Camaleão, mencionada pelo professor Afonso, era um dos espaços de sociabilidade que existiam em Belém, no final dos anos 1970 e em meados dos anos 1980 e 90, além desse espaço, também existiam a boate “Woodstock” e a “Rito Drink’s”, todas em lugares periféricos¹⁷⁶, contudo como foi destacado pelo Professor Afonso, eram lugares com os quais esses sujeitos se sentiam livres, sem medo de ser quem eram. Como afirma Ribeiro (2012):

(...) viver uma “sexualidade deteriorada” na cidade é possível porque existem lugares de segurança, lugares onde essas sexualidades possam ser vividas e visibilizadas sem constrangimentos. E ainda mais, é possível porque existem pessoas que compartilham

¹⁷⁴ As disputas da censura nos anos 70 estavam circunscritas em larga medida às expressões literárias e artísticas que os militares encaravam como um desafio direto à política do regime ou à moralidade pública. Sob esse aspecto, o território social das casas de banho e pistas de dança era relativamente insignificante. (GREEN, 2000, p.399)

¹⁷⁵ Afonso de Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

¹⁷⁶ A Boate “Camaleão” situava-se na rua Bernardo Sayão no bairro do Jurunas, a “Ritos Drinks” estava em Icoaraci distrito de Belém, a Boate “Crocodilo” era na rua Alcindo Cacela no bairro da Cremação, e um clássico da noite a Praça da República no bairro da Campina todos os bairro citados por volta da década de 80 e 90 eram áreas periféricas e mau vistas, consideradas com um alto índice de periculosidade. (DEUS et al, 2012, p. 6)

das mesmas experiências, com relação à sexualidade. Esses “espaços de segurança” compõem o circuito GLS da cidade, onde englobo tanto os espaços dos bares, boates e afins. (RIBEIRO, 2012, p. 3)

De todo modo, esses ambientes serviam como uma espécie de refúgio e mesmo que por muitas vezes, não fossem o principal alvo de perseguição da Ditadura, alguns setores da sociedade civil e moralista, por vezes se incomodavam com a existência desses espaços¹⁷⁷. Porém, esses espaços, seus idealizadores e frequentadores não deixavam de utilizar estratégias para permanecerem de pé. Sobre esses pontos de encontro de homossexuais, Eloi Iglesias nos conta:

“Na década de 70 as coisas começam a apertar que é quando a gente começa ter mais essa noção de movimento, e começa a ter mais noção do que tá acontecendo, porque você não podia reunir, antes você passava no bar do parque e o Bar do Parque era o grande ponto de encontro das “bactérias”, hoje em dia ele tá muito asséptico, tu não vê a cara da escória, é tudo muito limpinho mas no fundo a gente sabe que no fundo não é, nisso tudo se esconde muita pobreza, uma zona de meretrício no centro da cidade.”¹⁷⁸

O Bar do Parque, era outro importante ponto de encontro na época, como também nos conta o professor Afonso:

“(…) eventualmente no Bar do Parque, reunidos ali, final da noite, artistas, atrizes, atores, intelectuais, jornalistas, enfim. Se via uma outra cena muito rara, porque ali ao redor do bar do parque se convivia muito com as prostitutas e os travestis e também era um ambiente bastante liberal, pelo menos do ponto de vista dos artistas e intelectuais, desse pessoal que frequentava. Porque realmente o bar do parque, era um lugar democrático, mesmo na época da Ditadura. Quando eu digo isso, seria final dos anos 70 e início dos anos 80, não sei antes disso. (...) . Esses eram os espaços sociais e públicos que a gente frequentava. Mas claro, existiam os ambientes privados, casa de algum amigo e etc, onde a gente se reunia, com os amigos gays e também bastante misturado, gays, héteros mas assim, em espaço público, que eu me lembre, só nesses dois lugares.”¹⁷⁹

Como mencionado no capítulo anterior, de acordo com Telma Amaral Gonçalves (1989) e Milton Ribeiro (2012), o Bar do Parque e a Praça da República, se caracterizavam como sendo importantes núcleos de sociabilidade do público gay durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente à noite, quando as travestis também frequentavam o local, caracterizando o local também como polo de prostituição. A praça, que também agrega o bar, ficam no centro da cidade de Belém e portanto, também se caracteriza por um espaço de bastante visibilidade,

¹⁷⁷ Embora no geral os entretenimentos e pontos de lazer dos gays não fossem molestados pelo regime, algumas demonstrações de efeminação fora do período carnavalesco suscitavam protestos de setores conservadores da sociedade. (GREEN, 2000, p. 399)

¹⁷⁸ Eloi Iglesias, 66 anos. Entrevista realizada em 02 de junho de 2021.

¹⁷⁹ Afonso de Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

e que permanecem sendo frequentados não só pelas sexualidades dissidentes, mas também pelas sociedades hegemônicas até os dias de hoje.

Outro espaço não apenas de sociabilidade, mas de cultura, lazer, liberdade e também um espaço político e de luta, que ocorria na Praça da República é a Festa da Chiquita, nascida em meados de 1975, no seio da Ditadura Militar, que surgiu como uma possibilidade de sociabilidade, divertimento e organizacional, para as sexualidades dissidentes, mas também bastante frequentada pelas sexualidades hegemônicas. A Festa da Chiquita, segundo o documentário *Filhas da Chiquita* de 2004, nasceu como um bloco de carnaval e reunia artistas, boêmios, intelectuais, jornalistas e “simpatizantes”. Contudo, em meados de 1978, a festa passa a acontecer durante o sábado de traslado do Círio de Nazaré¹⁸⁰, a festa acabou se tornando o ponto de partida para o surgimento organizações políticas. De acordo com Ribeiro (2012):

Iniciada entre os anos de 1975 e 1976, como o nome de “Festa da Maria Chiquita”, ela reunia um grupo de boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos, curiosos, etc. No entanto, era apenas um bloco carnavalesco. Porém, a partir de 1978, ano em que a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças na estrutura e organização, a Chiquita transformou-se num dos eventos não-religiosos que fazem parte do calendário de comemorações religiosas do Círio de Nazaré. (RIBEIRO, 2012, p. 199)

A importância da Festa da Chiquita, como espaço de sociabilidade, de uma busca por liberdade, mesmo as sombras a Ditadura Militar, também é contada por nossos interlocutores, que vivenciaram essa efervescência. O professor Afonso, estudante na época, via a festa como um espaço de inclusão necessário. Elói Iglesias, que foi um dos organizadores da festa e assumiu sua diretoria nos anos 2000, encara a festa como uma virada de chave para as sexualidades dissidentes. Sobre a sua experiência na Festa da Chiquita, o professor Afonso nos conta:

“As festas da chiquita, as primeiras festas da chiquita já eram uma espécie de espaço liberalizado e ali a gente já começava a ver, dois homens se abraçando (...) A festa da chiquita era pra todo mundo, mas a comunidade lgbtqia+ era a mais preponderante, aliás a festa da chiquita nasceu mesmo com esse intuito. (...) Foi uma festa que originalmente começou a ser organizada por jornalistas, gays e não gays e dada a irreverência da coisa, ligada muito ao carnaval, então, eu não me lembro disso, ao contrário, era bem liberal. Há de se considerar também, que na época não tinha polícia municipal, naquele perímetro ali da Praça da República. A polícia que passava por ali era a polícia estadual. E tinha um deboche né? Das travestis... elas diziam assim: - “ah, fulano”, -se referindo a um militar -, que não venha com frescura não, eu sei quem é ele!” Também tinha o fato de que as primeiras festas da chiquita era muito a questão regional, né? Nas primeiras festas da chiquita, diferentemente do que se vê hoje, não era essa rave que a gente vê hoje, não tinha uma trilha sonora gay, que hoje se caracteriza como gay, não era trilha sonora nem nas boates gays, que era uma trilha

¹⁸⁰ A mais importante manifestação católica/religiosa paraense, que ocorre durante o mês de outubro na cidade de Belém.

sonora mais disco, mais pop, enfim. Era uma trilha sonora ligada ao local, ao carimbo, então tinha essa coisa. Tinha a chegada do veado de ouro, era todo um deboche e tal e a festa estourava depois que a santa passava, em respeito, como é até hoje, né? Não se faz antes da santa passar.”¹⁸¹

Portanto, podemos perceber que a Festa da Chiquita, se caracterizava por um ambiente bem liberal e de uma sociabilidade escrachada, que até então não era vista na sociedade paraense, pois o comum era que esses sujeitos ficassem escondidos nos guetos¹⁸², longe dos olhos julgadores e da repressão da Ditadura Militar. Mas a Festa da Chiquita, veio para contrapor essas definições, de uma maneira debochada e autêntica, utilizando de agências e lutando contra a invisibilidade imposta pelo período ditatorial. E essa invisibilidade, é percebida nos jornais da época, - ao menos nos três jornais que compõe essa pesquisa – em nenhum momento é citado nas reportagens a existência da festa, tampouco suas características e seus organizadores. Dessa forma, podemos presumir que não existia a intenção de que a festa fosse de conhecimento de toda a sociedade. Como afirma Rubin (2012):

Uma vez nas cidades, populações eróticas tendem a se nuclear e a ocupar um território regular e visível. Igrejas e outras forças contra o vício constantemente pressionam as autoridades locais para conter tais áreas, reduzir sua visibilidade ou dirigi-las para fora da cidade. Existem repressões constantes nas quais os esquadrões locais do vício são soltos na população que controlam. Homens gays, prostitutas e algumas travestis são suficientemente numerosos e territoriais para se engajarem em confrontos intensos com os policiais na garantia de determinadas ruas, parques e becos. (RUBIN, 2012, p. 34)

Talvez, por se caracterizar por um período de censura, qualquer menção da imprensa ao evento, poderia ser caracterizado como apologia ou incentivo. Desse modo, apenas os relatos orais e o documentário, nos dão um aparato do que foi a festa, a partir da perspectiva daqueles que a vivenciaram de fato, no início de sua história¹⁸³. Sobre suas vivências na Festa da Chiquita, Elói Iglesias nos fala:

“A festa da chiquita começa a vim como bloco aqui na década de 70, depois virou uma festa bem maior. Tinha também o protesto a favor dos padres, toda essa questão do círio, e tinha um cara que falava muito mal dos gays, que era o oliveira bastos, ele era gay, e por isso o nome do troféu era oliveira bastos, que era o veado de ouro, só que depois da reforma... porque a festa se iniciou com um grupo de pessoas, de intelectuais, de artistas. (...) o bloco das filhas da chiquita, a bandeira era um cacho de banana todas no formato de pica e as pessoas viam aquilo e ficavam enlouquecidas. E tu via todo tipo de gente, gente rica, gente pobre, era tudo junto e misturado, a ideia era ter um encontro de amigos, se reunir ali no parque pra beber e jogar conversa fora.

¹⁸¹ Eloi iglesias, 66 anos. Entrevista realizada em 02 de junho de 2021.

¹⁸² Não se podia também esquecer o então chamado “gueto homossexual”, também apelidado de “mivimentação homossexual” (...) consistia tipicamente numa área central onde certos bares, saunas, discotecas, banheiros públicos e parques serviam como ponto de encontro para homossexuais. (MACRAE, 2018, p. 46)

¹⁸³ A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. (POLLACK, 1987, p. 207)

A festa da chiquita acaba tendo um aspecto diferente das paradas, porque ela tem mais um aspecto que a gente quer mostrar que a gente é filho de deus, que a gente também é filho da mãe. A festa da chiquita traz o profano mas que nem é tão profano, só que as pessoas acabam achando o que elas querem. A festa da chiquita não foi feita pra incomodar, mas as pessoas se incomodam.”¹⁸⁴

De acordo com Eloi, Oliveira Bastos, era paraense e escrevia em um jornal de Brasília, o *Correio Brasiliense* criticando a festa e seus participantes, mesmo que o mesmo se identificasse como homossexual, tinha total repúdio pela festa¹⁸⁵. Isso acontecia bastante dentro desses próprios grupos, como dito anteriormente, havia os “entendidos”, que gostavam de permanecer discretos e julgavam aqueles que não se encaixavam no mesmo “padrão”¹⁸⁶. Queremos destacar a frase de Eloi que diz que “a festa da chiquita não foi feita para incomodar, mas as pessoas se incomodam.” Essa frase nos remete as inúmeras vezes em que os organizadores da festa, precisaram lidar com vários órgãos administrativos de Belém, que alegavam que a manutenção da festa seria inviável. Como afirma Ribeiro (2012):

Existem outras tensões que precisam ser resolvidas ano após ano para a manutenção da Chiquita, e não só a que envolve a Diretoria da Festa de Nazaré, mas a que envolve a Secretaria de Urbanismo de Belém (SEURB), o Departamento de Polícia Administrativa (DPA) e outros órgãos da administração metropolitana que alegam alguns problemas para a manutenção da Festa, como: o consumo de bebidas alcoólicas responsável por deixar a Praça da República. (...) Apesar da visibilidade das pessoas LGBT na Festa da Chiquita, da frequência cada vez mais “tolerada e permitida” em boates, bares, saunas, cinemas, clubes e festas e do fortalecimento dos contatos (...) existe uma intensa manifestação no sentido contrário, externalizada em atos do que podemos chamar de homofobia institucional, como os descritos acima, operados por indivíduos e instituições contrárias às manifestações homoeróticas, isto é, a quaisquer divergências em relação às combinações impostas como “naturalmente determinadas” colocando os sujeitos que a expressam em lugar de desvantagem social. (RIBEIRO, 2012, p. 200)

Desse modo, podemos entender que embora existisse um cenário de censura, de moralidade e de aversão as sexualidades dissidentes, em nenhum momento esses sujeitos “aceitaram” viver sobre as margens da sociedade, sempre se utilizando de mecanismos e agências para manter seus espaços de sociabilidades e de trocas, criando seus pertencimentos, fugindo do ostracismo pregado por vários setores da sociedade civil. Por conta disso, esses

¹⁸⁴ Eloi iglesias, 66 anos. Entrevista realizada em 02 de junho de 2021.

¹⁸⁵ No início da manifestação na década de 1970 foi criado o prêmio veado de ouro, no qual consistia numa miniatura de um veado dourado entregue a personalidades LGBT“s e cidadãos que faziam parte da conjuntura de enfrentamento à homofobia em Belém. A premiação (troféu) surgiu a partir da relação de intensos conflitos com o jornalista: Oliveira Bastos, cujo dissertava diversas críticas a manifestação, de cunho intolerante e homofóbico. (ROZÁRIO, 2016, p. 73)

¹⁸⁶ Por outro lado, mesmo entre homossexuais, as chamadas “bichas pintosas” – os homens muito efeminados – sofrem muita discriminação por parte daqueles que internalizaram os preconceitos da sociedade, extravasando-os sobre os indivíduos que veem como mais escandalosos cuja companhia pode ser comprometedor. (MACRAE, 2012, p. 54)

espaços foram e são extremamente importantes para a construção das homossexualidades, que por muitas vezes, esses sujeitos sentiam-se acuados a demonstrar qualquer afetividade em público, por medo da violência não só do Estado, mas da sociedade, que tanto os menosprezava¹⁸⁷. Tendo em vista isso, é importante que esses espaços continuem a crescer e que as pesquisas historiográficas abordem cada vez mais sobre os espaços de sociabilidade das sexualidades dissidentes.

¹⁸⁷ O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual, tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto. (MACRAE, 2012, p. 58)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, gostaríamos de destacar, que esperamos ter passado ao leitor, as ideias propostas na introdução deste trabalho, salientando a importância das pesquisas em torno da sexualidade e do quanto precisamos ampliar esse leque dentro da Historiografia, pois como destacamos anteriormente, ainda são poucos os trabalhos no campo da sexualidade durante o período da Ditadura civil-militar que foram produzidos pela região Norte. E destaco também a importância de pesquisadores nortistas adentrarem nessas temáticas, para que não fiquemos sempre presos ao eixo Rio-São Paulo. Precisamos incorporar mais trabalhos da região Norte em nossas pesquisas.

E essas nuances são percebidas na dificuldade de dialogar com autores locais, pois são pouquíssimos os que abordam o tema. Entretanto, cabe enfatizar, que até mesmo a nível nacional, as pesquisas sobre sexualidade, sendo mais precisa, sobre as sexualidades dissidentes, ainda são pouco difundidas se comparado com outros temas mais amplos, como a escravidão e as pesquisas ligadas ao eixo político da ditadura – comunismo x capitalismo – todavia, esperamos que de alguma forma, este trabalho tenha contribuído para a academia e para o campo historiográfico.

O ofício do Historiador, é justamente quebrar barreiras, manter-se curioso e vigilante acerca de seu objeto de pesquisa e dos rendimentos que o mesmo pode lhe dar, nos possibilitando um novo olhar, uma nova perspectiva, nos fazendo encarar diferentes ângulos e variações de abordagens. E ao utilizarmos dos conceitos fomentados por outras áreas de conhecimento, podemos entender de uma forma mais ampla as interfaces que cercam o nosso objeto de pesquisa.

A respeito deste trabalho podemos concluir, através das bibliografias apresentadas e das fontes analisadas que as sexualidades dissidentes, foram tachadas de repressões, perseguições, prisões e ostracismos. Além de serem frequentemente estigmatizadas pelos discursos da grande mídia, que compactuavam com as tentativas de invisibilização desses sujeitos, como tentativa de “dessexualizar” esses grupos identitários e apagar as suas vivências. Esperamos ter conseguido passar de forma clara, a relação da sociedade com práticas cristãs-conservadoras, que se alinharam as ideologias de moralidade e controle da Ditadura, criando assim uma Ditadura Civil-Militar, onde muitos dos discursos proferidos pela Ditadura, tinham o apoio da sociedade. Discursos estes, que se apoiavam constantemente nos conceitos biológicos.

Podemos entender também que a censura e o modo agressivo com que esses grupos eram tratados, não mudou conforme o processo de “reabertura” foi se difundindo, pelo contrário, as tentativas dos aparelhos repressivos de calarem esses sujeitos, continuavam existindo e das mais variadas formas. Os estigmas sociais bastante estampados nas páginas dos jornais, criaram no imaginário social, um ser homossexual e travesti, anormal, patológico e desviante. Utilizando muitas vezes dos discursos médico-legais, reportando esses grupos como seres que precisavam de “cura” e “ajuda”.

Cabe aqui relembrar também, que haviam conceitos pré-estabelecidos dentro dos próprios grupos identitários, se caracterizando como “bicha”, “boneca”, “machão”, “gay”, “entendido” e a dicotomia passivo/ativo. Nos fizeram pretender, que dentro dos próprios grupos, havia um ambiente separatista, ligado muitas vezes ao preconceito com as bichas efeminadas e periféricas, pelos “entendidos”, que acreditavam que a discriminação é que era a chave para tudo. Podemos ver essa relação nas reportagens de Ney e nas de Klaus, mais especificamente, embora muitas outras dentro deste trabalho tragam bastante esta relação.

Vimos também, que apesar das represálias instauradas pela Ditadura Militar e pela sociedade civil, esses sujeitos a todo momento estavam reivindicando a sua participação na sociedade, dentro dos espaços de sociabilidade, como a Festa da Chiquita, um ato público voltado ao público dissidente, mesmo no seio do governo ditador. Que em nenhum momento se deixou abater por ameaças de proibição, tanto que permanecem dando mais alegria ao Círio de Nazaré, até os dias de hoje. Além dos outros espaços de sociabilidade, que continuam reverberando na capital paraense, como o Bar do Parque e a Praça da República.

Nos deparamos com uma fonte inusitada, que nos levou a descobrir que já havia uma tentativa de formação do Movimento Gay em Belém, no final dos anos 1970 e que faziam até passeatas, reuniões e entregavam panfletos, de uma maneira que nos mostra que era de fato uma organização com fins políticos. Mas que acabou findando, por motivos que ainda não somos capazes de responder. Apesar do Movimento Gay em Belém, tenha ganhado mais repercussão e se consolidado na década de 1990, houveram tentativas de uma organização política homossexual, já nos finais dos anos 1970, como apontam as fontes citadas.

No que diz respeito a metodologia, esperamos que as fontes jornalísticas tenham sido bem especificadas e que o uso da história oral com os depoimentos dos interlocutores selecionados, tenham proporcionado ao leitor, um maior entendimento acerca do tema e das questões em volta dele. Fica aqui exposto, que pretendíamos analisar os documentos do CMA – Centro de Memória da Amazônia. Porém, os documentos da década de 1970, até o fim de

minha pesquisa ainda não tinham sido higienizados. No mais, há sempre um leque de possibilidades a serem exploradas, e não descartamos nenhuma delas. Pois a pesquisa foi feita apenas na capital paraense, mas há diversas possibilidades se pensarmos nas outras cidades do Estado, e como a Ditadura Militar agia com as sexualidades dissidentes desses locais, e como a imprensa local, relatava o assunto. Além disso, ampliar a pesquisa para que as mulheres lésbicas possam ser incluídas, pois as produções que falem sobre as mesmas, são ainda mais escassas do que as sobre a homossexualidade masculina e as travestis. Mas essas são premissas que poderemos incluir em trabalhos vindouros.

No entanto, cabe ressaltar que não pretendíamos com este trabalho, preencher todas as dúvidas e lacunas sobre as sexualidades dissidentes e tampouco ser detentores de uma verdade histórica ou de uma pesquisa totalmente pronta e acabada. Mas pretendíamos sim, de alguma maneira contribuir para as pesquisas sobre este tema e posteriormente, nos aprofundar mais nas questões abordadas neste trabalho. Como a criação e extinção da AGB, por exemplo. E a história de Klaus Keller, que me despertou uma imensa curiosidade. Sabemos que os desafios para quem trabalha com periódicos e com o período da Ditadura Militar, são infinitos, mas cabe ao historiador justamente desvendar esses enigmas.

FONTES

a) Jornais

Ambiguidade sexual não é “doença”. A Província do Pará. 10 de setembro de 1978 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

ANDRADE, Theophilo de. **Crime Contra a Natureza.** A Província do Pará, Belém/PA, 28 agosto. 1970. Caderno 3, p. 5 – Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Assassino de “Carlota” já está na prisão. A Província do Pará, 14 de março de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Ausência de “Gays” frustrou primeira manifestação pública. A Província do Pará, 22 de maio de 1979, p. 10 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Briga de “Bonecas” termina em esfaqueamento na cremação. A Província do Pará, 23 de janeiro de 1980, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Carlotinha” foi denunciado como “boqueiro” e preso. A Província do Pará, 25 de março de 1979, p. 9 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA

Censura contra Travestis. A Província do Pará, Caderno 1, 1971, p. 2. – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Delegado vai fechar Bordel. O Liberal, Belém/PA, 27 de fevereiro de 1973, p. 6 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Dupla de homossexuais faz assalto na passagem Umariz – O Liberal, 12 de maio de 1972, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Dois Enxutos passam a ser assaltantes. Jornal Folha Vespertina, 19 de maio de 1971, p. 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Fla-gay” vai ser barrada no Maracanã. O Liberal, 13 de outubro de 1979 Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PARÁ.

Futebol carioca vai ter sua primeira torcida “gay”. O Liberal, 20 de outubro de 1979 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Gabriela” sentiu o espeto de ferreiro. A Província do Pará, 09 de agosto de 1978, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Gay” virou escoteiro. A Província do Pará. 14 de julho de 1979, p. 15- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Gays” de Belém promoverão o show “Frescuras na Ilha”. A Província do Pará, 16 de junho de 1979, p.10 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Homens Poderão ser mães. A província do Pará, 23 de maio de 1979, p. 6 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Homossexual transforma vila em inferninho. Folha Vespertina, Belém/PA, 16 de setembro de 1970, p. 7 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Homossexual Esfaqueou o Amigo. A Província do Pará, 12 de junho de 1980, p. 15 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Homossexuais também viraram assaltantes no Guamá. Jornal Folha Vespertina, 19 de maio de 1971, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

I Encontro de Homossexuais não permite fotografias. A Província do Pará, 6 de abril de 1980 - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Jasmine” e “Cocota” agrediram os irmãos. O Liberal, 26 de agosto de 1978, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Juiz contra casamento de Homossexuais. Jornal Folha Vespertina, 06 de outubro de 1970, p. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Juiz vai decidir sobre a prisão do matador de “Carlota”. A Província do Pará, 14 de março de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Ney Matogrosso. A Província do Pará, Belém, Pará, 23 março, 1974. Coluna do Chacrinha, Caderno 6, p. 5. – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Ney Falafino Matogrosso e o casamento. A Província do Pará, 18 de abril de 1976, p. 10. -- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Muita gente foi ver, mas “gays” não apareceram. A Província do Pará, 22 de maio de 1979, p. 1- Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Seminário Homossexual em São Paulo. – O Liberal, 17 de julho de 1973, p. 4, caderno 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Seminário Condena a Marginalização do Homossexualismo – O Liberal, 20 de julho de 1973, p. 5, caderno 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Sexo e Morte! Homossexualismo, Problema Sério. A Província do Pará, 11 de maio de 1976, p. 11– Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Show” com travestis. A Província do Pará, 16 de abril de 1976, p. 6 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Pegou “santo”, enamorou-se do policial e levou surra. – A Província do Pará. 25 de maio de 1975. P. 13. 3 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Pescador no mosqueiro emasculou seu ofensor. O Liberal, Belém/PA, 5 de janeiro de 1970, p. 3, caderno 2 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Polícia acabou com a escolha de “Miss Enxuto” em Fortaleza. - Jornal Folha Vespertina, 31 de julho de 1971, p. 1 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Polícia põe fim a orgia de Enxuto. Folha Vespertina, Belém/PA, 8 de fevereiro de 1971, primeira página. - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Polícia Prende “Vanderléa” que furta peruca. A Província do Pará, 05 de abril de 1976, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Preso sem documento diz que não é enxuto. O Liberal, Belém/PA, 18 de agosto de 1974, p. 21, caderno 2 - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Proposta Indecorosa. O Liberal, 25 de outubro de 1979, p. 23 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Sexo e Morte! Homossexualismo, Problema Sério. A Província do Pará, 11 de maio de 1976, p. 11– Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Travestis fizeram show na delegacia. – A Província do Pará, 18 de janeiro de 1976, p. 13 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Travesti” é esperado com 12 mulheres. Folha Vespertina, 26 de agosto de 1971, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Travesti” foi barbaramente assassinado no hotel que residia. A Província do Pará, 09 de agosto de 1979, p. 4 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

“Travestis” querem Bailar. A Província do Pará, caderno 2, 1971, p. 1. - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Universitário desmente casamento entre homens. A Província do Pará, 9 de agosto de 1978, p. 16 – Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

Vingou a Honra Cortando o Mal pela Raíz. Folha Vespertina, Belém/PA, 5 de janeiro de 1970, primeira página - Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR. Belém/PA.

Klaus Keller e o Movimento Gay. A Província do Pará, 25 de maio de 1979, jornaleco - Biblioteca Pública Arthur Viana, CENTUR. Belém/PA.

b) Entrevistas

Afonso de Medeiros. Entrevista realizada em 05 de maio de 2021.

Eloi iglesias, 66 anos. Entrevista realizada 02 em junho de 2021.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Luiza Aguiar dos. **“VÔLEI MASCULINO É PRA HOMEM”**: REPRESENTAÇÕES DO HOMOSSEXUAL E DO TORCEDOR A PARTIR DE UM EPISÓDIO DE HOMOFOBIA Movimento, vol. 21, núm. 1, enero-marzo, 2015, pp. 11-23.

ALMEIDA, Eduardo Alberto de. **Os gueis na Ditadura Civil-Militar brasileira**: existências. Aedos, Porto Alegres, v. 11, n. 24, p. 62-79, Ago. 2019.

BARATA, Ronaldo. **Cem dias quarenta anos depois**. In: NUNES, André Costa et.al. 1964 – Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará. Belém: Edição dos autores, 2004. pp.119-149.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BARROS, José D’ Assunção. **Fontes Históricas**: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BICALHO, Renata de Almeida; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. **Violência Simbólica e Homossexualidade**: Um Estudo em Capitais Brasileiras. XXXIII Encontro ANPAD, São Paulo, 19 a 23 de dezembro de 2009, p. 16.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. “Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In. LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.

_____. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Criticamente Subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. M. Sexualidades Transgresoras: una antología de estudios queer. Barcelona: Icária, 2002a, p. 55-79.

CAVALCANTE, Antônio Simão. **SER‘TÃO’ TRAVESTI**: NARRATIVAS DE GÊNERO, SOBREVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DAS TRAVESTIS DO SERTÃO CENTRAL CEARENSE. Dissertação de Mestrado, 2018, p. 195.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma opinião sobre as representações sociais.** In: Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, 9-29.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira.** In: Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, 227-249

CARRARA, S. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *Mana*, v. 21, n. 2, p. 323-345, ago. 2015.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira.** Cad. Pagu [online]. 2007, n.28, pp.65-99.

CARVALHO, Marília Miranda Alves de - **Imprensa, homossexualidade e Ditadura Civil-Militar: Uma análise da Seção “Cartas na Mesa” do Jornal Lâmpião da Esquina.** Recife, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **“História Intelectual e História das Mentalidades: Uma Dupla Reavaliação.** In: **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** São Paulo: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia: A História entre certezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CODATO, Adriano Nervo. **UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: DA DITADURA MILITAR À DEMOCRACIA.** REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 25: 83-106 NOV. 2005.

COLAÇO, Rita. **Uma Conversa informal sobre homossexualismo.** Rio de Janeiro: Do autor, 1984.

COLAÇO, Rita. **Memórias e histórias das homossexualidades.** Dissertação de Mestrado, 2009, 238 p.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EDUFSCAR, 2015, p. 27-52.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa.** Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** HISTÓRIA ORAL, 6, 2003.

DEUS, Amadeu Lima; et al. **MEMÓRIA E LAZER: AS MUDANÇAS NOS ESPAÇOS DE ENCONTRO GLS EM BELÉM DO PARÁ**. VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências / UFBA. Salvador – BA, 2012.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira & FÍGARI, Carlos Eduardo (Orgs). 2009. **Sexualidades Dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond.

DIAS, Camila Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: Expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. – Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 304.

FERREIRA, Paulo Roberto – **“A Imprensa e o Golpe Militar de 1964”**. Belém, 2007.

FERREIRA, Jorge. **“Não à guerra civil”**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. O Golpe: militares e civis na trama de 1964. Ano 7, nº83, agosto 2012. Rio de Janeiro (dossiê O Golpe de 64).

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Orgs. Maria Paula Araujo, Carlos Fico, Monica Grin. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

FICO, Carlos. **“Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política”**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **“A pluralidade da censura das propagandas da ditadura”**. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: Editora Edusc, 2004.

FOUCAULT, Michael. In: **A História da Sexualidade**, V2. 1ª ed. São Paulo/SP. Graal, 2010.

_____. **Ditos e Escritos**. Vol. III. Rio de Janeiro, Forense Universitária: 2009, p. 490.

_____. **Os Anormais: curso no Collège de France, 1974-1975**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Tradução: J.H Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2015. v. 1 de 3.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRANCO, José Luiz de Moraes; GONTIGO, Fabiano. **Memórias do Movimento LGBT: da sociedade Mattachine ao Estado do Pará, a conquista de direitos e suas demandas sociais**. 2015.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** - Sao Paulo, Abril Cultural Brasiliense, 1985.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver: Identidade e Política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro, Zahar: 1982

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** / Carlo Ginzburg; tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Estigma.** Rio de Janeiro: LTC, 2012, p. 11-13.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019

GREEN, James N. & QUINALHA, Renan. (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EduFSCar, 2014.

GREEN, James. “**Who is the Macho Who Wants to Kill Me?**”: Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s,” *Hispanic American Historical Review*, v. 92, no. 3 (August 2012): 437-69.

GOLDENBERG, Mirian. **De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. v.1. 189 p.

GONÇALVES, Telma Amaral. **Homossexualidade – representações, preconceito e discriminação em Belém.** Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais). Belém. UFPA, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais,** IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59

Inter-American Commission on Human Rights. **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais ; OEA/Ser.L) OEA/Ser.L/V/II. Doc.36/15 Rev.1)

KINZO, Maria D’Alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979).** São Paulo: Vértice, 1988.

LE GOFF, Jacques. “**Documento/Monumento**”. In: **História e Memória.** 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.525-541.

LUCCA, Tânia Regina de. “**História dos, nos e por meio dos periódicos.**” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

LOPES, Rodrigo Cruz. **Da censura ao camburão: a regulação da homossexualidade na ditadura civil militar brasileira.** *Tematicas*, v. 28, n. 56, p. 231–254, 13 dez. 2020b.

LOURO, Guacira Lopes. – “**O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**”. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs). **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. Petrópolis, Vozes, 2003.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990

MACRAE, Edward J. B. N. **Em Defesa do Gueto**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 2, n.1, p. 53-60, 1982

MARTINELLI, Leandro da Silva. **“Um gay power à brasileira”**: Veja e a representação dos homossexuais em meados de 1977. Edos – Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 164-188, Ago. 2019

MARCELINO, Douglas Átila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (mestrado em História Social) — Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MASSARANI, Luisa; SEIXAS; Netília Silva dos Anjos; CARVALHO; Vanessa Brasil de. **A ciência nas páginas da Folha do Norte: um olhar ao longo de oito décadas**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 283-300 jul | dez 2013.

MEIRELLES, Rodrigo; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **O preventivismo e os homossexuais no contexto da ditadura militar brasileira: uma análise a partir das contribuições de Sérgio Arouca**. Botucatu, 2020.

Mílton Ribeiro da Silva Filho e Carmem Izabel Rodrigues, « **Na rua, na praça, na boate** », Ponto Urbe [Online], 11 | 2012, posto online no dia 01 dezembro 2012, consultado o 19 abril 2021. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/365> ; DOI : 10.4000/pontourbe.365

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: Cenários do Patrimônio Cultural de Belém**. Belém, 2012.

MONTEIRO, Nayara Clênia Farias. **Anos de Chumbo: A Influência da Ditadura Militar nos Programas da TV Borborema**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **“1964 : História do Regime Militar Brasileiro”**. São Paulo: Contexto, 2014.

PELÚCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti**. Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, p. 229.

PERES, Wiliam Siqueira. **Travestis Brasileiras: Construindo identidades cidadãs**. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades** / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.].

- Rio de Janeiro: Garamond, 2005 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

PITKIN, Hanna Fenichel. **Representação: Palavras, instituições e idéias**. Lua Nova. São Paulo, V.67, p. 15-47, 2006

PINTO, Rodrigues Maurício. **A “praga” da FlaGay e o “desbunde” gueino futebol brasileiro**. Rebeh, Revista brasileira de estudos da homocultura. Vol.01, N.04, Out. -Dez., 2018·www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011, p. 254.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Doutorado em Relações Internacionais—São Paulo: Universidade de São Paulo, 6 jul. 2017.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: **História do Movimento LGBT no Brasil**. Orgs. James N. Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano, Marisa Fernandes. 1. Ed. - São Paulo: Alameda, 2018. 536 p.; 23 cm.

RAMOS, Sílvia. Violência e Homossexualidade no Brasil: As Políticas Públicas e o Movimento Homossexual. In: **Movimentos sociais, educação e sexualidades** / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

REIS, Ramon. Da Arte de Pecar ao Refúgio dos Anjos: (homo)sexualidades, amizades e resistências em um bar na “periferia” de Belém. In: **Diversidade em perspectiva** / Ronaldo Trindade, Carlos Amorim Caldas (Organizadores). – Cametá, PA: UFPA - Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2020.

Relatório - Tomo I - Parte II – **“Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo”** - “Rubens Paiva”. 2014.

ROSA, A. R.; MENDONÇA, S.; LOURENÇO, C. D. da S. Os sentidos da violência na organização de saúde: uma análise construcionista da história de vida de uma profissional de enfermagem. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS**, 04, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPAD, 2006.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Para além das plumas e paetês: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

ROZÁRIO, Elton Santana Brígida. **INCURSÕES, SOCIOPOLÍTICA E LUTAS SOCIAIS DOS MOVIMENTOS LGBT'S. 7º Encontro Internacional de Política Social**, 14º Encontro Nacional de Política Social Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao capitalismo em crise Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/alana/Downloads/lgarcia,+Incur%C3%B5es,+sociopol%C3%ADtica+e+lutas+sociais+dos+Movimentos+LGBT%E2%80%99s.pdf>. Acesso em 30 de julho de 2021.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. 2012,

SANT ANA, Anderson Luís. **AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA ÍNTIMA EM TEMPOS DE MODERNIDADE LÍQUIDA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Juiz de Fora, 2016.

SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. - **COTIDIANO BELENENSE NO REGIME MILITAR: MILITARES, VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS (1970-1985)**. Recife, 2010.

SANTOS, Adriana Aparecida dos. **A BANALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO TRATAMENTO AOS PRESOS POR CRIMES SEXUAIS NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS**. Caruaru, 2018.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Revista Perspectiva. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.2003.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar**. Rio de Janeiro , p. 197, Jan. 2018

SILVA, Claudielle Pavão. **“Flores horizontais”**: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zonado Mangue (1960-1970). Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Dêis Maria Lima Cunha. **A TRANSIÇÃO PARA A ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL, SOB A SUJEIÇÃO DOS MILITARES (1974-1985)**. ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Internacional de História – Recife, 2019.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: A nova abordagem da historiografia francesa. In: **Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000

SILVA, J. Carlos Humberto Ferreira. **Libertação gay no Brasil: discursos e enfrentamentos do jornal Lampião da Esquina durante a abertura política (1978-1981)**. Intercom – RBCC São Paulo, v. 42, n. 2, p.147-165, maio/ago. 2019

SILVA, F. Milton Ribeiro da. et al. **A Filha da Chiquita Bacana: uma etnografia da Festa da Chiquita em Belém do Pará**. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de LindóiaSP. Anais eletônicos... Águas de Lindóia: SBS, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8229&Itemid=76>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

SILVA, Sandro José da. **Quando ser gay era uma novidade**: Aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. Dissertação de Mestrado, Recife, 2012.

SILVA, Vera Lucia Marques da. **Sexualidades dissidentes: um olhar sobre narrativas identitárias e estilo de vida no ciberespaço**. Rio de Janeiro, 2018, p. 3310

SHARMA, Jaya. **Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva queer**. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Org.). **Questões de sexualidade**. Rio de Janeiro: Abia, 2008. p. 111-120.

SOIHET, Rachel. **Violência Simbólica - Saberes Masculinos e Representações Femininas**. In: Revista de Estudos Feministas, v. 5, n. 1, 1997.

SOIHET, Rachel. 2005. **Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários**. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 591-611

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ADRIÃO, Karla Galvão. **Sexualidades Masculinas: Perspectivas Teórico- Metodológicas**. In: Movimentos sociais, educação e sexualidades. / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]. - Rio de Janeiro: Garamond, 2005, 264p. - (Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidade em debate)

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERAS, Elias. **CARNE, TINTA E PAPEL: A EMERGÊNCIA DO SUJEITO TRAVESTI PÚBLICOMIDIATIZADO EM FORTALEZA (CE), NO TEMPO DOS HORMÔNIOS/ FARMACOPORNOGRÁFICO**. Florianópolis, 2015

VERAS, Elias Ferreira & PEDRO, Joana Maria. **“Os silêncios de Clio: “Escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil”**”. Tempo & Argumento. Florianópolis, v. 6, n. 13, set./dez. 2014, pp. 90 - 109.

WALLERSTEIN, Valeska. 2004. **Feminismo como pensamento da diferença**. Labrys, estudos feministas, janeiro/julho. <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/valeskafeminismo.htm>. Acessado em novembro de 2008.